

**MAISA MILÈNNE ZARUR REMER**

**ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA ÁREA DA SAÚDE EM PONTA GROSSA,  
PR: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ (1970-1982)**

**CURITIBA**

**2005**

**MAISA MILÈNNE ZARUR REMER**

**ENSINO PROFISSIONALIZANTE NA ÁREA DA SAÚDE EM PONTA GROSSA,  
PR: O CASO DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ (1970-1982)**

**Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Mestre,  
pelo Programa de Pós-Graduação em  
Educação, Área Temática: Educação,  
Saúde e Trabalho, Setor de Educação,  
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cecília  
Marins de Oliveira**

**CURITIBA**

**2005**

*Deus, obrigada*  
*Pela sua presença*  
*Constante e*  
*Pelo amor incondicional.*

## AGRADECIMENTOS

*A conclusão deste trabalho não seria possível sem a colaboração conjunta, direta ou indiretamente, de diversas pessoas. Impossível agradecer a todos, mas mesmo correndo riscos de cometer injustiças, gostaria de demonstrar minha gratidão...*

*Ao Athos, companheiro incondicional de vida, eterno amor, obrigada por estar sempre ao meu lado, dando uma palavra de alento e incentivo em meus mais difíceis momentos.*

*À Mylene, ao Moreno e à Lorena, filhos que Deus me deu. O que seria da minha vida sem vocês, sem os barulhos que fazem. Amo-os.*

*A todos os meus familiares, obrigada por estarem sempre ao meu lado.*

*À Professora Dr<sup>a</sup> Maria Cecília Marins de Oliveira, orientadora e amiga, a quem devo a conclusão deste trabalho, obrigada pela orientação segura, pelos conselhos, pela amizade, pela presença acolhedora e pelos "puxões de orelha".*

*Aos depoentes, obrigada pelo carinho, atenção e confiança. Seus depoimentos engrandeceram este trabalho.*

*Aos colegas do Colégio Militar de Curitiba pela troca de experiências e pela amizade, as quais me ajudaram a desenvolver reflexões mais acuradas e atitudes mais humanas para com a ação educacional, ação essa que transcende os limites institucionais e se espalha pelas relações humanas de nossa vida cotidiana.*

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	ii
LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO - FILOSÓFICO : FENOMENOLOGIA, HERMENÊUTICA.....	9
1.1.1 REFERENCIAL METODOLÓGICO E FILOSÓFICO.....	9
1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	12
1.3 METODOLOGIA E FONTES.....	14
2 EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ (1970-1982).....	22
2.1 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	22
2.2 A IDENTIFICAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARANÁ (1970-1982).....	42
2.3 PONTA GROSSA, O ESPAÇO URBANO.....	47
3 O COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ.....	53
3.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO: DA FUNDAÇÃO AO TOMBAMENTO.....	53
3.2 A IMPLANTAÇÃO DA LEI.....	71
3.3 PREPARANDO PARA O MUNDO DO TRABALHO? MAS COMO?...	83
3.4 ÁREA DA SAÚDE - PROPOSTA CURRICULAR - CURSO DE AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR.....	86
4. O QUE PASSOU E PERMANECE.....	105

4.1	A INFLUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO NA VIDA DOS ALUNOS E DOS PROFESSORES. UTILIDADES - APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	106
4.1.1	ESTUDAR NO REGENTE FEIJÓ: PECULIARIDADES DO ENSINO DO COLÉGIO.....	110
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	127
	APÊNDICES.....	135
	ANEXOS.....	143

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

A. A. H : Auxiliar de Administração Hospitalar  
ADESG : Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra  
A . T. E : Auxiliar Técnico em Eletricidade  
C . E. E : Conselho Estadual de Educação  
C . E. R. F : Colégio Estadual Regente Feijó  
C . F. E : Conselho Federal de Educação  
CETEPAR: Centro de Treinamento do Paraná  
D . A: Desenhista de Arquitetura  
I .D. A: Integração Docente Assistencialista  
INAMPS : Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social  
I .N.P.S : Instituto Nacional de Previdência Social  
ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
L. D. B: Lei de Diretrizes e Bases  
L.D.B.E.N : Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional  
MEC : Ministério da Educação e Cultura  
PND: Plano Nacional de Desenvolvimento  
P.P.R.E.P.S : Programa de Preparação Estratégica de Saúde  
R.A : Redator Auxiliar  
SEC : Técnico em Secretariado  
SEED : Secretaria de Educação  
SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI : Serviço Nacional de Indústria  
S.E.N.E: Secretaria de Estado dos Negócios da Educação  
SENPAR : Simpósio de Ensino do Paraná  
U.T.I : Unidade de Terapia Intensiva

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FACHADO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ.....	54
FIGURA 2 – DESFILE DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA EM 15/09/1952...	56
FIGURA 3 – ENTRADA PRINCIPAL DO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ (1940).....	57
FIGURA 4 – AULA DE GINÁSTICA NO PARQUE DE EDUCAÇÃO FÍSICA (1950).....	58
FIGURA 5 - AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA AO LADO DA PRAÇA (1960).....	59
FIGURA 6 – PÁTIO INTERNO DO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ (1970).....	60
FIGURA 7 – SALA DOS PROFESSORES.....	61
FIGURA 8 – SALA DE BIOLOGIA E HISTÓRIA NATURAL (1960).....	62
FIGURA 9 – PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO ESCOLAR (1976).....	66
FIGURA 10 - COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ (2004).....	70
FIGURA 11 – FORMANDAS DA TURMA DE A.A.H.....	103
FIGURA 12 – FORMANDAS DO 3º A.A.H. ESCADA ENTRADA PRINCIPAL.....	104
FIGURA 13 – DESFILE AV. VICENTE MACHADO FANFARRA DO COLÉGIO.....	112
FIGURA 14 - DESFILE AV. VICENTE MACHADO, CARRO ALEGÓRICO (1979).....	113
FIGURA 15 - JOGOS DA PRIMAVERA.....	114
FIGURA 16 - PRIMEIRA FEIRA DO LIVRO.....	116
FIGURA 17 - NOTÍCIA SOBRE A FEIRA DO LIVRO.....	117
FIGURA 18 - FORMATURA CURSO A.A.H NO PAVILHÃO DO COLÉGIO.....	120
FIGURA 19 - EXCURSÃO, ALUNOS E PROFESSORES (1978).....	121



## LISTAS DE GRÁFICOS E TABELAS

TABELA 1 – LEVANTAMENTO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES ENTRE OS ANOS DE 1974 A 1982 .....	77
GRÁFICO 1 – NÚMERO DE ALUNOS DO CURSO DE A.A.H. DE 1974 A 1982..	78
GRÁFICO 2 – COMPARATIVO ENTRE OS CURSOS D.A. E A.A.H. DE 1974 A 1982.....	79
GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DE ALUNOS NOS CURSOS TÉCNICOS ENTRE OS ANOS DE 1974 A 1982.....	80
GRÁFICO 4 – PERCENTUAL TOTAL DE ALUNOS POR CURSO ENTRE OS ANOS DE 1974 A 1982.....	81
TABELA 2 – CURRÍCULO PARA O CURSO DE AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR.....	95

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo relatar de que modo ocorreu a implantação da Lei 5692/71 no Colégio Estadual Regente Feijó em Ponta Grossa, Paraná. A pesquisa discute a adequação do curso profissionalizante Auxiliar de Administração Hospitalar oferecido pelo Colégio às expectativas de qualificação de mão-de-obra requerida pela sociedade e sistema de saúde de Ponta Grossa. Para tanto, foram utilizadas fontes escritas, orais e iconográfica. Elegeu-se como matriz teórico-filosófica a Fenomenologia apresentada por Merleau-Ponty, cuja idéia fundamental é a noção de intencionalidade. A fenomenologia pretende descrever e compreender os motivos presentes nos fenômenos vividos pelas pessoas que viveram no momento histórico pesquisado e o que expressaram de si mesmas nas entrevistas. A técnica utilizada foi a hermenêutica na visão filosófica de Hans George Gadamer. Um dos princípios da hermenêutica é o de reconhecer que somos seres inseridos num contexto histórico e circular, denominado pelo autor de Historicidade, o qual influenciará o ato interpretativo. Por isso, a atividade de campo incluiu uma abordagem histórica alicerçada na obtenção de dados via oralidade, ou seja, utilizou a palavra como fonte de informação, através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas. As fontes orais possibilitaram não apenas incorporar indivíduos à construção do discurso do pesquisador, mas também conhecer e compreender situações insuficientemente estudadas até então e apreender situações não registradas formalmente. A escolha do período de 1970 a 1982 justifica-se por situar-se entre o início da implementação da Lei 5692/71 e das mudanças ocorridas no ensino: a criação dos cursos técnicos profissionalizantes em substituição aos antigos cursos Científico e Clássico. Ao se investigar as condições de funcionamento dos cursos profissionalizantes, oferecidos pelo Colégio - principalmente o curso na área da saúde - e o discurso político da época, pretendeu-se aproximar vozes e provocar reflexões sobre o cotidiano escolar.

Palavras-chave: Curso Profissionalizante, Lei 5692/71, Educação – Saúde – Trabalho

## **ABSTRACT**

This work has as the principal objective to tell the way how the implantation of the “5692/71 Law” at the State Regente Feijó School in Ponta Grossa, Paraná occurred. This search makes a discussion adequation of a professionalized Hospital Auxiliary Administration offered by the Estadual Regente Feijó School to the expected of qualification made by hands demanded by the society and the health system from Ponta Grossa, elected as a theoretic – philosophy the phenomenology presented by Merleau – Ponty, Which fundamental idea is a intentional notion. The phenomenology intends to describe and to understand the present reasons of the phenomenon lived by people that lived at historical searched moment and what they expressed about themselves in the interviews. The technique used was the hermetic at the philosophic Hans George Gadamer's vision. One of the principles of the Hermetic is to recognize that we are essences inside at an historical and circular context, named by the author as Historicity, and that will always induce the interpretative act. By this, the country activity included an historical broach, based on the basic facts obtained by orality, or, he used the word as information fountain, by the application of half – structured interviews. The oral fountains made possible not just to incorporate persons to a construction of the seacher's, but knowing and understanding situations not studied enough until then, and learn about situations not formally registered. The choose of period – 1970 to 1982 – is justified because they are situated between the beginning of the use by the Law 5692/71 and the changes occurred in teaching: the technical professional courses creation replacing the “Scientific” and “Classic” courses. When investigated the conditions of professional courses functioning, offered by the School – mainly at the health area course – and the politician speech of that time, I intendend to approach voices and to provoke reflections about the school day by day.

Key – word: Professional course, 5692/71 Law, Education – Health – Work.

## 1 INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a educação profissional no Brasil. Refletir sobre esse tema revela-se pertinente e atual, diante das transformações que se processam no mundo do trabalho e que repercutem diretamente no setor educacional. Algumas políticas públicas do sistema educacional brasileiro investiram na educação profissional e, com isso, no trabalho.

Na história brasileira, o século XX foi o século da diversidade: diversidade de povos que aqui chegaram, diversidade de culturas que aqui conviveram, mas, sobretudo, diversidade de projetos políticos, econômicos, sanitários e educacionais que tentaram organizar a vida social a partir de novos desafios trazidos pelos ventos da industrialização e das transformações pelas quais o mundo passava.

A Revolução Industrial desencadeou um processo de crescimento econômico acelerado, cujos elementos definidores foram a revolução tecnológica e a transformação social, culminando com o surgimento do capitalismo.

No capitalismo, busca-se a maximização do lucro explorando extensivamente a mão-de-obra, ou seja, o trabalho. Por isso, houve uma modificação nas relações sociais dentro e fora do processo produtivo. Uma das primeiras transformações diz respeito ao próprio significado da palavra trabalho. O que antes significava dor, humilhação e pobreza, passou a designar fonte de propriedade, riqueza, produtividade e até mesmo a expressão da condição humana. O trabalho passou a dignificar o homem e a qualificá-lo, tornando-se um indicador de posição social.

Nesse momento, as instituições educacionais tiveram um papel fundamental na distribuição dos conhecimentos necessários para a expansão do capitalismo, por isso, a história da escola não pode separar-se da história do capital, mesmo tratando-se de uma instituição anterior a esse modo de produção econômica, a educação acompanha par a par os avanços da ciência e da tecnologia.

Para isso, o ensino profissional foi colocado como elo privilegiado de comunicação entre essas duas histórias aparentemente tão distantes: a do conhecimento; a escola, e o da produção de mercadorias; a fábrica. O ensino profissional foi chamado, primeiramente “de artes e ofícios”, embora tivesse um caráter mais artesanal do que industrial.

As primeiras manifestações da educação formal ocorreram no Brasil com a chegada dos Jesuítas, ao catequizarem os índios e ensinarem aos filhos dos colonos gramática e aritmética. Eles atuaram no campo educacional no Brasil do século XVI ao século XVII.

Ainda nesse período colonialista brasileiro, o desenvolvimento da Educação Profissional estava ligado à realidade do sistema produtivo e à organização das sociedades do ponto de vista econômico e social, ou seja, o ensino profissional estava voltado ao desenvolvimento de habilidades muito específicas com o “esquecimento” da formação geral. No entanto, no final do século XIX e início do século XX, houve a demanda por operários que tivessem qualificação e recursos técnicos e, por esse motivo, a necessidade de criação de escolas de artes e ofícios.

O ano de 1906 pode ser considerado como um marco para a formação profissional em termos de política governamental. Esse tema aparece na plataforma de governo do presidente da recente república. Afonso Pena, ao tomar posse, em 15 de novembro, proclamara: “ A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito pode contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis.”(FONSECA, 1986, p.171).

Ainda em 1906, outro fato marcará a história do ensino profissional no Brasil, em 29 de dezembro, tem-se a criação do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Esse Ministério passará a ter como uma de suas atribuições os assuntos relativos ao ensino profissional, antecipando, assim, a possibilidade de atuação da União nessa área. (BRASIL, 1906, p. 114 -116).

Atribuir a questão do “ensino profissional” a um órgão federal pode ter significado um grande avanço em termos de uma política governamental nesta área, mas também, verifica-se o fato de o ensino profissional ter sido vinculado a um determinado Ministério, enquanto que os assuntos referentes ao campo educacional estavam vinculados ao Ministério da Justiça.

Analisando-se o texto da lei que cria o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, vê-se que a maioria de suas atribuições estavam voltadas para os estudos e serviços relacionados ao setor produtivo, buscando o “desenvolvimento dos diversos ramos da indústria”. Eram assuntos que, direta ou indiretamente, vinculavam-se à questão do trabalho e à necessidade de formação de uma mão-de-

obra com certa qualificação. Ressaltando que a qualificação que se pensava, naquele momento, estava essencialmente voltada para o trabalho manual, em oposição ao trabalho intelectual. “Formar para o trabalho” era o mesmo que “adestrar, treinar para técnicas manuais”.

Percebe-se nas idéias que vigoravam, uma desvinculação entre formação profissional e educação, entre trabalho e educação. Eram tratados como assuntos distintos, com Ministérios diferentes. Educação era aquela de base teórica, intelectual, voltada para a formação de uma elite; formação profissional era aquela de base prática, voltada para a formação de classes populares.

A relação entre educação e trabalho coincide com o desenvolvimento capitalista, porque as próprias características do modo capitalista de produção são favoráveis ao surgimento da necessidade de formação do trabalhador.

A concretização da lei que criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio permitiu a criação de uma rede nacional de Escolas de Aprendizes Artífices nas Capitais dos Estados a partir do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. (BRASIL, 1909, p.177).

No decorrer dos primeiros quarenta anos do século XX, o Brasil foi marcado pela política de substituição de importações para que houvesse o início do processo industrial e, em consequência, a necessidade de mão-de-obra qualificada para as atividades industriais. Em 1921, surgiram os cursos de mecânica. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que ficou responsável pelas Escolas de Aprendizes Artífices, antes vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

No Governo de Getúlio Vargas, no ano de 1942, com a necessidade de acelerar a formação de mão-de-obra e qualificar operários com baixa escolaridade, surge o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e uma grande reforma na educação brasileira acontece, feita pelo então Ministro da Educação Gustavo Capanema, denominada Reforma Capanema.

Com a validação dos cursos técnicos, como ensino regular, a dualidade entre a formação geral e profissional não foi vencida. E, em 1971, por meio da Lei 5.692 que alterou dispositivos da Lei 4.024 de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituiu-se, no Brasil, a profissionalização compulsória.

Com o processo de industrialização, inaugurado no Brasil na década de 1950, houve um rápido movimento de urbanização e um crescimento do setor da saúde, e isso gerou um incremento na força de trabalho em saúde. Nesse período, na esfera pública ocorreu a unificação do “aparato social estatal de seguridade social, mediante a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e, posteriormente, do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), que favoreceu a capitalização da prática médica.” (CORDEIRO, 1984,s/p).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por significativo crescimento da capacidade instalada do setor hospitalar privado conveniado com o INAMPS, havendo vigorosa absorção profissional pelo mercado.

Junto com a política de Educação estava a política da Saúde que historicamente, não tem a atribuição de formação de seu pessoal técnico de nível médio, sendo a aprovação e o reconhecimento das habilitações, atribuídas ao sistema educacional. A educação, porém, veio formando profissionais para atuar na saúde sem considerar as carências e necessidades do setor de saúde e, este, procurou criar condições para suprir as deficiências técnicas dos profissionais que incorporava. Com isso, houve um descompasso: a rede de ensino, tentando formar o profissional de saúde e a rede de saúde, tentando ações emergenciais de capacitação de pessoal.

Nesse sentido, educação e saúde estão unidas e precisam de condições para formar profissionais de nível médio, com embasamento teórico e com qualificação profissional prévia. A literatura sobre o ensino profissional no Brasil, freqüentemente tem colocado que a demanda no mercado de trabalho na área da saúde não ocorreu por egressos dos cursos profissionalizantes criados após a implantação da Lei, mas por leigos, não detentores de habilitação específica para exercer atividades próprias da saúde.

A falta de uma política clara em relação ao nível de escolaridade profissionalizante foi preocupante, embora vários educadores tenham se manifestado em diversos discursos sobre educação. Havia uma distância entre o que se propõe e o que efetivamente se realiza no cotidiano da escola.

*O segundo grau tem ficado espremido entre o primeiro e o terceiro. E parece-me que há um movimento pendular nas discussões sobre esse grau de ensino: ora ele é concebido como ensino propedêutico, preparatório ao ensino superior, o que supõe uma continuidade e, nesse sentido, o segundo grau aproxima-se do modelo do primeiro grau; ora é pensado como ensino profissionalizante, recebendo uma função terminal, o que o aproxima do ensino superior, ao qual caberia a formação profissional. Esse é o nó que precisa ser desfeito. (SAVIANI, 1986, p. 23).*

Nesse contexto, realizar um estudo que abrange a educação profissional na área da saúde ofertada pelo Colégio Estadual Regente Feijó, torna-se atual e relevante por repercutir não só em âmbito educacional, mas por se tratar de uma Instituição a que as pessoas se referem com carinho por representar positivamente em sua memória e em sua cultura. Justifica-se também por se considerar que, como afirma Moreira (2002,p.120): “... a educação, em seu sentido mais amplo, é o principal instrumento de continuidade da vida humana. Em um determinado grupo social os indivíduos cumprem o seu ciclo vital e morrem, mas a vida do grupo pode continuar, com sua memória, sua cultura”.

Considerando que a compreensão das instituições educacionais como parte integrante de uma determinada sociedade, com diferentes grupos sociais em um determinado momento histórico é primordial, a presente pesquisa tem como objeto de estudo relatar de que maneira a implantação do curso profissionalizante, Auxiliar de Administração Hospitalar repercutiu na história do ensino do Colégio Estadual Regente Feijó, no período de 1970 a 1982.

Optou-se pelo recorte histórico dos anos de 1970 a 1982, porque foi neste período que o Colégio, de acordo com a Reforma de Ensino, da Lei 5.692/71, criou os cursos técnico-profissionalizantes, em substituição aos antigos cursos Científico e Clássico, estruturados pela Reforma Gustavo Capanema, para o ensino médio, desde a década de 1942.<sup>1</sup>

O ano de 1982 chegou com mudanças. A política voltou às ruas do país. Debates aconteceram entre candidatos aos governos estaduais na TV; a sociedade civil ganhou novas organizações; o eleitorado voltou a se entusiasmar.

Intelectuais progressistas opositores à ditadura militar foram levados da esfera civil para a política.

---

<sup>1</sup> Em 1942, por iniciativa do então ministro de Vargas, Gustavo Capanema, começa a ser reformado algum ramo do ensino. Essas reformas, nem todas realizadas sob o Estado Novo, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino e foram chamadas de Reforma Capanema. (ROMANELLI, 1998, p. 154). Reforma Capanema, Lei Orgânica n. 4.244 de 9 de abril de 1942.



Na educação esses fatos marcaram:

*... não só o início de uma nova etapa na política educacional do país, mas, principalmente, uma redelimitação no aspecto pedagógico. Os partidos políticos, principalmente, o PMDB, o PDT e o PT (e as facções internas do PMDB que, mais tarde, se legalizaram, como PCB e PC do B), diferentemente dos antigos partidos do período pré-64, conseguiram penetrar no meio educacional de maneira mais eficaz. E mais: aglutinaram correntes de educadores com pensamentos pedagógicos originais e com propostas com razoável grau de delimitação e distinção, o que realmente constituiu um fato novo na história do país. (GUIRALDELLI JUNIOR, 1994, p. 212-213).*

O período limite de 1982 foi considerado em razão da promulgação da Lei 7.044 pelo Ministério da Educação, extinguindo os cursos profissionalizantes, naqueles colégios sem condições de sua manutenção.

O recorte histórico escolhido permitirá reconstruir aspectos políticos, econômicos, educacionais do cotidiano social da época e Histórias Culturais bastantes diversificadas.

A escolha do Colégio Estadual Regente Feijó deveu-se às experiências vividas por mim, no meio familiar, em que o Colégio constituiu-se em referencial de minha formação escolar, desde o 1.<sup>o</sup> até o 2.<sup>o</sup> Grau. No 2.<sup>o</sup> Grau, formei-me no curso de Auxiliar de Administração Hospitalar. Os estágios obrigatórios, em hospitais da cidade, possibilitaram-me, também, a realização de um estágio avançado, com duração de meses, após a conclusão do Curso.

Pelo fato de o Colégio ter se tornado um dos mais importantes, em Ponta Grossa e no Paraná e porque desenvolveu uma longa trajetória histórica com um acentuado significado social, cultural e, principalmente, afetivo, ele permanece no meu imaginário e nas minhas lembranças de um tempo em que ensino e instituição pública eram altamente valorizados. A minha experiência como estudante e como filha de estudantes e neta de professores do Colégio influenciaram minha escolha profissional anos mais tarde. Atuando como professora de cursos profissionalizantes, sobreveio-me o desejo de compreender as mudanças ocorridas no ensino, bem como tentar reconstruir o caminho percorrido por esta Instituição na época que por lá passei.

Assim como ocorre comigo, o Colégio continua presente também no imaginário dos ponta-grossenses daquela época, como um dos colégios mais importantes da região. Várias gerações que por ali passaram guardam a memória do

lugar com extremo significado afetivo, pois é com carinho que rememoram e reinterpretam a sua experiência, como está registrado:

*Olhando para trás, notamos que há uma grande diferença do ginásio de ontem e do colégio de hoje. Não podemos comparar aqueles tempos com os atuais, pois o número de alunos era bem menor e a procedência destes alunos era bem melhor, e naturalmente reagiram de acordo com sua origem. O sistema de ensino também era outro. (HOLZMANN, 1977, p. 13).*

Dessa maneira, procurou-se analisar os doze anos que decorrem entre 1970 e 1982 seguidos os aspectos que prevaleciam, naquele momento, tanto no âmbito da política e da economia como no âmbito da saúde e da educação.

Por tais acontecimentos históricos, esse período foi privilegiado na realização desta pesquisa, cujo tema centrou-se no estudo do *Ensino profissionalizante na área da saúde do Colégio Estadual Regente Feijó, em Ponta Grossa, entre os anos de 1970 e 1982*.

Um Colégio que se mantém tão forte no imaginário dos ponta-grossenses suscita curiosidade e perguntas de como conseguiu correlacionar suas atividades, sua filosofia, seu atendimento qualitativo para que se mantivesse tão marcante, mesmo em momentos de reforma do ensino, motivando questionamentos, que constituem a problemática do presente trabalho:

- a) até que ponto as políticas de saúde interferiram na política de educação quanto à preparação de mão-de-obra técnica e profissional na área da Administração Hospitalar?
- b) de que maneira o curso profissionalizante Auxiliar de Administração Hospitalar oferecido pelo Colégio atendia às expectativas de qualificação de mão-de-obra requerida pela sociedade e sistema de saúde de Ponta Grossa?
- c) até que ponto a proposta pedagógica, currículo, avaliação, concepção de ensino do curso profissionalizante em Administração Hospitalar atendia às expectativas de formação dos alunos para atuar no mercado de trabalho?
- d) como se expressam as representações feitas por professores, alunos, diretores em relação ao ensino profissionalizante do Colégio Estadual Regente Feijó do período em estudo?

Desses questionamentos resultam as seguintes hipóteses: a implantação dos cursos profissionalizantes, no Colégio Regente Feijó, em particular o de Auxiliar de Administração Hospitalar (A. A. H.) adquiriu importância na formação de mão-de-obra especializada para atuar na sociedade de Ponta Grossa; o curso A. A. H repercutiu no imaginário de professores.

Os recentes estudos referentes à história das instituições escolares têm procurado entender as instituições como parte integrante de uma determinada sociedade, pois as instituições escolares estão sujeitas a avanços, a recuos e às contradições deste meio social. Elas refletem e transmitem cultura. “A educação é um aspecto inseparável da cultura de uma sociedade.” (TRINDADE, 2001, p. 7).

Nesta perspectiva, em que a educação está correlacionada à cultura e à sociedade e em que o homem reconstrói a história a partir do seu presente e em cada novo fato reinterpreta a experiência passada, tem-se os seguintes objetivos que nortearão este trabalho:

- a) investigar a implantação dos cursos profissionalizantes em particular o de Administração Hospitalar no Colégio Regente Feijó, em Ponta Grossa;
- b) analisar a proposta curricular do curso profissionalizante, Auxiliar de Administração Hospitalar com base na Lei 5.692/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as representações feitas pelas pessoas que o cursaram;
- c) verificar a adequação da estrutura física do colégio às exigências de implantação e funcionamento do curso técnico-profissionalizante Auxiliar de Administração Hospitalar no tocante a estágios, laboratórios e convênios com hospitais.

O desenvolvimento desta pesquisa teve por base o método qualitativo que

*... se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ele trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (MINAYO, 1998, p. 21-22).*

No âmbito da pesquisa qualitativa foi escolhido o método de Estudo de Caso por estar a pesquisa centrada no estudo do Colégio Regente Feijó de Ponta Grossa, em particular sobre o curso profissionalizante, na área de saúde, Auxiliar de

Administração Hospitalar, por ser considerado um dos mais relevantes. Afirma Triviños (1987, p. 134) que o Estudo de Caso “... é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Dá-se preferência ao Estudo de Caso histórico-organizacional, que se interessa sobre a vida de uma instituição, o Colégio Regente Feijó, partindo-se do conhecimento do que já existe sobre a organização que se deseja examinar e dos materiais disponíveis, para proceder à coleta de dados.

Para a coleta de dados na pesquisa qualitativa, optou-se pela técnica da triangulação que sustenta que é “impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social.” (TRIVIÑOS 1987, p.138).

## 1.1 REFERENCIAL TEÓRICO-FILOSÓFICO: FENOMENOLOGIA, HERMENÊUTICA

Ao se estudar o Colégio Regente Feijó, estudam-se sujeitos determinados, como alunos, professores e diretores atuantes no período em estudo. O interesse está direcionado a três aspectos: os processos e produtos elaborados pelo pesquisador que, segundo Triviños (1987, p.138) “averigua as *percepções* do sujeito” (formas verbais, através de entrevistas, como se realizou neste trabalho, e os comportamentos, por meio da observação livre); em segundo lugar, presta-se atenção aos elementos produzidos por meio de documentos, instrumentos legais, dados estatísticos e fotografias; e, em terceiro lugar, observam-se os processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito. São eles os modos de produção (capitalismo), as forças e as relações de produção e as classes sociais.

### 1.1.1 Referencial Metodológico e Filosófico

Como já salientado anteriormente, minha experiência pessoal e profissional, acrescida do conhecimento por meio de estudos, pesquisas e de reflexões sobre o tema, não foram suficientes para compreender com clareza a realidade vivida na época pesquisada.

Este meu caminhar conduziu-me, enquanto pesquisadora, a uma nova postura: buscar entender esse fenômeno a partir da vivência do outro.

Essa necessidade de compreender como aconteceu a implantação da Lei 5.692/71, no Colégio Estadual Regente Feijó, levou-me a indagar qual referencial metodológico e filosófico seria o mais eficaz. Optei então pela abordagem qualitativa fenomenológica.

Qualitativa, porque esta abordagem permite descrever e interpretar de forma mais ampla os dados colhidos na pesquisa. Segundo Martins e Bicudo (1989), com a abordagem qualitativa é possível conseguir um significado mais profundo dos fenômenos.

Fenomenológico, porque, enquanto método, é intuitivo e descritivo. O objetivo do método é descrever a estrutura total da experiência vivida, incluindo o significado que essas experiências têm para os indivíduos que delas participaram. A fenomenologia preocupa-se com a compreensão do fenômeno e por isso vem ao encontro do propósito deste estudo.

Percorrer os caminhos da fenomenologia não é uma tarefa fácil. Reconheço, porém, que seu estudo foi essencial para que eu pudesse aprofundar minhas reflexões nesta pesquisa.

A fenomenologia contemporânea surgiu na Alemanha com Edmund Husserl (1859-1938). As origens de sua filosofia talvez estejam principalmente em Platão, Leibnitz, Descartes e Brentano. De Franz Brentano (1838-1917), filósofo idealista austríaco, precede a um dos conceitos fundamentais da fenomenologia husserliana, o da intencionalidade, ou seja, a mente sempre está dirigida para algo “intencional”.

Dentro da fenomenologia há “grupos de pensadores”, que apresentam suas próprias peculiaridades, introduzindo mudanças no pensamento original da fenomenologia.

Na França, destaca-se o nome de Merleau-Ponty (1908-1961), com papel de destaque no pensamento filosófico francês depois da Segunda Guerra. Ele define fenomenologia como o

*... estudo das ciências, dos significados articulados no discurso, em que o fenômeno vai se mostrar e de como uma filosofia para a qual não se pode compreender o homem e o mundo senão a partir de sua facticidade. Facticidade entendida como caráter próprio da condição humana, pela qual cada homem se encontra comprometido com uma situação não escolhida”. (MERLEAU-PONTY, 1971).*

A fenomenologia como um método de investigação proposta por Husserl é “uma volta ao mundo da experiência”; é preciso voltar ao mundo vivido, olhar as coisas como elas se manifestam para se apreender a essência do fenômeno. (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990, p. 33-47).

Para isso, a fenomenologia faz a leitura dos fenômenos, que fazem presença “em carne e osso”. Além de fazer a descrição do correlato sujeito - objeto, a fenomenologia se preocupa ainda em mostrar como se dá a constituição de sentido pelo sujeito, ou seja, no dizer de Merleau-Ponty (1971, p. 5-6), “... o sentido se faz pelo e para o homem no entrecruzamento de suas experiências mediatizadas pelo corpo próprio, pela coexistência com os outros homens, pela ação que empreende na práxis histórico-social-política, pelos sentimentos e afetos que vivencia”.

A idéia fundamental básica da fenomenologia é a noção de intencionalidade. Essa intencionalidade é da consciência que sempre está dirigida a um objeto. Isso tende a reconhecer o princípio de que não existe objeto sem sujeito. De que tudo que se sabe do mundo, mesmo devido à ciência, se sabe a partir da visão pessoal ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência nada significariam. De que todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido e, se for pensar na própria ciência com rigor, se for apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, será conveniente despertar, primeiramente, para essa experiência do mundo da qual ela é expressão segunda.

Causou grande impacto na intelectualidade francesa essa filosofia que se preocupa com o homem muito mais na sua existência do que na essência. “O homem é pensado em seu meio natural, cultural e histórico, ou seja, como ser-no-mundo, mais do que ser ideal, privilégio anteriormente dado pela filosofia da consciência”. (CARMO, 2000, p. 13).

A utilização da metodologia fenomenológica nesta pesquisa pretende mostrar, descrever e compreender os motivos presentes nos fenômenos vividos pelas pessoas que viveram no momento histórico estudado e o que expressam de si mesmas nas entrevistas.

O que a fenomenologia quer é liberar o olhar para a análise do vivido tal como ele é vivido que, pela sua presença em pessoas, permite uma intuição significativa e compreensiva do momento histórico estudado.

## A deserção intencional do vivido

*... caracteriza-se por estar situada num mundo, no qual se vive, se trabalha, se ama ou se odeia, se sofre as influências da educação e da cultura, se experimentam as contradições e as alienações, em suma, tudo aquilo que neste estar situado no mundo faz parte da experiência humana que envolve a cada um e a todos nós". (CARVALHO, 1991, p. 6-7).*

## 1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO - METODOLÓGICA

A hermenêutica foi o fundamento metodológico selecionado para a análise dos dados. A forma segmentar com que foram escritos diversos dos textos anteriormente reforçou a convicção de buscar um método que permitisse uma análise mais ampla, ou seja, um vínculo com a experiência, considerando os aspectos que parecem importantes, no que diz respeito ao Colégio Estadual Regente Feijó, como um todo e, particularmente, os cursos profissionalizantes. Sobre essa questão DOLL JÚNIOR (1997, p. 147) afirma que: "... a visão hermenêutica, em que conversamos com nossas histórias, nos fornece um conceito em que o ensino não é apenas um veículo para transmitir conhecimento, mas um veículo para criar e recriar a nós mesmos e a nossa cultura."

O trabalho se desenvolve com o intuito de buscar uma resposta. Para alcançá-la, a análise hermenêutica contribuiu para a melhor compreensão do objeto de estudo mediante a visão filosófica de Hans-George Gadamer (1992, p.372), que afirma: "Embora a hermenêutica não ofereça um método específico para ser usada na interpretação, ela clarifica as condições sob as quais as interpretações e o uso do método podem ocorrer."

As raízes da palavra hermenêutica residem no verbo grego *hermeneuerin*, usualmente traduzido por *interpretar* e no substantivo *interpretação* (PALMER, 1989, p.23), lembrando que a verdade, que se constrói a cada momento, está mediada pelo horizonte histórico e pela situação hermenêutica na qual o indivíduo se encontra. A verdade é um acontecer histórico, na mediação entre o passado e o futuro. Só a distância temporal pode distinguir os pré-conceitos legítimos dos ilegítimos. "A interferência da historicidade na interpretação deve ser levada a termo para que possamos proceder utilizando-a de maneira produtiva, de modo a tornar o trabalho verdadeiramente científico." (HEKMAN, 1990, p.169).

A hermenêutica proporciona uma possibilidade recursiva em torno do objeto, neste caso representado pelo estudo do curso profissionalizante na área da saúde em Auxiliar de Administração Hospitalar, oferecido pelo Colégio Estadual Regente Feijó, e da aproximação das interpretações feitas pelos sujeitos que participaram da história do Colégio.

Mediante a hermenêutica estabelece-se um método de interpretação do universo social, histórico e psicológico escolhido, no âmbito de que toda atividade humana se insere dentro de uma estrutura particular de interpretação. Seu conceito fundamental é a compreensão, definida como participação de uma perspectiva comum entre o observador e o objeto.

A hermenêutica diz respeito à análise do significado dos discursos, buscando linhas mestras para sua compreensão e como dar significado a um produto cultural. As várias correntes que a constituem buscam o mesmo ponto, ou seja: conhecer linhas mestras para a interpretação de textos. O texto é percebido como “manifestação de um certo momento num processo de criação e inserido na totalidade do contexto espiritual do autor.” (GADAMER, 1997, p. 58).

Realiza-se a interpretação por meio do *círculo hermenêutico*, que significa o eterno retorno aos textos (HEIDEGGER, 1989, p. 141) ou discursos. É uma relação circular entre o todo e as partes. O significado antecipado de um todo é compreendido por suas partes, mas é à luz do todo que suas partes ganham clareza.

A pré-compreensão do intérprete, o historiador, cada vez que se aproxima dos textos é alterada. Cada interpretação ao ocorrer à luz do que se sabe pode sofrer mudanças

O texto precisa ser compreendido no conjunto das obras dos autores e dos discursos verbais, pois palavras são coisas ativas e têm uma existência que não depende da vontade de alguém.

A hermenêutica elege prioritariamente os conteúdos. A compreensão hermenêutica dos discursos das pessoas implica considerar seu contexto. A proposta metodológica neste trabalho é de coadunar a interpretação hermenêutica dos depoimentos das pessoas com seu respectivo contexto sociocultural e pessoal, sem perder de vista a perspectiva histórica de sua produção.



Segundo Gadamer (1997), a hermenêutica não seria uma metodologia das ciências humanas, mas uma tentativa de compreender as ciências humanas. A compreensão das coisas e a correta interpretação não se restringe à ciência, mas à experiência humana, principalmente no que se refere ao fenômeno da linguagem como experiência humana de mundo. Assim, no que se refere à hermenêutica jurídica, Gadamer procurou descobrir a diferença entre o comportamento do historiador jurídico e do jurista diante de um texto.

Levando-se em conta que a hermenêutica pode ser definida como a arte da interpretação, deduz-se, obviamente, que hermenêutica é, antes de ser um método, uma expressão de uma situação do homem. O mais importante é o seu interesse pelos dados qualitativos e o manejo crítico da linguagem.

### 1.3 METODOLOGIA E FONTES

O embasamento do referencial metodológico e filosófico permitiu estabelecer o caminho da investigação e a análise das fontes selecionadas e levantadas.

A análise das produções intelectuais de autores que tratam especificamente sobre o ensino no Brasil e o ensino profissionalizante foram importantes, como Nelson Piletti, em seu livro *Ensino de 2.<sup>o</sup> grau: educação geral ou profissionalização?*, no qual são discutidos os componentes de educação geral e profissionalização no ensino de 2.<sup>o</sup> grau, tendo como referencial mais importante a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Anísio Teixeira, em seu livro *“Educação no Brasil”* discute em tom polêmico, as mudanças ocorridas no ensino. A primeira parte do livro apresenta estudos e análises anteriores à Lei de Diretrizes e Bases (1961); a segunda parte apresenta estudos e interpretações sobre a inter-relação entre educação e sociedade e a terceira parte; reflexões sobre a educação da época, 1969/1970.

Célio da Cunha, com seu livro *“Educação e autoritarismo no Estado Novo”* procura captar as idéias-chave da discussão entre católicos e escolanovistas e as reformas educacionais no contexto histórico do Estado Novo.

Otaíza de Oliveira Romanelli, em seu livro *“História da educação no Brasil (1930/1973)”* faz uma reflexão sobre o ensino brasileiro, ao mesmo tempo que registra os fatos, fazendo uma interpretação dos mesmos.

Importante trabalho, também, de Jailson Alves dos Santos, *“A trajetória da educação profissional”*, no qual o autor enfatiza o ensino industrial na década de 1930.

No livro de Paulo Ghiraldelli Junior, *“História da educação”*, o autor analisa a educação brasileira desde a Primeira República até a Nova República, enfocando, em cada período, aspectos políticos e econômicos, a política educacional e as grandes linhas do pensamento pedagógico.

O livro de Maria Elisabeth Blanck Miguel, *“A Formação do professor e a organização social do trabalho”*. O trabalho focaliza a presença da Escola Nova no Paraná, no período de 1920 a 1961, buscando compreender como esta concepção informou e conformou os cursos de magistério. Apresenta dados sobre o sistema educacional paranaense e nacional.

O documento final do *II Seminário sobre a reforma do ensino profissional educação profissional: tendências e desafios*, de Domingos Leite LIMA FILHO, organizador, é exemplo de livros que tratam assuntos referentes à educação no Paraná e, particularmente, de Ponta Grossa e de suas Instituições. Toma, por exemplo, o livro do *“Primeiro centenário da emancipação política do Paraná – 1853-1953”*, álbum editado sob o auspício da Câmara de Expansão Econômica do Paraná.

Destacam-se ainda as seguintes obras: *Cultura e educação no Paraná*, de Etelvina Maria de Castro Trindade e Maria Luiza Andreatza.

Clube Princesa dos Campos 1897/1997: *“100 anos de beneficência”*, de Maristela Lurk Batista, conquistas e realizações na sociedade Ponta-grossense.

*A Memória do Patrimônio Histórico Tombado em Ponta Grossa - Paraná de Márcia Maria Dropa.*

Colégio Regente Feijó (1927 – 1977) 50 Anos de História de Guísela. V. F. Holzmman, entre outros.

Outros materiais foram obtidos por meio de:

- a) levantamento de documentos oficiais na Biblioteca Pública de Curitiba e na de Ponta Grossa, no IPARDES, Secretaria do Estado da Educação e no Arquivo Público;
- b) seleção de documentos, atas, relatórios do Arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó;

- c) documentos não-oficiais e fotografias foram encontrados no acervo do Colégio Estadual Regente Feijó, na Biblioteca Pública do Paraná, no Foto Elite; em Ponta Grossa, no Jornal Diário dos Campos e também nos acervos de fotografias dos entrevistados.

Dados também foram obtidos por meio da técnica da entrevista, realizada com diretores, professores e alunos, na época do estudo desta pesquisa.

As entrevistas foram semi-estruturadas procurando dar certa liberdade ao relato dos entrevistados.

Por limitações originadas pela disponibilidade de tempo dos entrevistados, foi necessário refazer o cronograma e optar por restringir a abrangência da amostra ao depoimento de dois diretores, três professores e duas alunas do curso de Auxiliar de Administração Hospitalar por considerar que estes são os sujeitos principais no processo de implantação da reforma educacional abordada na pesquisa.

Através de questões formuladas na entrevista semi-estruturada e dos critérios de escolha dos sujeitos que compuseram a amostra, procurei apreender, de maneira indireta, nas falas dos entrevistados, as concepções que circularam na época em que houve a reforma.

Sobre isso, o método fenomenológico reforça a importância da experiência, do vivido, a partir da visão pessoal, dos fenômenos que são apresentados “em carne e osso”.

E sobre a entrevista semi-estruturada, Triviños comenta (1987, p. 146):

*Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.*

Essas perguntas(apêndice1 e 2) que constituem a entrevista semi-estruturada, no enfoque qualitativo, nasceram como resultados não só da teoria que alimenta a minha ação investigativa, mas também de toda a informação que recolhi sobre o fenômeno social, cultural e educacional do objeto investigado.

A entrevista semi-estruturada dá melhores resultados se trabalhada com diferentes grupos de pessoas, no caso dessa investigação: professores, diretores e

alunos e quando se realizam entrevistas individuais com pessoas dos diferentes setores envolvidos.

A escolha dos sujeitos que participaram da pesquisa atendeu inicialmente os seguintes critérios:

- a) o diretor do Colégio Estadual Regente Feijó na época em que a pesquisa foi desenvolvida (1970-1982);
- b) o vice-diretor auxiliar;
- c) dois professores da área profissionalizante oferecida pelo Colégio Estadual Regente Feijó;
- d) um professor da área de formação geral;
- e) dois alunos do curso profissionalizante, Auxiliar de Administração Hospitalar.

Dentro do conjunto dos entrevistados escolhi sujeitos que:

- a) exerceram atividade profissional no Colégio na época da implantação;
- b) ministraram aulas no curso profissionalizante, Auxiliar de Administração Hospitalar;
- c) foram alunos da escola, na época pesquisada, com preferência do curso Auxiliar de Administração Hospitalar (A. A. H.).

As entrevistas semi-estruturadas foram agendadas previamente e realizadas na residência dos entrevistados. Foram gravadas, transcritas literalmente e submetidas aos procedimentos de análise, interpretação e compreensão de natureza qualitativa.

O roteiro da entrevista semi-estruturada foi elaborado contemplando dois grandes eixos orientadores:

- a) mudanças no ensino profissionalizante e seus impactos sobre a cultura escolar;
- b) reforma do ensino no Colégio Estadual Regente Feijó.

As entrevistas possibilitaram o levantamento de material significativo para análise, apresentando, inclusive, aspectos e matizes enriquecedores para a pesquisa.

Dentre os depoentes que participaram da pesquisa sobre o Colégio Regente Feijó, foi relevante a entrevista do Professor Sebastião Nascimento Filho, revelando as lembranças como diretor do estabelecimento em seu exercício, de 1969 a 1982.

Estudou no Ginásio do Colégio Regente Feijó, no período de 1932 a 1937, e na Escola Normal, anexa ao Colégio, de 1938 a 1940. Apesar de formado em Farmácia pela Universidade Federal do Paraná aprofundou, pesquisou e lecionou Língua Portuguesa, além de exercer atividade como Jornalista e poeta. Exerceu também a função de Coordenador da 2ª Região de Planejamento da Comissão Central dos Exames Supletivos da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná.

Destaca-se a entrevista do Professor Wilson Rocha que cursou o Ginásio e o Científico no Colégio Regente Feijó entre os anos de 1950 e 1956. Formou-se em Licenciatura em Matemática no período de 1957 a 1960, pela Faculdade de Filosofia Ciências Letras de Ponta Grossa e graduou-se pela Faculdade de Direito de Ponta Grossa em 1963. O Professor trabalhou no Colégio Regente desde 1960, obtendo sua nomeação, em 1965 nas Cadeiras de Matemática e Física para o 2º grau, após realização de Concurso. No período de 1971 a 1983, exerceu o cargo de Diretor Auxiliar, no qual permaneceu até 1990. Nos seis últimos anos de sua carreira no magistério estadual foi Chefe do Núcleo Regional de Educação.

Outra entrevista foi realizada com a Professora Izolde Chibinski Fortes que dedicou grande parte de sua vida para o ensino no Colégio Regente Feijó, assim como o seu esposo Lauro Cunha Fortes, que foi Diretor no período de 1983 a 1985. A Professora Izolde concluiu o Ginásio no Colégio Regente Feijó no ano de 1949 e a Escola Normal, em 1952. Formou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, em 1961. Atuou no Colégio Regente Feijó no período de 1965 a 1986, como Professora e por doze anos foi Orientadora Educacional e Diretora Auxiliar do Colégio Anexo, no período noturno.

Esclarecimento também prestou a Professora Alair Stremel de Camargo, uma das mais respeitadas educadoras do Colégio Regente Feijó, tendo cursado o ginásio e o segundo grau, no Colégio Regente Feijó, e a Escola Normal Secundária de Ponta Grossa, onde, em 1940, começou a lecionar para o primeiro grau. Graduiu-se em Letras pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, no ano de 1954, e, no período de 1956 a 1981, lecionou para o segundo grau no Colégio Regente Feijó, aposentando-se como titular concursada da cadeira de Língua e Literatura Portuguesa e de Literatura Brasileira.

A Professora Rubi Rachel Nascimento também prestou depoimento sobre seus anos de estudo, o Ginásio e o Científico até o ano de 1971 no Colégio

Regente Feijó. No ano de 1972, formou-se em Letras pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, e no período de 1973 a 1984, lecionou no Colégio Regente Feijó. Destacou-se por fundar, em Curitiba, no ano de 1995, a Editora Educarte e, em 1998, o Centro de Educação para jovens e adultos “Professor Sebastião Nascimento Filho” em homenagem a seu pai.

A depoente Núbia Leczko foi aluna do Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar no Colégio Regente Feijó nos anos de 1975 a 1977. Estudou o 1º e o 2º ano no período da tarde e o 3º ano à noite, sendo atualmente comerciante em Ponta Grossa.

Outra entrevista foi da ex-aluna Neuzete Teresinha de Melo Lima que no período de 1975 a 1977, cursou Auxiliar de Administração Hospitalar, à tarde e Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi professora da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa.

Assim, a abordagem histórica foi alicerçada na obtenção de dados via oralidade, ou seja, utilizando como fonte de informação a palavra, através da aplicação da entrevista semi-estruturada.

As fontes orais possibilitaram-me conhecer, compreender e interpretar discursos e situações insuficientemente estudadas até então. Por isso, a proposta metodológica da história oral é bem aceita e utilizada por um número cada vez maior de pesquisadores.

O pesquisador pode utilizar o relato oral de acordo com suas preocupações, pois, segundo Maria Isaura Queiroz a narração oral se transforma em um documento escrito:

*Na verdade a narrativa oral, uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto escrito, diante do qual se encontra um estudioso e que, ao ser fabricado, não seguiu forçosamente as injunções do pesquisador, de fato, o cientista social interroga uma enorme série de escritos, contemporâneos ou não, que constituem a fonte de dados em que apóia seu trabalho. (QUEIROZ, 1988,p.18).*

Paul Thompson, em seu livro “A voz do passado: história oral” lembra que as fontes orais estão na base da mais antiga e da mais recente forma de fazer história. Relata que os primeiros historiadores profissionais foram os depositários das tradições das sociedades letradas e que, mesmo hoje, pode-se encontrar em alguns países recitadores que narram desastres naturais que ocorreram há dez

gerações. Afirma que a história oral pode ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história, ela pode revelar novos campos de investigação e pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. Para Thompson, a história oral é uma história construída em torno de pessoas, lança a vida para dentro da própria história e, com isso, alarga seu campo de ação e ajuda “os menos privilegiados, especialmente os idosos, a conquistar a dignidade e a autoconfiança. Propicia contato e, como consequência, a compreensão entre as classes sociais e entre gerações.”(1992, p.44). E complementa dizendo que a entrevista pode revelar a verdade que existe por trás do registro oficial.

Durante cada entrevista feita os fatos foram emergindo pela liberdade que o entrevistado encontrou em abordar o que era importante para ele nesse momento.

Sobre isso Thompson ( 1992, p.306). cita:

*É muito comum que se encontre um conflito entre os valores gerais que se acredita serem verdadeiros no passado e o registro mais preciso sobre a vida do dia-a-dia; essa contradição, porém, será por si só extremamente reveladora, pois pode representar uma dinâmica da mudança social.*

Em relação às divergências entre evidência escrita e oral, não se segue que um dos relatos seja necessariamente mais fidedigno que o outro, conforme cita Thompson (1992, p. 307).

*A entrevista pode revelar a verdade que existe por trás do registro oficial. Ou então, a divergência poderá representar dois relatos perfeitamente válidos a partir de dois pontos de vista diferentes, os quais, em conjunto proporcionam pistas essenciais para a interpretação verdadeira.*

E sobre isso Garrido (1992, p. 36) complementa:

*É importante precisar que o uso das fontes orais permite, não apenas incorporar indivíduos ou coletividades até agora marginalizados ou pouco representados nos documentos arquivísticos, mas também facilita o estudo de atos e situações que a racionalidade de um momento histórico concreto impede que apareçam nos documentos escritos.*

Quanto às representações feitas pelos depoentes, Chartier(1991, p.184) afirma que não são criações abstratas, neutras, nem deturpações do olhar que vê um real verdadeiro e único, mas instrumentos de mediação, interpretações do

próprio real por meio de construção simbólica produzida essencialmente nas condições socioculturais em que cada indivíduo ou grupo de indivíduos se insere.

Em seus estudos, Chartier relaciona práticas e representações. Para ele, a percepção do social não são discursos neutros, mas discursos que produzem estratégias e práticas sociais, escolares, políticas, tendentes a impor autoridade à custa de outros fatores menosprezados por ela, legitimando uma concepção de mundo social com seus valores. Ainda, segundo Chartier, as representações do mundo social descritas pelas indivíduos envolvidos, traduzem posições e interesses, descrevendo a sociedade como pensam que ela é.

Para a compreensão das representações construídas pelos depoentes, utilizou-se a hermenêutica como método de interpretação do universo social, histórico, cultural, nos quais a atividade humana se insere. Os discursos dos depoentes foram interpretados, respeitando -se o seu contexto sociocultural e pessoal. A interpretação feita por meio do círculo hermenêutico, possibilitou a relação do todo( o ensino do Colégio Regente Feijó) com as partes( os discursos dos depoentes). Foi à luz do todo que as partes ganharam clareza.

Foi preciso voltar ao mundo vivido, olhar as coisas como elas se manifestaram para se apreender a essência do fenômeno.

Dessa maneira, as entrelinhas do material bibliográfico e da documentação oficial e não oficial levantados foram completados e elucidados pelos depoimentos prestados pelos entrevistados, elemento indispensável neste trabalho, bem como pela própria vivência da autora desta pesquisa.



## **2 EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ (1970-1982)**

### **2.1 ASPECTOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

O Estado, como instituição destinada à administração das atividades públicas, tem como encargo organizar e garantir os bens e serviços a serem usufruídos pela população, entre os quais a educação. Assim, todos têm a ela direito, como decorrência de um processo natural e legal, que se inicia no convívio social, em casa, na cidade, com a sociedade em geral. O homem educa-se e se desenvolve vivendo, interagindo e vivenciando experiências.

Homem, educação e trabalho estão intimamente interligados num processo contínuo, natural, social, complementar, harmônico, sem que, todavia, cada um dos elos perca sua especificidade. No Brasil, ainda não se compatibilizou adequadamente a harmonia entre educação e trabalho. Em parte talvez, devido ao caráter social dicotômico que marcou a população brasileira, desde o período Colonial, senhores e escravos, prolongando-se durante às fases seguintes, Brasil-Império, colonizadores e colonizados, e Brasil-República, elite e classes populares. Distinguindo-se nada menos que três regimes políticos, Colônia, Império, e República. E pensar que por quase cinco séculos essas mudanças deixaram marcas profundas no perfil da sociedade, da cultura e da escola brasileira!

Inicialmente, o Brasil era povoado por tribos nômades dispersas em sua vasta extensão territorial, tinha sua produção sedimentada nas mais rudimentares técnicas agrícolas. Com o processo de colonização portuguesa, inaugurou-se o período Colonial, estruturado em bases econômicas agroexportadoras, assentada na importação de mão-de-obra escrava.

Foi nessa realidade que a sociedade brasileira nasceu sob uma economia agrária, latifundiária e escravocrata que foi duplamente explorada pelos proprietários locais e pelos empresários internacionais. Essa sociedade conviveu com a mais desprezível forma de exploração do homem, a escravidão.

A história educacional brasileira tem início em 1549, com a chegada dos padres Jesuítas a Salvador. O ensino missionário constituiu-se de missões itinerantes e formação de aldeamentos. Mais do que uma pregação esporádica, aos poucos os religiosos criaram um sistema de ensino presente em suas instituições

com repercussões na vida da população nativa sob sua orientação mudando hábitos, valores e condutas. O sistema Jesuítico de educação leva a penetrar na vida dessa população.

Em livros de História de Educação, é freqüente encontrarmos referências explícitas ao ensino agrícola e artesanal nas Missões: “Como meio de treinamento de mão-de-obra para o empreendimento em vias de montagem na Colônia – o engenho de açúcar.” (MATTOS, 1958, p.73).

O treinamento para o trabalho, ao que os estudos mostram, era secundário nos planos Jesuíticos e visava atender às necessidades imediatas. Nessa história da educação colonial, destaca-se a figura do padre Jesuíta Manuel de Nóbrega. À sua atuação, poder-se-ia chamar de “Período Nóbrega”. Sua política educacional constituía-se em fundar grandes recolhimentos educacionais para educar os mamelucos, os órfãos, os filhos dos principais da terra e os filhos dos caciques.

Nóbrega, além da escola de ler e escrever para meninos, procurou organizar o ensino profissional para os meninos maiores que evidenciassem aptidões para os estudos de Gramática Latina.

Em uma carta enviada em 15 de junho de 1553 ao rei de Portugal, Nóbrega dá preciosas informações sobre sua intenção de ensino. Ele relata:

*Mando ensinar a alguns moços da terra para o sertão a ferreiros e tecelões; e de lá (Portugal) devam mandar dois meninos órfãos ensinados a oficiais para cá, porque isto achamos ser nesta terra uma grande parte para a conversão destes infiéis. A esta Casa deu Nosso Senhor, um irmão ferreiro, mui bendita alma. Este mantém estes meninos com o seu trabalho, porque faz resgate com o qual compram mantimentos... Faça enviar (de Portugal) o mais ferro e aço que puder dar que fazer ao irmão. (MATTOS, 1958, p. 45).*

E Mattos (1958, p.75) conclui: “Era o começo do ensino profissional na Colônia”.

E sobre isso, Santos (2000) afirma: “A inserção da mão-de-obra escrava como um dos pressupostos básicos da dinâmica do modelo econômico brasileiro implantado no período Colonial influenciou decisivamente a formação da nossa força de trabalho”.

A partir da introdução do escravo em determinadas ocupações, por intermédio da força física e pela utilização das mãos, os indivíduos livres afastavam-se dessas atividades como forma de não deixar dúvidas quanto à sua própria

condição na sociedade. Assim, deixavam claro que não pertenciam ao grupo de trabalhadores do sistema escravocrata.

O preconceito contra o trabalho manual começava a se formar, centrado no tipo de inserção do trabalhador na sociedade, escravo ou homem livre e não na natureza da atividade em si.

A discriminação dada às diversas ocupações manuais que ocorreu no Brasil-Colônia “foi uma das razões, dentre outras, que levou à aprendizagem das profissões, que naquele contexto era feita por meio das Corporações de Ofícios, que não tinham o mesmo desenvolvimento que se processou nos países da Europa”. (SANTOS, 2000).

O processo discriminatório em relação aos ofícios, traduzido pela relação entre atividade escrava e trabalho, exercido pelos homens livres, representou o sistema colonial, naquilo que se convencionou chamar de pacto colonial.

Sobre essa questão Garcia (2001, p.01) afirma que “No Brasil a formação do trabalhador ficou marcada já no início com o estigma da servidão, por terem sido os índios e os escravos os primeiros aprendizes de ofício. Com isto, [...] habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

Em 1759, com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, foram realizadas reformas, modificando a organização do ensino jesuítico.

As aulas régias foram instituídas, em lugar do ensino ministrado nos colégios jesuítas, sem contarem com vínculo organizacional, funcionando como disciplinas isoladas, de maneira instável e irregular.

As mudanças de ordem política, cultural e intelectual no Brasil, tiveram início a partir de 1808, com as medidas tomadas por D. João VI e se processaram no Brasil a partir do Império em 1822, com a ampliação considerável das forças produtivas que resultaram no desenvolvimento do modelo de aprendizagem de ofícios, embora esse ramo de ensino continuasse a ser permeado fortemente pelo conteúdo discriminatório.

No Brasil, a Constituição promulgada em 1824, não tratava diretamente do ensino profissional, porém, influenciou as diretrizes que o referido ramo de ensino tomaria no futuro.

No Paraná, após sua emancipação política, em 1853, o ensino profissionalizante era mais prático do que formativo. A educação se manteve precária. Depois de instalada a Província do Paraná, em 19 de dezembro de 1853, a situação educacional da extinta 5.<sup>a</sup> Comarca da Província de São Paulo era semelhante ao restante do Brasil.

A formação profissional no Paraná teve início com a criação sua Escola Normal, em 1876, tendo por objetivo corrigir deficiências da instrução pública. Com a República, houve a tentativa de valorização da Escola Normal como instrumento de qualificação dos professores. No Governo Caetano Munhoz da Rocha, César Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino, empreendeu uma reforma educacional no Paraná para que o sistema escolar tivesse maior eficácia. (LUPORINI, 1994).

Na história do ensino profissional no Brasil, os decretos baixados pelo poder central, foram constantes. As determinações visavam formação de âmbito profissional nas áreas comercial e industrial sem muito sucesso, a não ser pelas legislações que determinavam a formação de artífices, por mais de uma preparação prática, como artesãos, para realizarem trabalhos em oficinas da época. Tanto assim que, no final do período Imperial e início do Republicano começaram a funcionar, em algumas cidades, as primeiras escolas profissionais tanto para o sexo masculino como para o sexo feminino.

Desde o descobrimento do Brasil até a década de 1940, portanto durante mais de quatro séculos, a educação profissionalizante, ensino industrial ou ensino tecnológico (denominação mais atual), restringiu-se a algumas capitais. Anteriormente, no período Colonial, a aprendizagem profissional se realizava na prática, de uma pessoa a outra ou, mesmo, de pai para filho. Neste período, há a figura do Marquês de Pombal tentando implementar inovadoras mudanças no incipiente e ineficiente ensino praticado no Brasil.

Sobre isso afirma Chagas (1978, p. 9):

*Assim, numa terra em que nada praticamente mudara, outras oportunidades teriam de aguardar, para sua implantação, os itens inovadores de Pombal: o ensino das línguas modernas, o estudo das ciências experimentadas e a formação profissional. Esta não resistiu ao preconceito contra o trabalho manual e foi logo posta de lado.*

Chagas, em seu livro *Educação Brasileira: O Ensino de 1º e 2º Graus. Antes, Agora e Depois*, lembra que no Brasil, devido em parte ao espírito de imitação das elites brasileiras e, em parte, à influência europeizante do ensino ministrado no país

geralmente por estrangeiros, sempre predominou o gosto pelas Letras Humanas, Filosofia, Artes e Teologia, como o verdadeiro saber elaborado, em detrimento de outros saberes, julgados menores.

Ribeiro (1991, p. 28) também partilha desta opinião, quando afirma:

*O privilegiamento do trabalho intelectual em detrimento do manual afastava os alunos dos assuntos e problemas relativos à realidade imediata, distinguia-os da maioria da população que era escrava e iletrada e alimentava a idéia de que o mundo civilizado estava “lá fora” e servia de modelo. Os “letrados” acabavam por rejeitar não apenas esta maioria, e exercer sobre ela uma eficiente dominação, como também a própria realidade colonial, contribuindo para a manutenção deste traço de dominação externa e não para a sua superação.*

Ainda, continua a autora afirmando que a transmissão do saber-fazer se dava exclusivamente de modo informal e assistemático, pois “a educação profissional (trabalho manual), sempre muito elementar diante das técnicas rudimentares de trabalho, era conseguida através do convívio, no ambiente de trabalho, quer de índios, negros ou mestiços que formavam a maioria da população colonial”. (RIBEIRO, 1991, p.25).

A indicação mais precisa sobre o funcionamento do ensino profissional aparece em 1855, quando a antiga

*Aula do Comércio da Corte deu lugar ao Instituto Comercial (Rio de Janeiro). As chamadas Reformas Couto Ferraz (este era na época Ministro da Educação) tentaram reformular os cursos oferecidos pelo Colégio Dom Pedro II (embrião dos antigos grupo e ginásio), dividindo-os em duas etapas bem definidas: um ciclo de quatro anos chamado “estudos de primeira classe” dariam acesso a um segundo ciclo de três anos (estudos de segunda classe) ou os cursos profissionalizantes, a serem ministrados no referido Instituto Comercial e na Academia de Belas Artes, a qual deveria ministrar formação industrial, mas isso durou pouco tempo. (CHAGAS, 1978, p.17).*

Vários autores que estudaram a evolução do ensino profissionalizante afirmaram que durante todo o Império praticamente nada mudou nem quanto ao ensino secundário e superior, nem, tampouco, quanto a um possível ensino profissionalizante, este último com pouquíssimas escolas, em algumas cidades.

Este, com efeito, padecia do mesmo mal daquele, ou seja, a clara distinção entre escravos e senhores fazia com que todas as tentativas de democratizar e melhorar o ensino ou ministrá-lo mais de conformidade com as especificidades do País, fossem seguidamente minadas. No fundo permanecia, de um lado, a improvisação, a falta de preparo dos professores e, de outro, as mesmas tendências

européizantes (Humanidades, Ciências, Letras, Filosofia, etc.). Se algo mudava, era por pouco tempo, logo afluía o velho ensino com força redobrada.

Uma nova fase, na estrutura de formação de mão-de-obra no Brasil, seria inaugurada com o advento da Proclamação da República, em 1889.

Sobre isso Cunha (s/d, p.13) afirma: “Embora o Brasil estivesse centrado fortemente no modelo agroexportador, no contexto situado entre o final do Império e início da República, tivemos uma forte pressão dos diversos grupos da sociedade para transformá-lo num país cuja base econômica deveria estar fundada na produção industrial”.

Serzedelo Correia, como Ministro da Fazenda do Presidente Floriano Peixoto, foi um dos ferrenhos defensores da industrialização, ao afirmar que “... o abandono de nossas indústrias impediu o nosso desenvolvimento e nos deixou viver no regime da rotina e do atraso”. (SODRÉ, 1987, pp.61-62).

A Proclamação da República não significou mudança de ordem econômica e social e sim o fortalecimento das camadas economicamente dominantes da sociedade. Embora se desse num momento em que o velho modelo agroexportador já acusava sinais de exaustão, o regime republicano representou uma rearticulação do poder. Neste momento, a educação passou a ser repensada como instrumento de recuperação sob a bandeira de “Ordem e Progresso”.

A consequência dessa política foi, sem dúvida, a tentativa de disseminar a escola primária segundo a política descentralizadora que se mantinha atrás, desde o período Imperial. À mercê dos recursos disponibilizados pelos governos estaduais a expansão da rede escolar não ocorreu da mesma forma nas unidades federativas, gerando a disparidade de atendimento escolar nas várias regiões do país.

O período da República Velha (1889-1930) constituiu décadas das mais pródigas reformas de ensino, voltadas às camadas privilegiadas da população nacional. As camadas médias reivindicavam a democratização do sistema escolar ante o novo regime político que se instalara. Essa bandeira também era empunhada pelos trabalhadores urbanos, em suas expectativas de “escola única, universal e gratuita.” (XAVIER, 1994, p.116).

Até o começo do século XX, a política educacional brasileira privilegiava o ensino superior para a formação de uma elite intelectual e, ao mesmo tempo, procurava estender a educação a toda população. Dessa maneira, enquanto a Corte

dirigia suas atenções para o ensino superior e ginasial, as províncias ocupavam-se em expandir o ensino primário, criar escolas normais, comerciais e profissionais. A partir de então, verificou-se um redirecionamento das pressões sociais e uma exigência pelo ensino popular que se tornou mais significativa no período republicano.

No plano federal, em 1902, Rodrigues Alves assumia a Presidência da República, desenvolvendo a mesma política conciliatória de seu antecessor. O apoio às medidas de saneamento e urbanização no Rio de Janeiro ainda não tinha seu respaldo na escola. Começava-se a pensar o ensino como instrumento redentor da ignorância e das doenças epidêmicas que acometiam as pessoas. O protesto contra as medidas higiênico-sanitárias e a aprovação da lei da vacinação obrigatória foram pretextos para os adversários políticos insuflarem intensa movimentação contrária, por meio de manifestações populares.

A falta de uma conscientização maior da população levou as autoridades a introduzirem nos currículos escolares, conteúdos sobre aspectos sanitários e higiênicos. A educação, todavia, continuou com fortes traços da cultura humanística, situação que permeou a educação brasileira, e marcou a educação profissional pela falta de recursos na formação de profissionais preparados para atuarem em serviços públicos na área da saúde e em outras áreas também.

Na década de 1920, em Ponta Grossa, houve um projeto para construção de um grande edifício para abrigar a futura Escola Normal, período em que teve início a história do prédio atual do Colégio Estadual Regente Feijó.

A década de 1930 representa um marco na trajetória política social brasileira, uma vez que a questão social passa a receber um tratamento bastante diferenciado em relação à República Velha.

As primeiras iniciativas do Governo Provisório, ou seja, governo getulista, levaram a sua política a interferir de forma crescente na problemática social, entendida como o conjunto das questões originadas das relações entre capital e trabalho e a conseqüente reivindicação de direitos sociais pela massa do operariado.

Outra questão relacionada à política de Getúlio Vargas será a de proteção à infância e à juventude, especialmente através da organização do Departamento Nacional da criança. E, nessa política de amparo à prole, o Estado deveria cuidar do problema do menor trabalhador e de sua formação profissional.

Em sua mensagem de Natal, em 1932, como chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas enviou uma mensagem aos interventores, apelando por maior atenção aos problemas: “concernentes à proteção e à saúde da infância, pois nenhuma obra patriótica, inicialmente ligada ao aperfeiçoamento da raça e ao progresso do país, excede a esta, devendo constituir, por isso, preocupação predominante em toda a atuação política, verdadeiramente nacional”.( Mensagem, pasta II-14, série h, 24-12-1932).

Ainda nessa mensagem, Vargas adiantava a futura organização de um congresso na Capital Federal visando reunir os trabalhos apresentados pelos estados capazes de auxiliar o governo federal a “promover o bem-estar, a saúde, o desenvolvimento e a educação da criança, desde antes do nascimento, pela assitência à maternidade, até a idade escolar e a adolescência”.

Cyntia Pereira de Sousa em seu artigo: saúde, educação e trabalho de criança e jovens: a política social de Getúlio Vargas (2000) faz um levantamento histórico de toda política educacional de Vargas e seu interesse na saúde de crianças e jovens. Devido a esse interesse foi criado, em 1938, o Departamento Nacional da Criança. Em sua mensagem natalina de 1939, o presidente Vargas, repetindo o que dissera há sete anos, recomendava aos poderes estaduais e municipais que destinassem verbas “permanentes aos serviços de puericultura”. Apelava à iniciativa privada para que fossem encontradas estruturas adequadas aos seus trabalhadores, para que,

*enquanto as mães ganham o pão nas fábricas e oficinas, os filhos pequeninos estejam nas creches, recebendo, com os cuidados higiênicos necessários, alimentação sadia e adequada, e os crescidos estudem nos jardins da infância e escolas próprias da idade. ( VARGAS, apud SOUSA, p. 233).*

Essas recomendações expressas nas mensagens natalinas do presidente Vargas são retomadas por Gustavo Capanema na exposição de seu projeto, que mais tarde foi aprovado e constituiu o Decreto-lei nº 2.024, de 17 de fevereiro de 1940, fixando “as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país”. (SOUSA, 2000).

A grande obra era dotar o país de “gente forte e sadia”. Homens, mulheres, médicos e pessoas abastadas foram conclamadas para que dessem suas contribuição a obras filantrópicas e de assistência social.



Nesse contexto acontecem as alterações na organização escolar brasileira.

Sobre as modificações ocorridas no ensino primário e sobre a reorganização do sistema educacional paranense, Miguel (1992, p.73) afirma que as mudanças só aconteceram após o ano de 1930 e que dois fatores impulsionaram essa reorganização: o aumento crescente da população e a demanda por escolas; e o entendimento do governo de que a instrução pública deveria ser organizada a partir dos princípios de moralização e racionalização para a administração do Estado.

Segundo a mesma autora, “a demanda por escolas acentuou-se principalmente nas décadas de 1940 e 1950, à medida que se consolidou o processo de ocupação e colonização do território paranaense”.(Ibid, p.73).

O crescimento da demanda social determinou a reformulação e exigiu a modificação do papel do próprio Estado nesse processo. A Revolução de 1930 abriu a possibilidade da expansão do ensino, para nele incluir uma parcela maior da população, especificamente nas regiões mais industrializadas.(Ibid, p.154).

Em março de 1932, uma plêiade de mais de 25 educadores e intelectuais da época, reunidos, redigiram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; eram pessoas que, na época, mais entendiam de educação, cujas orientações compreendidas pelas autoridades nacionais, serviram de base para reorientação do Sistema Educacional Brasileiro, como, mais tarde, realmente vieram a ser criadas: Escolas Profissionais, SENAI e Escolas Técnicas Federais inspiradas no documento. Esses centros educacionais tinham como objetivo passar uma educação bilateral, ou seja, constituída de ciência e trabalho, traduzindo a idéia dos Pioneiros em se criar escolas especialmente destinadas à formação profissional. O Manifesto dos Pioneiros surgiu numa fase em que o país se ressentia a ausência de uma Educação sistematizada. Havia necessidade de criar-se algo novo em termos de Educação, que pudesse caracterizar o rompimento definitivo com o passado e traçar novos rumos.

Muitos autores apresentaram seus pensamentos nesse período de mudança de rumo, como foi o caso de Fernando Azevedo, que via, na escola, a possibilidade de unificação nacional. O texto do Manifesto dos Pioneiros, cujo redator foi o próprio Fernando Azevedo, assim se expressava:

*(...) Mas, de todos os deveres que incubem ao estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior somma de sacrifícios; aquelle com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projectam mais longe nas suas conseqüências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para affirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana.*

Cecília Meireles, que estava no grupo dos mais de 25 intelectuais que assinaram o Manifesto dos Pioneiros, em suas crônicas a respeito de educação, no Diário de Notícias, entre 1930 e 1932, afirmava sua crença no papel da escola e dos propósitos da Educação Nova como responsável pelas mudanças necessárias à sociedade como um todo:

*A escola é que sempre nos dirá o que somos e o que seremos. Ela é o índice da formação dos povos; por ela se tem a medida das suas inquietudes, dos seus projetos, das suas conquistas e dos seus ideais. (Da Crônica "Nossas Escolas", publicada no Diário de Notícias, na coluna – "Comentário" de 16/11/31).*

*A Nova educação tem, principalmente, essa vantagem: de não se dirigir apenas à escola, à criança e ao professor. Ela atua sobre a família, a sociedade, o povo, a administração. Ela está onde está a vida humana, defendendo-a, justamente, dos agravos que sobre ela deixam cair por interesses inferiores, esquecidos das altas qualidades e dos nobres desígnios que definem a humanidade, na sua expressão total. (Da Crônica "A Responsabilidade da Imprensa", publicada no Diário de Notícias, "comentário" de 23/09/1930).*

A Escola Nova, apesar de ter partido de uma facção da elite economicamente dominante, representa, de fato, uma tentativa de democratização do sistema de ensino, em que o apelo em favor da educação torna-se mais forte, passando a exigir a expansão do ensino para aqueles que se encontravam excluídos do sistema escolar. Pode-se dizer que é esse momento em que o Estado é realmente chamado à responsabilidade, para a implantação de uma escola única, pública e gratuita.

A escola única e gratuita teria o papel de promover a homogeneização do novo conhecimento, que estava sendo elaborado com as transformações sociais. Sobre isso Azevedo (S.D, p. 73) comenta:

*A escola única, que prepara hoje e assegura a unidade dos cidadãos é a pedra angular do novo edifício. Quanto mais for o tempo em que na escola comum, gratuita e obrigatória puderem viver lado a lado, os alunos dos diversos meios, tanto mais estes, tornados adultos, estarão em condições de uma compreensão e estima recíproca para realização da unidade nacional.*

Segundo o mesmo autor, a necessidade de uma nova educação se dava, naquele momento, pela transformação contínua da indústria, que estava impondo um acréscimo adequado da capacidade de operários, empregados e técnicos e ao desenvolvimento e complexidade nova que as operações comerciais exigiam e, também: “ a substituição do ensino técnico por um sistema flexível e vivo, com a formação teórico – prática [...] e abrir o trabalho útil na agricultura, no comércio e nas indústrias.” (ibid, p. 155).

Entre as intenções educacionais de Getúlio Vargas, o ensino profissional tinha absoluta prioridade, ensino que sempre defendeu e pelo qual lutou. Em seus pronunciamentos o ensino técnico-profissional merece destaque, “parece ter sido, em matéria de educação, o único ideal realmente abraçado por Vargas.”(CUNHA, 1981, p.118).

Em dezembro de 1937, Getúlio Vargas afirmava que “o preparo profissional é tarefa das mais urgentes, cabendo aos elementos do trabalho e da produção, agrupados corporativamente, colaborar com o governo para formar os técnicos de que tanto necessita o país”.(VARGAS, 1938, p.106).

Em 1941, empresários solicitaram ao governo a criação de um serviço de seleção, aperfeiçoamento e formação de trabalhadores na indústria. Assim, o então ministro Capanema montou uma comissão, composta de elementos da indústria, para estudar medidas que viabilizassem a participação das indústrias no processo de formação de seus operários, resultando disso a criação do SENAI. O serviço foi estruturado em dois setores: seleção e orientação profissional; aprendizagem e aperfeiçoamento técnico.

O êxodo rural passou a ser maciço e a explosão demográfica do país contribuiu com o contingente de jovens que necessitavam trabalhar e buscavam educação profissionalizante. Por isso, houve necessidade do surgimento de novas estruturas educacionais e profissionais no país, sendo uma das medidas, a criação da *Lei Orgânica do Ensino Industrial de 30 de Janeiro de 1942*, que era destinada à preparação profissional de trabalhadores da indústria, do transporte, das comunicações e da pesca, em nível secundário. Houve uma grande procura por essa formação profissionalizante, sendo criados no mesmo ano Escolas Técnicas e

Ginásios Industriais, além da reorganização do SENAI como escola-indústria que tinha por finalidade formar mão-de-obra.

A criação do SENAI, em 1942, representou progresso, embora sérios problemas de ordem social e administrativa tenham comprometido seu êxito. No mesmo ano, em 1942, o ministro Capanema conseguiu a aprovação de Vargas à “lei orgânica do ensino industrial”, situado no grau médio, após a escola primária. Os cursos industriais de grau médio eram “destinados ao ensino, do modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa duração profissional”, e os cursos dados no SENAI eram “destinados a ensinar, metodicamente aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob o regime reduzido, o seu ofício”. Finalizando, o Estado Novo, em 1946, sob o governo do general Dutra, entre outras leis a organizar a educação no país, foi promulgada a lei orgânica do ensino comercial, criando-se o SENAC, nos mesmos moldes do SENAI. Essas duas instituições continuaram fortalecidas mesmo após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em dezembro de 1961. A lei veio conferir uma nova estruturação do sistema educacional brasileiro, dando origens aos chamados “ginásios orientados pelo trabalho”. Dez anos depois, a reforma de 1971 estabeleceu oito anos de ensino “fundindo os ramos profissionais do primeiro ciclo do ensino médio ao secundário, e destes ao ensino primário”.

A era Vargas, a despeito de qualquer exagero que caracterizaram sua política, principalmente a política educacional e familiar, não se pode negar a inauguração de uma nova fase na política social brasileira, por uma postura mais definida do governo em face da problemática social.

E sobre a política nacional de saúde adotada, Braga e Paula (1981, p.50), assim observam:

*É possível afirmar que a partir de 1930 emerge e toma forma uma política nacional de saúde e, mais precisamente, instalam-se os aparelhos necessários à sua efetivação. Entretanto, cabe desde já afirmar também o caráter restrito desta política de saúde. Restrito porque limitada na amplitude de sua cobertura populacional e nos aspectos técnicos e financeiros de sua estrutura organizacional.*

As mudanças sofridas no Brasil, entre as décadas de 1930 a 1960, foram abruptas pela reestruturação do sistema econômico que passou de colonial primário a uma economia de mercado aberto com indústrias internas. Uma das principais

alterações nesse período histórico foi o grande aumento no número de operários que trabalhavam para a expansão da indústria mecânica, ferroviária e siderúrgica.

Até a década de 1950, os brasileiros ainda debatiam se o país deveria permanecer em uma economia essencialmente agrícola ou se deveria encaminhar-se forçosamente para a industrialização. Na prática, a discussão foi resolvida pelo Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek, que deu início à indústria automobilística brasileira, cobriu o país de estradas pavimentadas e começou um programa ambicioso de produção de energia e desenvolvimento industrial.

A partir de 1955, quando se deu a expansão industrial com Juscelino Kubitschek, o Brasil não aproveitou a oportunidade de formar profissionais e técnicos por optar pela economia de substituição das indústrias nacionais pelas estrangeiras e esse período de dominação externa no suprimento de mão-de-obra do país permaneceu, com grande intensidade, até 1961.

No Governo de Juscelino Kubitschek, a ideologia oficial baseava-se no nacionalismo desenvolvimentista, ligado à produção teórica e ideológica do ISEB, criado em julho de 1955, pelo Presidente Café Filho.

O ISEB ficou subordinado ao Ministério de Educação e Cultura, MEC, e

*... adentrou o período juscelinista e janguista sustentando uma produção teórica (...) no sentido de garantir a veiculação dos ideários de industrialização e nacionalismo como diretrizes para a prosperidade nacional. Mas o nacionalismo desenvolvimentista de JK, de Jango e do ISEB, ou seja, a ideologia oficial, não entrou em consonância total com a política econômica do governo. (GUIRALDELLI, 1994, p. 118-119).*

Durante o Governo de Juscelino Kubitschek a política econômica do País passou por transformações, no contexto da expansão do capitalismo mundial.

A industrialização foi considerada o móvel do desenvolvimento, e, por isso, a educação passou a ter papel importante na preparação da mão-de-obra composta por um contingente de pessoas, muitas delas vindas do campo.

Até o início dos anos de 1950, a escolarização formal era reconhecida como um bem de consumo elitizado, principalmente nos países subdesenvolvidos. Qualquer vínculo teórico entre o sistema educacional e as teorias do desenvolvimento econômico aparecia de maneira incipiente. A partir dos problemas de crescimento econômico e distribuição de renda que emergiram nos anos

sessenta, o papel da educação como produtora de capital humano tornou-se evidente.

O período que se direcionou à implantação de um sistema educacional mais próximo às necessidades profissionais foi após a Revolução de 1964, em que houve a reestruturação da educação, visando a atender diferentes áreas do conhecimento, principalmente, na área da saúde. Batista (1998, p. 50) explica que “O ensino profissionalizante diferenciado e separado da educação básica, tornou-se preocupação nacional e expandiu-se, na medida do possível, por todo o país”.

Aproveitando o momento de expansão, empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro se reuniram e criaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), órgão que fazia reuniões informais pregando mudanças profundas na economia e no sistema político. A partir de encontros planejados e discussões preliminares o grupo foi oficialmente constituído em 29 de novembro de 1961, permanecendo em atividade até maio/junho de 1971, quando se auto-extinguiu. Essa instituição, inicialmente foi formada por homens de negócios bem sucedidos, mais tarde foi representada por profissionais liberais, intelectuais, professores, estudantes, sindicalistas. Uma das intenções do órgão era a de implementar propostas educacionais fundamentadas na teoria do “capital humano.”<sup>2</sup> . O objetivo da Educação seria formar o produtor, o consumidor e a mão-de-obra requerida pela indústria moderna, integrando-se ao capitalismo internacional. O investimento no recurso humano objetivava a formação profissional para a atuação em vários campos de trabalho. Suas idéias foram publicadas no livro chamado “A educação que nos convém”. (FAZENDA, 1988, p.78).

---

<sup>2</sup> A preocupação da época era a de encontrar uma fórmula capaz de aliar o crescimento econômico à distribuição de renda nacional. Pensou-se em uma teoria cujo pressuposto básico, firmava-se na compreensão da educação e do treinamento como responsáveis pelo crescimento da produtividade.

A concepção de educação desenvolvida em uma perspectiva empresarial baseia-se na teoria do “capital humano”, que ressalta seu caráter econômico. A educação é tomada como um investimento capaz de produzir renda. O homem é considerado parte do capital e convertido em recurso humano para a produção e inovação.

O objetivo da educação nessa teoria, seria a de formar o produtor, o consumidor e a mão-de-obra requerida pela indústria moderna, integrando-se ao capitalismo internacional (“ajudas” USAID/UNESCO conhecidas como os acordos Mec/Usaid.)

Mais recentemente neste sentido da teoria do “capital humano”, Stewart observa: “Se um dos principais objetivos do “Capital humano” é a inovação então o capital humano é formado e empregado quando uma parte maior do tempo e do talento das pessoas que trabalham é dedicado a atividades que resultam em inovação e geração de lucros”. (STWA RT, 1998, p. 77).

Segundo a mesma autora (p.78) , em 1968, foi realizado um fórum de debates com o mesmo título do livro dos empresários, cujo objetivo seria preparar a juventude para a vida de seu tempo, “com uma educação em obediência ao seu programa, que é servir ao desenvolvimento social da empresa brasileira.”

Para a expansão dessas idéias, foram organizadas várias conferências internacionais voltadas para a educação na América Latina. A finalidade era melhorar a educação em todos os graus, níveis e aspectos.

Almeida (1993, p. 53) assim se refere à idéia de educação como investimento:

*Como se pode visualizar ... a palavra de ordem foi a econômica e a premissa do aluno enquanto pessoa a ser formada, enquanto indivíduo a ser trabalhado, é substituída por: produtor, consumidor, portador de mão-de-obra qualificada para determinada indústria, palavras que se repetem e se consolidam na Reforma de 1971- quase dez anos após.*

Essa nova concepção de educação defendia a implantação do ensino profissionalizante compulsório, com vista a um novo direcionamento do ensino brasileiro.

Com essa medida, o governo objetivava diminuir a demanda e a pressão que se fazia sobre o ensino superior. Mas, mesmo assim, muitos egressos dos cursos profissionalizantes procuravam os cursos superiores.

Na década de 1970, iniciaram-se as promessas de mudanças e de desafios, com a euforia de setores empresariais com os altos índices de crescimento da economia e com a criação de vários programas, visando a aumentar a capacidade produtiva, através da maximização da eficiência e da rentabilidade dos recursos disponíveis. Ainda dentro do espírito de “desenvolvimento com segurança” no campo da educação, era necessária a realização de reformas institucionais, no que diz respeito à escolarização e à qualificação da força de trabalho.

A hipótese fundamental foi que a educação se tornasse o maior investimento em capital humano, tanto em âmbito pessoal como nacional.

Deriva-se desta orientação que

*... um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, corresponde a um acréscimo marginal de capacidade de produção. Ou seja, a idéia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção. Desta suposição deriva-*

*se que o investimento em capital humano é um dos mais rentáveis, tanto no plano geral do desenvolvimento das nações, quanto no plano de mobilidade individual.” (FRIGOTTO, 1993,p.41).*

Em 11 de agosto de 1971, foi aprovada a Reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN/61, na Lei n.º 5.692. (BRASIL,1971). Se por um lado, esta lei reestruturou a organização escolar apresentada na Lei n.º 4.024/61, por outro, promoveu a ruptura da estrutura escolar e do ensino até então vigentes, impondo, em lugar da formação acadêmica, que era extensiva a todo o território nacional, uma formação técnico-profissionalizante no 2.º grau.

A Lei n.º 5.692/71 assim estabelecia:

Do Ensino de 1.º e 2.º graus

Art. 1.º – O ensino de 1.º e 2.º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente de cidadania.

Art. 4.º (...)

§ 3.º – Para o ensino de 2.º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação ou o conjunto de habilitações afins.

Art. 5.º (...)

§ 2.º – A parte de formação especial do currículo:

- a) Terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1.º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2.º grau. (BRASIL,1971, p.5).

Percebe-se no texto da Lei a utilização de categorias verbais como “proporcionar e desenvolver”, estas serão muito utilizadas no decorrer de todo o período por representarem as novas vertentes de formação técnico – profissionalizante para a etapa do capitalismo que se iniciava.

Ao encaminhar o anteprojeto de Reforma de Ensino ao Presidente da República, no dia 30 de março de 1971, o então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, assim defendeu as novas iniciativas educacionais:

*Agora, Vossa Excelência não proporá ao Congresso Nacional apenas uma reforma, mas a própria reforma que implica abandonar o ensino verbalístico e academizante para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1.º e 2.º graus voltado para as necessidades do desenvolvimento. E como a educação predetermina o desenvolvimento, o abandono do ensino meramente propedêutico, pela adoção de um processo que valorize progressivamente o estudante, dando terminalidade à escola de 2.º grau, preparando os técnicos de nível médio de que têm fome a empresa privada e pública, significa uma revolução, no sentido sociológico do tempo: atinge as raízes do processo, e em curto prazo.*



*Em uma palavra, é o que Vossa Excelência preconiza: a Revolução pela Educação.*(PILETTI, 1988, p. 32).

A Lei n.º 5.692/71 que fixava diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º Graus acabou por expressar as estratégias em prol de uma ideologia de desenvolvimento associada ao capital internacional. A preocupação do governo em reformar o ensino primário e médio manifestava a intenção de criar “supostas” condições de igualdade para a grande massa num momento de extrema desigualdade e repressão. A expansão da oferta educacional acarretaria a democratização no acesso à escolaridade e a mobilidade da estrutura social em última instância, a redução das desigualdades sociais.

A Reforma de Ensino de 1.º e 2.º graus “foi acolhida com entusiasmo por boa parte do professorado que, empunhando os projetos inovadores da ditadura militar, se atiraram num frenesi pela concretização das determinações da nova legislação.” (GHIRALDELLI, 1994, p. 171).

Esse otimismo apresentado no artigo 1.º como forma de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente de cidadania” (BRASIL,1971, p.5), ocultava a contradição existente na relação homem-trabalho.

Na época, os discursos em torno da Lei 5.692/71, que veio substituir praticamente na íntegra as propostas educacionais expressas pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 4.024/61, diziam que a alteração de legislação atendia aos ditames de um novo momento social e que pedia, para isso, uma nova escola e uma nova visão educacional. A reforma educacional implantada pela ditadura militar atendia ao chamado de construção de “um projeto nacional” que serviria de alavanca para o desenvolvimento do “Brasil – Potência” (SAVIANI, 1987,p.127).

Para dar seqüência a esse projeto, foi publicado o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento,1970-1974), que visava a capacitação produtiva através da eficiência e da rentabilidade dos recursos disponíveis. Esse plano foi denominado “Revolução Social e Humana”. ( I PND, p.06).

Em 1974, o “milagre” econômico via ao mesmo tempo a outra face da realidade: a subnutrição, a mortalidade infantil, a miséria, o analfabetismo e a

desesperança. Por tudo isso, a administração do presidente Ernesto Geisel publicou em dezembro de 1974 o II PND (1975-1979), cujo título era “Desenvolvimento e Grandeza: O Brasil como potência emergente”.

Esse plano dava ênfase ao binômio **Desenvolvimento e Segurança**, objetivando construir no Brasil uma sociedade moderna, progressista e humana, priorizando no campo social: “a Educação (sob o ponto de vista quantitativo e, notadamente, de qualidade de ensino, com esforço na área de pós-graduação) e a saúde, ao lado da infra-estrutura de serviços urbanos”. (II PND, p.99).

Por isso, a direção filosófica da Lei 5.692 é toda idealista, porque se descobre que todos os conceitos incluídos no artigo 1.º da Lei têm um sentido que os une, nos países subdesenvolvidos, a duas teorias: a teoria desenvolvimentista e a teoria da modernização. Sobre essa questão assim Triviños (1987, p.165) analisa:

*Estes dois suportes teóricos, próprios para compreender o progresso dos povos do Terceiro Mundo, estão submetidos a todas as eventualidades que caracterizam o capitalismo dependente nas regiões pobres que lutam por sua sobrevivência, de maneira que “a preparação para o trabalho”, que em outro contexto poderia significar a dignificação do ser humano na realização própria para o bem-estar coletivo, no regime capitalista está unida à idéia de mercado ocupacional”.*

Os propósitos anunciados no artigo 1.º da Lei 5.692/71, conforme assinala Triviños (1987, p. 164), são aceitáveis “... quando tudo está bem, quando as necessidades fundamentais dos membros da comunidade são adequadamente atendidas”.

Percebe-se que a Reforma apresentada ao Presidente da República pelo então, Ministro Jarbas Passarinho, tinha os dois suportes teóricos: o desenvolvimentista e a modernização, na qual a “preparação para o trabalho”, no regime capitalista, ligava-se à mão-de-obra barata. A modernização é entendida por Gordon como:

*a capacidade de aprender com a experiência alheia, tomar empréstados e adaptar os métodos de produção, distribuição e organização que os outros encontraram através de décadas de lenta experimentação e desenvolvimento. Acentuo a adaptação ao invés da cópia, visto que os métodos devem ser ajustados às condições e desejos especiais de cada país em desenvolvimento. Numa era de crescente complexidade tecnológica, esse processo de adaptação simplesmente não pode ser conseguido sem um moderno sistema educacional. Grifo nosso. (1962, p.69/70).*

Nota-se que, o ensino secundário no final da década de 1960, foi desenvolvido com base no conceito do “Capital Humano”, principalmente, influenciado por economistas ingleses e americanos. A influência dos economistas, aliás, não se deu apenas na área da educação, mas da saúde em âmbito local, por meio do desenvolvimento de escolas de saúde”. (BRASIL, 1971, p.5). Essas influências na área da saúde, se voltaram basicamente na organização dos serviços. Afinal, o investimento no “capital humano” objetivava a formação profissional para a atuação em vários campos de trabalho, tanto nos setores comercial, industrial e administrativo, como no setor de saúde de âmbito público e privado. Para isso, precisava-se de um grande número de profissionais.

A reestruturação do ensino brasileiro, segundo a Lei 5.692/71, claramente transparecia as exigências impostas por organismos internacionais sem um estudo prévio das condições e da realidade educacional e social brasileira.

Quanto à questão ideológica, Fazenda (1988) afirma que as reformas educacionais ocorridas nesse período tiveram a herança da ideologia liberal nacional-desenvolvimentista, forjada pelo ISEB.

No que diz respeito ainda às reformas da década de 1970, a historiadora da educação Otaíza de Oliveira Romanelli (1998, p. 169) defende a idéia de que as reformas colaboraram no sentido contrário, pois acabaram por representar um mecanismo de controle, por parte da maioria dominante, do processo de expansão da rede escolar.

Dentro da perspectiva de ascensão social pela formação de uma juventude treinada para o trabalho, vários acordos para o funcionamento e modernização do aparelho escolar foram assinados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), no Brasil, a partir de 1964. (PIZANI, 1999, p. 61).

A influência dos Estados Unidos no processo de desenvolvimento nacional teve como uma de suas diretrizes a educação, no preparo de pessoas voltadas, acima de tudo, para o lucro e suas implicações no mercado interno.

A nova concepção de educação defendia a implantação do ensino profissionalizante compulsório e um novo direcionamento do ensino brasileiro. Várias conferências foram realizadas “sob a influência da Aliança para o Progresso, que estabeleceram metas quantitativas de expansão do sistema educacional latino –

americano e reforçaram o discurso da necessidade de recursos humanos apropriados ao desenvolvimento econômico”. (XAVIER, 1990, p. 145).

A formação técnica - profissional proposta para os cursos de 2.º Grau não se restringiu a um setor de atividade profissional, mas a um leque de setores, buscando desta maneira, atender às necessidades de uma mão-de-obra especializada que o desenvolvimento industrial e tecnológico, no Brasil, passava a exigir cada vez mais.

A criação dos cursos profissionalizantes, no Brasil, visando a atender diferentes áreas de conhecimento, propunha-se à abertura de vários cursos. Na área da saúde foram criados cursos de Auxiliar de Administração Hospitalar, de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Fisioterapia, entre outros. “Deve-se, naquele momento, a uma política de educação associada a uma política de saúde, visando ao perfil profissional em nível médio, auxiliar e superior, conforme as discussões em reuniões da Associação Brasileira de Ensino Médio, em 1969, marcada pela defesa do ensino e da prática de bons hábitos, para transformar a educação, a escola e a saúde do País.” (PIZANI, 1999, p. 61).

Em 25 de julho de 1953, ocorreu o desmembramento do então Ministério da Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde, ficando definido ao Ministério da Saúde o estabelecimento de planos nacionais de saúde e ao Ministério da Educação e Cultura de estimular a formação de profissionais para a saúde. (Ibid, p.61).

Mesmo com todas essas mudanças, a década de 1960, em nosso País, não foi marcada por uma política de saúde definida e o modelo vigente apresentava uma prática assistencialista e curativa. Em 1967, ocorreu a IV Conferência Nacional de Saúde, objetivando oferecer sugestões para a formulação de uma política permanente de recursos humanos, tendo em vista a formação de pessoal. Segundo Alcântara (1969, p. 50), neste momento, os profissionais de saúde e da área de ensino universitário discutiram o perfil do profissional de saúde necessário ao País, formados nas universidades, de acordo com a Política Nacional de Saúde.

O que todos concordavam era que embora a estrutura da população brasileira tivesse se modificado de forma significativa, o controle das principais epidemias, predominantemente urbanas, permaneciam como grave problema de saúde pública. A complexidade do quadro sanitário exigia a estruturação de um

aparelho de serviços de saúde, tanto do ponto de vista técnico, quanto financeiro, para que dessem conta da multiplicidade de intervenções que a realidade impunha.

Nos anos 1980, houve a ausência de projetos em educação e diante do quadro de profundas crises política, econômica e social, o Estado procurava instrumentos de aproximação e de incorporação das massas populares. A Educação passou a representar uma das estratégias destinadas a realizar a justiça social. A partir de 1985, apresenta-se a proposta da “ educação para todos” sob a proteção do discurso “tudo pelo social”, do governo José Sarney. A luta pelo ensino público e gratuito ressurgiu e, em dezembro de 1988, dá entrada no Congresso, o projeto de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, inicia-se no Brasil, uma nova etapa no setor educacional.

## 2.2 A IDENTIFICAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL NO PARANÁ (1970-1982)

O crescimento e a expansão da rede escolar foi um processo longo e contínuo que começou a se intensificar, no final do século XIX e início do século XX, resultando, em parte, do aumento da população paranaense com a entrada de imigrantes, de diferentes nacionalidades, que foram se instalando em colônias próximas aos centros urbanos.

Assim como a religião, o aprendizado de leitura e escrita fazia parte de suas vidas. A frequência à escola já era costume em sua cultura de origem. A frequência às aulas permaneceu entre os estrangeiros e seus descendentes e, dessa maneira, concorreu progressivamente para que o aumento do número de alunos fosse em escola de nível primário ou de nível ginásial.

Esses estrangeiros passaram a atuar no cenário paranaense e integraram-se às atividades educacionais, sociais, políticas e econômicas. Aos poucos começaram a fazer parte da força de trabalho e incorporaram-se à classe trabalhadora em suas “...reivindicações nas participações dos bens sociais pelas classes trabalhadoras, quase sempre em consonância com os valores vigentes, algumas vezes na posição de “vanguarda” trabalhadora, nos núcleos urbanos emergentes, que se fizeram de modo mais veemente.” (MIGUEL, 1997, p. 50-51).

No Paraná, as reformas educacionais sempre estiveram presentes nos discursos dos governadores e secretários da Educação, desde 1964. Logo após a

Revolução, naquele ano, foi criado o Conselho Estadual de Educação, através da Lei n.º 4.978, de 5 de dezembro de 1964. Neste período, governava o Estado o General Ney Amintas de Barros Braga, que assim se pronunciava: “Inaugura-se nova fase na história educacional do Paraná”. (PR, 1989, p. 59).

A idéia de ligação entre educação e desenvolvimento já aparece nos discursos do Governo Ney Braga, no início dos anos de 1960. Assim, visando à superação dos problemas não resolvidos pela gestão anterior, Ney Braga criava a “Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação” e o “Plano Estadual de Educação” (1962), ambos com o objetivo de organizar um sistema de ensino ajustado às (...) necessidades quantitativas e qualitativas do nosso desenvolvimento”. (PR, 1989, p. 59).

O artigo 1.º da Lei Estadual n.º 4.978/64, destaca os objetivos da educação no Paraná, em dois momentos: “o oferecimento, a todos os habitantes do Estado, de idênticas oportunidades educacionais, a fim de habitá-los a participar efetivamente do seu desenvolvimento social e econômico” e “... a pesquisa de vocação, o desenvolvimento de aptidões e a oportunidade de orientação profissional, tendo em vista a perfeita e harmônica integração do educando na comunidade de trabalho”. (MARTINS, 1999, p. 41 e 42).

Para a implantação da Reforma 5.692/71, no Paraná, vários simpósios foram realizados e no I Simpósio de Ensino do Paraná (ISENPAR), em 1969, foram discutidos os resultados obtidos nas atividades educacionais desenvolvidas, a conscientização dos professores nas reformulações do ensino e a recomendação de medidas para a sua implantação.

*No final da década de sessenta o Paraná estava preocupado em fazer suas reformulações no sistema educacional, concluindo-se que muito daquilo que foi publicado pela Lei n.º 5.692/71 já estava sendo aplicado no Paraná anos antes”.(MARTINS, 1999, p. 41-42).*

Em 1972, o Governador do Estado, Pedro Viriato Parigot de Souza, apresentou à Assembléia Legislativa do Estado, mensagem, na qual enfatizava obediência à Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971: “No setor da educação e cultura, o ano de 1971 caracterizou-se pelas providências iniciais para compatibilizar o funcionamento da rede estadual de ensino à filosofia e aos mandamentos da Lei Federal (...) que estabeleceu novas normas e diretrizes para a educação nacional”. (SOUZA, 1972, p. 61).

Destacou também a reforma administrativa da Secretaria da Educação e Cultura, para se adequar à reforma estrutural do Ministério da Educação e Cultura e às imposições do Decreto-Lei n. 200, de 20 de fevereiro de 1967.

No âmbito da saúde pública, afirmou que “a capacitação de pessoal técnico superior e auxiliar, através de cursos regulares e treinamento, constituiu ponto alto para o desenvolvimento das atividades técnicas dos serviços”. (Idem, 1972, p.63).

Em 1973, dentre as atividades da Secretaria da Educação e Cultura, destacava-se a implantação da reforma de ensino, recomendada pela Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

O Governador Parigot de SOUZA afirmava que, com a lei

*houve uma verdadeira revolução no ensino brasileiro, eis que se deixou o **imobilismo** então imperante, em que o ensino era dividido em primário, médio ginasial, médio colegial, e se passou ao **dinamismo** com o ensino divido em 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> graus, o 1.<sup>o</sup> grau abarcando o antigo ensino primário e médio ginasial; o 2.<sup>o</sup> grau correspondendo ao antigo médio colegial, mas agora com caráter profissionalizante; o 3.<sup>o</sup> grau correspondendo ao superior (grifos do autor). (Idem, 1973, p. 53-54).*

Em sua mensagem, apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, assim se pronunciou o então governador do Estado, Dr. Parigot de Souza, quanto ao plano de implantação da reforma de ensino de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus no Paraná: “A reforma do ensino de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus é, talvez, o maior desafio que a Revolução lançou ao povo brasileiro e, para que ela tenha o êxito que todos esperam, é necessário mudar, sobretudo, a mentalidade do professor, através de treinamentos específicos, pois a estática tem que ser substituída pela dinâmica” (PR, 1973, p. 53).

O Secretário da Educação e Cultura da época, Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira em palestra proferida, no ciclo de estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Delegacia do Paraná, em outubro de 1974, assim se posicionou ao relatar a implantação da nova política educacional.

*A Lei 5.692 com seu caráter de atualização do sistema de ensino de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus que impôs uma nova atitude fazendo com que a estrutura do planejamento educacional passasse a ser vista como um sistema mais amplo que deve prever e esquematizar estrategicamente as decisões sobre recursos, organização pedagógica e administrativa a serem adotados na condução do processo educacional global. Propõe uma reforma do ensino para ajustá-lo às exigências do desenvolvimento econômico e social. (EDUCAÇÃO PLANIFICADA, 1974, p. 2).*

No Governo seguinte, o Governador Emílio Gomes fazia constar no relatório de atividades de agosto de 1973 a julho de 1974, a associação da educação e da cultura com a “aceleração e dinamização do processo global de transformação e mudança, desencadeado pela nova filosofia educacional consubstanciada nos preceitos inovadores da Lei Federal 5.692.” (GOMES, 1974, s/p).

Para o “planejamento objetivo e minucioso”, ficava justificada a captação de recursos externos, em 1973, conforme afirma Gomes(1973,s/p.).

*... de recursos externos de magnitude, através da celebração do convênio entre o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Educação e Cultura, e o acordo MEC/USAID. Nove milhões e setecentos e setenta mil dólares foram assegurados, assim, para a aplicação na construção e no equipamento de escolas de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus, bem como no treinamento de recursos humanos e na aquisição do material de ensino.*

A respeito dos recursos humanos, afirmou o governador, tinha-se em vista

*... compatibilizar as opções profissionalizantes com as características do mercado de trabalho regional. Embora com áreas em franco processo de industrialização, o Paraná te ainda o seu esteio econômico na atividade rural. Por isso mesmo, vem sendo dada ênfase às opções prioritizantes ligadas ao setor primário, em busca de equilíbrio com as ligadas aos setores secundários (indústria) e terciários (serviço). (Ibid, s/p).*

Em 1974, a Secretaria de Negócios da Educação e Cultura (SEC), no Relatório de atividades realizadas pelo Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira destacava o Plano Estadual de Educação, que “substanciou a política educacional para o quadriênio 1973-1976, aprovado pelo Egrégio Conselho Estadual de Educação“. (SEC, 1974, p. 8).

Esse Relatório, de um lado, refere-se à intensidade da demanda da educação nas áreas urbanas, devido à magnitude dos “déficits” escolares representados por uma explosão demográfica, e, de outro, coloca a qualificação dos agentes do sistema de ensino como um dos fatores mais importantes para a “razão de ser do sistema”, estando o controle no centro, explica o Relatório da Secretaria da Educação e Cultura.

*Um cunho centralizador se faz, realmente, necessário para atender às diversidades regionais e locais, sem perder de vista a identidade do Sistema, permitindo, no entanto, participar, criar e aperfeiçoar constantemente sua estrutura numa atualização que produza melhoria na qualidade e oferta dos serviços educacionais. (SEC, 1974, p. 11).*



De acordo com o relatório de atividades da Secretaria de Educação do Paraná, o Estado tinha uma boa estrutura de escolas de todos os níveis. A população dos sete aos quatorze anos tinha estudo obrigatório e gratuito. Nessa faixa etária era realizada sondagem de aptidões e era feito o encaminhamento profissional do aluno. O ensino do segundo Grau, em três anos, tinha a finalidade de formar técnicos em nível médio e dar ao estudante conhecimento básicos para ingressar na universidade. (SEC, 1975).

Em 1977, o Governador do Estado do Paraná, Jayme Canet Junior, apresentou à Assembléia Legislativa do Estado, Mensagem relativa à educação e à cultura. Uma das atividades, em destaque, foi o levantamento efetuado, em 1976, sobre evasão e repetência.

Cabe observar que, apesar do otimismo manifestado pelos governadores do Paraná, Piletti (1988), afirma que a reforma educacional de 1971 nasceu sob o signo da contradição e assim se manteve. Lembra que, em 1967, os estudantes exerceram pressão social por terem concluído a escola média e terem sido aprovados nos vestibulares, sem possibilidades, porém de serem admitidos nas faculdades por falta de vagas. Foi então que o Conselho Federal de Educação encarregou uma comissão especial para estudar o problema da articulação da escola média com a escola superior.

Amador (2002) lembra que a primeira Lei de Diretrizes e Bases foi a Lei 4.024/61, inspirada nos princípios liberais do período de democratização que a sociedade vivia. No entanto, com o golpe militar de 1964, houve a imposição de um novo modelo de leis para a educação que estivesse de acordo com o autoritarismo do período militar.

No decorrer do regime militar a educação fracassou. “O aspecto tecnicista, a característica mais forte imposta pelas reformas, começará a ser revista durante o próprio regime. A preparação para o trabalho, como estava colocada na Lei, não atendeu o mercado de trabalho como era um dos seus objetivos e também tirou da escola o seu papel principal que era dar formação geral ao educando” (AMADOR, 2002, p. 112).

A Lei 5.692/71, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Graus, descaracterizou a educação, pois consagrou o princípio da privatização que atendia aos interesses do quadro econômico. “A educação, vista sob a ótica da

teoria do capital humano, tinha por objetivo preparar o aluno para o mercado de trabalho, com uma visão totalmente tecnicista”. (Ibid, p. 21).

Embora a Constituição de 1988 tenha trazido ao povo importantes avanços no âmbito da educação, nos anos 90, houve retrocesso nas lutas populares e, nesse contexto, é que foi elaborada a nova Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96.

Os princípios democráticos de escola pública gratuita e de boa qualidade foram derrotados no decorrer da elaboração da Lei. As elites econômicas orientadas pelo neoliberalismo impuseram reformas na Constituição para que se adequasse às diretrizes do imperialismo neoliberal. Foi “... nesta conjuntura (...) elaborada a Lei 9.394/96, onde a educação deve estar a serviço dos interesses privatistas. Nesta lógica, a nova LDB não representa avanços para a educação brasileira”. (Ibid, p. 21).

### 2.3 PONTA GROSSA, O ESPAÇO URBANO

Ditzel e Chaves (2004), que realizaram um estudo recente sobre a realidade social de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, propiciam a informação da ocupação do território paranaense, no litoral, dividindo-a em três fases: no século XVII, houve a ocupação do litoral do planalto de Curitiba; no século XVIII, encerrou-se a ocupação dos Campos Gerais e, até metade do século XIX, foram ocupados os campos de Guarapuava e os campos de Palmas, quando se concluiu o processo de interiorização que estabeleceu o Paraná tradicional.

Nos Campos Gerais, a ocupação das terras ocorreu, na primeira metade do século XVIII, quando se tornou passagem obrigatória para o comércio que levava gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento de São Paulo e Minas Gerais. Como as colônias tinham necessidade de abastecimento, o mercado interno brasileiro sofreu grande impulso e proporcionou às economias regionais integração e ocupação, como aconteceu nas regiões paranaenses.

Com a intenção de reduzir o preço do gado e das calvagaduras de Curitiba, o Capitão General de São Paulo, ordenou a abertura da estrada do Viamão, no princípio do século XVIII.

A ligação pelo Caminho do Viamão, contava com três rotas, sendo a via mais utilizada denominada Estrada Real, passando pelos Campos da Vacaria, Lages, Campos Gerais e Itararé, chegando a Sorocaba.

Pesquisadores indicam o ano de 1704 como o início do povoamento dos Campos Gerais, com José Góis de Moraes e Pedro Taques de Almeida, que requisitaram grandes sesmarias no Paraná, que iam desde a margem esquerda do rio Itararé até as cabeceiras do Tibagi.

Chaves et al. (2003), no livro *Visões de Ponta Grossa*, se referem às dimensões de modernidade da cidade. Relatam que no século XVII, as sesmarias da região dos Campos Gerais foram doadas à família do paulista Pedro Taques de Almeida e que a sesmaria de Itayacoca foi cedida à Companhia de Jesus, em 1727, pelo seu filho, José de Góes e Moraes, que lá construiu um oratório. Em 1729, o oratório deu lugar a uma capela em honra à Santa Bárbara.

Ponta Grossa surgiu às margens do Caminho do Viamão e serviu de passagem de animais levados do Rio Grande do Sul para a feira de Sorocaba. À margem da Estrada Geral, foi construído um pouso para os tropeiros e foi levantado um altar em honra à Sant'Ana.

O tropeirismo foi uma atividade constante, mesmo no século XVIII. No decorrer dos Caminhos das Tropas, começaram a surgir pequenas povoações que se constituíam de ranchos para descansar, tratamento e engorda do rebanho ou para se manter na espera do cessar da chuva e da normalização do nível das águas. Para atendê-los, surgiram os comerciantes que ali estabeleceram casas e que acabaram se tornando os primeiros de outros habitantes que foram chegando e estabelecendo freguesias, vilas, como a Vila do Príncipe (Lapa), Palmeira, Ponta Grossa, Pirai do Sul, Castro e Jaguariaíva.

Durante o século XIX, esses lugarejos e vilas se configuraram em espaços urbanos e passaram a centralizar questões políticas; surgiram então os cartórios, e houve a elaboração do código de posturas para normatizar a vida dos cidadãos. No final do século XIX, a economia urbana contribuiu para o surgimento das cidades propriamente ditas. As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela contraposição entre a consolidação dos núcleos urbanos e a retratação da economia rural nos Campos Gerais. O poderio dos fazendeiros cai, viabilizando o crescimento das cidades.

Ponta Grossa nasceu da hegemonia das fazendas e foi elevada à freguesia e Paróquia, em 15 de setembro de 1823, sendo construída ali uma capela. Chaves et al, 2003, p. 10, comenta: “ Reza o mito que um casal de pombos foi solto e que o local de seu pouso foi escolhido para sede da nova matriz, no alto de uma colina na margem das Tropas, lugar de paulatina concentração da população.”

Na condição de freguesia, Ponta Grossa apresentava diversos problemas, entre eles, a falta de escolas. Depois de 1838, o governo resolveu permitir o funcionamento de escolas particulares e exigiu que os professores fossem do sexo masculino e fizessem exame de suficiência em São Paulo. As escolas particulares tiveram permissão de funcionar devido à falta de uma política eficaz por parte do governo. A fundação e manutenção de Escolas Públicas eram precárias.

A instalação da Província do Paraná possibilitou o surgimento de várias escolas em Ponta Grossa, que funcionavam na residência do professor. Surgiram, também, algumas escolas com regime de internato e externato, como o Instituto Paranaense e a Escola Alemã, ligada aos filhos de imigrantes. (DROPA,1999,p.177).

Na década de 1870, surgiram as imigrações estrangeiras espontâneas quando o Paraná recebeu russos-alemães, em 1877/1878.

*... chegaram em Ponta Grossa 2.381 russos-alemães que se estabeleceram na Colônia Octávio, subdividida em 17 núcleos, afastados do centro urbano. A partir de então outros grupos foram chegando à cidade e a ela se integrando. Entre os de maior importância estão os poloneses, alemães, russos, italianos, sírios, austríacos e portugueses” (DITZEL; CHAVES, 2004, p. 4).*

Ponta Grossa crescia e tinha novas ambições: seu teatro surgiu em 1873, sua biblioteca, em 1876.

A chegada dos imigrantes mudou o cenário do Paraná, especialmente no que diz respeito às atividades industriais, que muitas vezes foi a alternativa à dificuldade de realização das atividades agrícolas.

O crescimento e o desenvolvimento de Ponta Grossa contaram também com a participação dos imigrantes, instalados nas proximidades ou residindo na cidade. A presença deles trouxe à cidade “mudanças econômicas, sociais, culturais, impulsionando, sobretudo, as atividades industriais e gerando atitudes modernizadoras em relação a outros setores: comércio, transporte e cultura”. (CHORNOBAI, 2002, p. 71).

Os alemães fundaram clubes e associações em Ponta Grossa, como o clube dos alemães fundado em 1896.

Outro fato importante mudou a vida da cidade: a inauguração da estrada de ferro. A ferrovia foi inaugurada em 05 de fevereiro de 1885, trecho Curitiba – Paranaguá. Ponta Grossa também passou a fazer parte dessa modernidade, chegando de Paranaguá os trilhos da estrada de ferro e o progresso através dos engenhos de erva-mate, beneficiamento de couro e de madeira, olarias que atraíram pessoas de outras localidades.

Com isso, a cidade foi ganhando cada vez mais importância por estar estrategicamente localizada, ou seja, no entroncamento rodo-ferroviário, no interior do Estado, unindo as principais regiões econômicas e centros políticos. A chegada da ferrovia, modificou o cenário de Ponta Grossa devido ao processo de aceleração urbana que foi se consolidando no decorrer do século XX. Como relata Wanke, citada por Batista (2002,p.26):

*Decisivo mesmo para a vida da encruzilhada foi a inauguração da estrada de ferro, em plena revolução federalista. Aliás, o revolucionário Gumerindo Saraiva encontrou em Ponta Grossa um acolhimento muito cordial, pois estar nos Campos Gerais era como estar em casa, nos pampas riograndenses, cercado de gaúchos, comendo churrasco, tomando chimarrão e cavalgando pelos campos. Em 1894, os trilhos da estrada de ferro vindos de Paranaguá atingiram a cidade. Em 1899, inaugurou-se a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, com oficinas de manutenção em Ponta Grossa. Esta situação de entroncamento ferroviário fez com que Ponta Grossa entrasse no século XX com o pé direito. O progresso veio. Grandes engenhos de erva-mate, beneficiamento de couro e de madeira começaram a surgir. E olarias, pois não havia tijolo que chegasse. Veio gente de fora atraída pela promessa de bons negócios.*

Em 1890, a população local somava 4.774 habitantes.

No início do século XX, a cidade de Ponta Grossa vivia num clima de urbanização, contando com bandas musicais, luz elétrica, cinema, associações beneficentes e hospital, ‘ em Ponta Grossa, havia três cinemas para um teatro’. (VICTOR, apud Trindade, 2001, p.76).

O cronista Raul Gomes, citado por Ditzel e Chaves (2004, p. 2), comenta sobre a vida da cidade: “... à noite o povo flana nas ruas, penetra nas lojas, enche os três cinemas, frequenta os “clubs”. A ênfase do cronista é o espírito empreendedor da população que agilizava a iniciativa privada que se torna mais intensa do que a iniciativa dos poderes públicos.

Afirma ainda Gomes, citado por Ditzel e Chaves (2004, p.3),

*O crescimento urbano traz novas necessidades à cidade: calçamento das ruas - para aliviar os problemas causados pelo pó e pela lama principalmente aos estabelecimentos comerciais; os serviços de água e esgoto - compatível com as novas concepções de higiene e conforto; a construção de um mercado e de um matadouro - com capacidade para atender às reais necessidades da população.*

Os cinemas citados não eram os únicos locais de socialização dos pontagrossenses, companhias Circenses apresentavam-se com frequência na cidade.

As famílias se concentravam nas praças, especialmente nas noites de verão. Nas praças também se reuniam para prestigiar autoridades que ali chegavam para realizar comemorações cívicas e religiosas.

No começo de 1905, foi fundado o Colégio Sant' Ana, que pertencia à Congregação Católica das Servas do Espírito Santo. Mais tarde o Colégio São Luís foi fundado pela Sociedade do Verbo Divino. No entanto, em 1912, o governo instalou a primeira Escola Pública da Cidade, o Grupo n.<sup>o</sup> 2, chamada Casa Escolar Senador Correia. Em 1927 foi inaugurado o Colégio Estadual Regente Feijó. Tem seu valor por ser uma escola pública que atraiu uma clientela de origens sociais diversas, mas que fez dela uma clientela diferenciada pelo padrão de ensino que ofertava. Daí porque este Colégio permanece na memória daqueles que o freqüentaram e nele fizeram seus cursos.

Por sua localização geográfica e seu crescimento, a cidade tornou-se um dos pólos regionais do Paraná. Nas quatro primeiras décadas do século XX, tornou-se a segunda cidade do Estado em termos populacionais, contando com 20.171 pessoas, em 1920, e com 38.417 pessoas, em 1940. Seu destaque ocorreu também através da criação do Bispado, em 1926, cuja Diocese agregava doze paróquias nos Campos Gerais.

Nas primeiras décadas do século XX, Ponta Grossa primava por seu crescimento, o desenvolvimento econômico favorecia de modo especial às regiões sudeste e sul do país, resultado de diversos fatores, como capital, mão-de-obra, mercado concentrado, capacidade energética e matéria prima concentrada e disponível.

Nos anos de 1920 e 1930 a favorável conjuntura de Ponta Grossa fazia surgir artigos no jornal *Diário dos Campos*, de discursos paranistas que se assemelhavam ao Movimento Paranista, com a idealização da cidade e a projeção de um grande futuro.

As mudanças ocorridas na década de 1930 em Ponta Grossa, assim foram comentadas por Chaves (2001, p.16): “A década de 1930 pode ser caracterizada como um momento de grandes transformações para Ponta Grossa. Além do crescimento populacional, que se intensificou a partir de 1920, a cidade também registrou um acentuado desenvolvimento de seu quadro urbano”.

Na década de 1950, outra realidade começou a se projetar quando o Paraná procurava criar uma nova identidade nacional, uma vez que sua população crescia rapidamente. Começou, então, novo período histórico, como lembram Ditzel e Chaves (2004, p. 5): “... a cidade, historicamente vinculada ao tropeirismo e à economia agrária – a Ponta Grossa camponesa – e que no princípio do século XX experimentou um momento de euforia urbano capitalista – a Ponta Grossa, princesa, ingressou numa fase correspondente àquela vivida pelo Paraná”.

A Ponta Grossa de hoje carrega na sua identidade as marcas de todo esse passado, em sua diversidade cultural. Toda a interação de diferentes momentos e de origens diversificadas da sua população, forneceu uma base para as mais diversas formas de expressão, e elas estão presentes em toda a sua história.

### 3 O COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ

A preocupação dos administradores com a arquitetura dos prédios escolares teve início no final do século XIX. Na década de 1920, em que foi criado o Colégio Regente Feijó, já havia um consenso de que os prédios deveriam dizer algo de sua importância e da importância de seu lugar social, ou seja, que simbolizasse os valores de uma sociedade caracterizada pela necessidade de criar novo lugar à educação.

A respeito dessa necessidade de criar novo lugar e novo sentido à educação, Souza (1998, p. 123) afirma que

*... o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferencia dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio, lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente. Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto, dimensões simbólicas e pedagógicas.*

Isto significa dizer que a importância da arquitetura dos prédios escolares ia bem além dos critérios de funcionalidade e se mostrava como materialização do projeto educacional.

O modelo arquitetônico eleito no final do século XIX e início do século XX como padrão para a maioria das escolas públicas, constituíram-se em elemento de conservação da educação. Os prédios construídos nessa época, significaram uma inovação nas construções escolares, atendendo aos conceitos de higienismo e de racionalismo. O objetivo do poder público era o de impressionar a população, não só com a arquitetura escolar, mas também com as constantes exposições públicas dos alunos. A conservação das escolas públicas, através de seu tombamento, constitui-se uma forma de lembrar um passado glorioso, que não se repetirá mais.

#### 3.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO COLÉGIO: DA FUNDAÇÃO AO TOMBAMENTO

Houve um projeto para construir um grande edifício para abrigar a futura Escola em Ponta Grossa, foi quando teve início a história do prédio atual do Colégio Estadual Regente Feijó.



No período em que o edifício foi construído, na década de 1920, o Paraná passava por grandes transformações em sua economia. A cultura da erva-mate crescia e configurava uma sociedade que mostrava seu prestígio através de suas construções. A ferrovia unia regiões que antes estavam fora do circuito econômico. Em âmbito cultural, já fora criada a Universidade do Paraná.

Segundo Dropa (1999, p. 184), na educação as reformas eram impregnadas do caráter nacionalista

*... uma vez que nos currículos escolares, recomendavam-se festas escolares e eventos para homenagear fatos e personagens, objetivando o engrandecimento do passado nacional. Esta necessidade de construir uma nova imagem nacional, por meio de representações, configurava-se pela descentralização política e surgimento de espaços para o regionalismo.*

Nesse contexto é que surgiu o prédio do Colégio Estadual Regente Feijó. Sobre sua pedra fundamental foi registrada a notícia no Estado. Depois de dois anos, no dia 27 de fevereiro de 1924, foi inaugurado o prédio em uma solenidade que se constituiu numa festa para a cidade. Esse prédio abrigou a primeira Escola Normal Primária, de Ponta Grossa.

FIGURA 1 – FACHADA COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ (1930)



FONTE: Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná

Na década de 1930, o Colégio teve sua fachada reconstruída pelo interventor do Paraná, Manoel Ribas.

De acordo com as Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa, a inauguração foi aguardada ansiosamente pela população, pois tornou Ponta Grossa o centro mais importante do interior do Estado.

Criado em 1.<sup>o</sup> de abril de 1927, o Ginásio Regente Feijó resultou da necessidade do atendimento da grande demanda a partir do interior do Paraná por matrículas no Ginásio Paranaense da Capital. Ao invés de ampliar no mesmo local a oferta de novas vagas, a equipe do governo Caetano Munhoz da Rocha, responsável por assuntos de educação, juntamente com o Prefeito de Ponta Grossa, Cel. Victor Antônio Batista, decidiram que deveria ser construído um colégio no interior do Estado. Aliada a essa escolha havia o fato de que o Decreto n. 16.782, de 13 de janeiro de 1925, que regulava o ensino secundário e superior da República, não permitia a existência de dois ginásios oficiais em uma mesma cidade.

Como Ponta Grossa se constituía em ponto estratégico do interior do Paraná, por congregar diversos municípios da Região dos Campos Gerais, foi eleita para sediar um colégio para o Ensino Ginasial.

“Foi realizado, então, um grande sonho dos ponta-grossenses, um curso secundário que prepararia a nossa mocidade e a de outras localidades que tinham facilidade de convergir para o segundo centro mais populoso e rico do Estado”. (HOLZMANN, 1977, p. 4).

A confirmação foi atestada pelo Diário Oficial da República de 5 de março de 1927, sob o n. 5.052, parecer n. 11 de 21 de fevereiro de 1927.

O prédio adquirido pelo Governo do Estado localizava-se à rua Dr. Colares, esquina da Avenida Augusto Ribas. A inauguração solene ocorreu no dia 28 de março de 1927, após nomeações de professores então chamados catedráticos.

Estavam presentes os representantes do Governador do Estado, o Inspetor Geral do Ensino e Diretor do Ginásio Paranaense, Dr. Lysimaco Ferreira da Costa, o Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Victor Antônio Batista, e outras autoridades da Capital e do interior do Estado.

Em 5 de julho de 1932, o Diário Oficial da União, publicava o Decreto-Lei n.º 21.523 de 13 de junho de 1932, que instituía o Ginásio Regente Feijó como estabelecimento de ensino secundário, equiparando o reconhecimento oficial dos exames nele prestados, perante comissões examinadoras, aos estabelecimentos

mantidos pelos governos estaduais e os certificados por ele expedidos. (HOLZMANN, 1977, p. 5).

Em 14 de janeiro de 1937, por meio do artigo 1º da Lei 122, de 14 de janeiro de 1937, o Governo do Estado instituía nos Ginásios oficiais do Paraná o Curso Complementar obrigatório para os candidatos aos cursos superiores, nos termos do Decreto Federal n. 19.890, de 18 de abril de 1930.

Ainda ano de 1937, foi instalado no Ginásio Regente Feijó o Curso Complementar constituído, conforme Hozmann (1977), em três classes didáticas: pré-jurídico; pré-medicina, farmácia e odontologia; pré-engenharia.

Em 1938, o Decreto n. 6.150 permitiu a fusão do Ginásio Regente Feijó com a Escola Normal de Ponta Grossa, como observa Luporini (1999), com as escolas funcionando em prédios separados: a Escola Normal; na Praça Barão do Rio Branco, e o Ginásio Regente Feijó; na Rua Dr. Colares.

Em dias de festividades, de datas nacionais, os alunos desfilavam pela principal avenida da cidade, a comunidade ponta-grossense aguardava com expectativa essas datas.

FIGURA 2 – DESFILE DA ESCOLA NORMAL DE PONTA GROSSA EM 15/09/1952



Fonte: arquivo particular Professora Izolde Chibinski Fortes

NOTA: Avenida Vicente Machado – Ponta Grossa/ PR.

Os desfiles patrióticos das escolas da época transmitiam valores simbólicos que os faziam ser interpretados como uma grande festa. Percebe-se na foto uma organização, desde a utilização do próprio uniforme escolar, utilizando luvas brancas, compondo um visual solene, ao compasso da marcha há uma unidade, que representa o cotidiano de um determinado tempo e lugar histórico. Os desfiles patrióticos eram utilizados como estratégias de propaganda do governo, para reforçar o seu poder e conquistar o apoio de toda a comunidade.

Com o aumento do número de alunos no Ginásio Regente Feijó, 800 em média, em 1939, realizou-se a troca de prédios: a Escola Normal passou ao edifício da Rua Dr. Colares e o Regente Feijó passou ao prédio da Praça Barão do Rio Branco, local em que permanece até os dias atuais.

FIGURA 3 – ENTRADA PRINCIPAL DO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ (1940)



FONTE – Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná

*O Colégio se encontra em zona urbana e de moradias, com jardim e pátio, uma quadra inteira, bem murada, tendo à sua frente o Parque de Educação Física, que ocupa a outra quadra maior cercada de magnífica tela e lindo muro de cedro.[...] A Rua do Rosário para onde ficam a frente do Edifício e do Parque, separa as duas quadras uma da outra. Com exceção da Praça Barão do Rio Branco, fronteira ao Parque de Educação Física, que está sendo lindamente ajardinada.” (LIVRO de ATAS nº 11, da Câmara Municipal de Ponta Grossa, p.175, 7ª sessão ordinária).*

FIGURA 4 – AULA DE GINÁSTICA NO PARQUE DE EDUCAÇÃO FÍSICA AO LADO DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO (1950)



FONTE: Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná

Pela ginástica, o indivíduo teria seus hábitos e costumes disciplinados. O uniforme, o estilo da ginástica com alunas separadas dos alunos, tudo refletia a ideologia da época. Pela foto, nota-se o rigor que havia na época.

As aulas de Educação Física, até final dos anos de 1960, eram realizadas no Parque de Educação Física, na Praça Barão do Rio Branco, em frente ao Colégio, na Rua do Rosário, numa quadra fechada, onde havia canchas de basquete e de voleibol, bem como, pistas de atletismo. Anos depois, na gestão do Prefeito José Hoffmann, esta Praça foi anexada à Praça Barão do Rio Branco. O Colégio recebeu melhorias em seu pátio interno, para as aulas de Educação Física. (HOLZMANN, 1977, p.9).

Além da realização das aulas de Educação Física dentro do Colégio, os alunos, em turno contrário, treinavam em ginásios do Município.



FIGURA 5 – AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PARQUE AO LADO DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO (1960)



FONTE: Arquivo da Biblioteca Pública do Paraná

Na década de 1960 aula de Educação Física já se mostrava diferente, comparando-a com a da figura 4. Os alunos estão mais descontraídos e praticando atividades esportivas como vôlei e basquete. Percebe-se a presença de alunos juntos com as alunas, algo que anteriormente não acontecia. Ao fundo, vê-se o Colégio, ainda preservando a sua característica de arquitetura.

FIGURA 6 – PÁTIO INTERNO DO COLÉGIO REGENTE FEIJÓ (1970)



FONTE: Arquivo do Colégio Regente Feijó

Nessa época, em 1970, as aulas de Educação Física eram realizadas no interior do Colégio, no pátio central. Neste mesmo local, os alunos formavam para entrada nas salas de aula e para atividades comemorativas.

Em 10 de junho de 1942, o Interventor Federal do Estado, Manoel Ribas, de conformidade com a Reforma de Ensino secundário (Decreto-Lei n.º 4.245 de 10 de junho de 1942), alterou o nome da instituição de Ginásio para Colégio Estadual Regente Feijó, de Ponta Grossa.

Na década de 1950, o Decreto que havia anexado as duas escolas foi revogado e a Escola Normal passou a denominar-se Instituto Estadual de Educação Prof. César Prieto Martinez, independente do Colégio Estadual Regente Feijó.

A troca de prédios e a fusão das escolas não apagaram da memória da população o Colégio Estadual Regente Feijó, que está mais presente do que o Instituto Estadual de Educação.

Desde sua inauguração até os anos de 1960, foram muitas as reformas pelas quais o Colégio passou. Na década de 1970, o Edifício do Colégio foi ampliado com a construção de alas laterais ao prédio original. Dessa forma, o Colégio teve a sua parte frontal prolongada, ocupando a extensão da Rua Bonifácio Vilela e Pinheiro Machado, que foram construídas na década de 1950.

Inicialmente, a biblioteca funcionou no pavimento superior, com seu acervo disposto em estantes envidraçadas para posteriormente, ser transferida para o piso inferior, onde permaneceu instalada.

A sala dos professores, que havia sido desativada em anos anteriores, foi reativada e uma porta foi aberta para o saguão. Nas janelas, amplas cortinas, mesa ampla com cadeiras em torno e nas paredes, as fotografias dos ex-diretores do Colégio. Sobre a porta de entrada da sala, o retrato a óleo do Patrono do Estabelecimento.

FIGURA 7 – SALA DOS PROFESSORES (1950)



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó.

Sobre as lembranças da sala dos professores, assim se refere a aluna Neuzete: “A sala dos professores era para nós inacessível, era como se fosse um Santuário. Não podíamos entrar. Só a olhávamos de longe. Víamos os professores conversando, tomando seu café. Mas entrar, nunca.” (NEUZETE, 2004).

O Colégio tinha 16 salas de aulas no pavimento térreo e 16 salas de aula no superior. Nos corredores, antigamente, enfileiravam-se ao longo das paredes, os quadros das formaturas das turmas que colavam grau. Em 1965, a direção achando que eles “enfejavam” os corredores, colocou-os numa sala úmida, sem ventilação. Os quadros apodreceram. Sobre isso, Holzmann (1977, p. 9) se lamenta: “Em 1970, a nova direção do Colégio tentou recuperar os quadros, mas não foi possível. Lamentável que para embelezar o recinto do educandário tenha sido sacrificado um acervo tão valioso para a **história da escola**.” (sem grifo no original).



Outra lembrança por parte de alguns alunos é a sala de Biologia e História Natural. Lá possuía, além de carteiras, mesa do Professor, dois armários envidraçados, contendo um deles um esqueleto e, o outro, uma forma anatômica do corpo humano, desmontável. Ao longo das paredes, armários com material de mineralogia, paleontologia e zoologia. “Era uma das salas mais bem conservadas do Colégio. Outra sala da qual me lembro muito bem era a de Geografia. Havia enormes mapas cobrindo suas paredes”. (Profª ALAIR, 2004).

FIGURA 8 – SALA DE BIOLOGIA E HISTÓRIA NATURAL (1960)



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó.

Os alunos, nos intervalos das aulas, se deslocavam para essas salas e lá as aulas eram ministradas. Algumas matérias tinham salas ambientadas. “Terminada a aula, os alunos pegavam seus materiais, colocavam-nos nas pastas e seguiam para outra sala ambientada para a matéria que seria ministrada a seguir.” (Profª ALAIR, 2004).

Segundo Holzmann (1977), já havia diferença no estado de conservação do Colégio em se comparando com o Ginásio na década de 1920.

Lourdes Rocha, citada por Dropa (1999, p. 268), afirma que:

*Estudar no Regente era muito bom, você se sentia em casa, era respeitado, assim nós também respeitávamos o Colégio. No meu tempo, ele era muito limpo, com todas as salas com cortinas. O jardim, então nem se fala, era muito bem cuidado pelo Sr; Schell, nunca ninguém ousou a pisar nele, porque era uma obra de arte. Hoje quando vejo o Colégio, com seus vidros quebrados, o jardim destruído, me dá uma dor muito forte no coração, mas eu me alegro quando lembro dele como era.*

Dropa (1999, p. 268) chama a atenção para os comentários de D. Lourdes sobre a arquitetura do edifício não é bonita nem feia. o Colégio foi símbolo de sua época, precisava ser preservado e é esta a relação entre o espectador e a imagem que deveria ser apropriada pelo historiador como fonte de estudo. Não era o prédio pelo prédio, mas sim o prédio por suas representações simbólicas e também por seu conteúdo de informações como documento.

“O prédio está situado em lugar privilegiado. A sua visão é majestosa. Ele se destaca em meio aos demais edifícios, em meio ao grande movimento das ruas que o circundam, atraindo a atenção dos que passam por ele.” ( NEUZETE, 2004).

Tais depoimentos estimulam a pensar na afirmação de Frago (1994), a respeito da construção de prédios para abrigar escolas, como consequência da conjugação de diversas forças. Algumas, mais amplas, como a autonomia das funções sociais, outras, mais específicas, como a profissionalização do trabalho docente.

De acordo com esse autor, “... da mesma forma que para ser professor ou mestre não servia qualquer pessoa, tampouco qualquer edifício ou local servia para escola. O edifício escolar deveria ser configurado de modo definido e próprio, independente de qualquer outro, em um espaço também adequado para tal fim”. (FRAGO,1994, p. 25).

O Colégio conseguiu dar identidade a muitas gerações que por ele passaram e cabe-lhe o papel de contribuir na construção do imaginário social em seu contexto histórico-cultural.

Em 1973, o Colégio implantava os Cursos Profissionalizantes para atender à Lei 5692.

Em 1974, o Colégio foi escolhido como “Escola Núcleo” do Complexo Escolar nº 1, do Município Piloto de Ponta Grossa.

Em 23 de dezembro de 1975, o Decreto 1414 publicados em Diário Oficial nº 208, de 30 de dezembro de 1975, determinava que o Colégio Estadual Regente Feijó passasse a denominar-se Complexo Escolar “Regente Feijó”, congregando três Escolas: Grupo Escolar “Profº. Becker e Silva” e Grupo Escolar Noturno “Dona Júlia Carneiro Rosas”. Ficando estabelecido que o Colégio Estadual Regente Feijó representaria a unidade centro do Complexo pelo fato de o Colégio contar com curso integral de 1º e 2º Graus, ter um número maior de clientela, espaço físico e

equipamentos disponíveis. No Projeto de implantação há a seguinte explicação sobre o Complexo:

*O Complexo Escolar “Regente Feijó” – Ensino Regular e Supletivo de 1º e 2º Graus, no Município de Ponta Grossa, constituem-se na integração harmônica de Unidades Escolares e de recursos disponíveis de uma zona delimitada na área urbana, conjugadas numa dinâmica de trabalho que se rege pela atual Filosofia Nacional de Educação. Seu ajustamento à comunidade possibilita o atendimento constante, em busca do desenvolvimento social, cultural e econômico.[...] Não se trata de uma simples junção de Escolas, mas, de uma reorganização, com perspectivas bem claras e definidas, visando atingir o aumento da escolaridade, integração de esforços e evolução do aluno, atualização e aperfeiçoamento total de recursos, que de alguma forma intervirão positivamente no processo educativo, estabelecendo o marco inicial de uma etapa para a educação na comunidade. (Complexo Escolar – “Regente Feijó”, Projeto de ação escolar, Histórico, 1978, p.03).*

O Projeto elaborado determinava a reorganização de ações para a implantação do “Complexo Escolar Regente Feijó” e trazia em seu contexto, diretrizes curriculares com base em diagnósticos previamente elaborados, para consecução de objetivos proposto, que atingiriam alunos de 1º e 2º Graus ensino regular e supletivos. Os objetivos visavam:

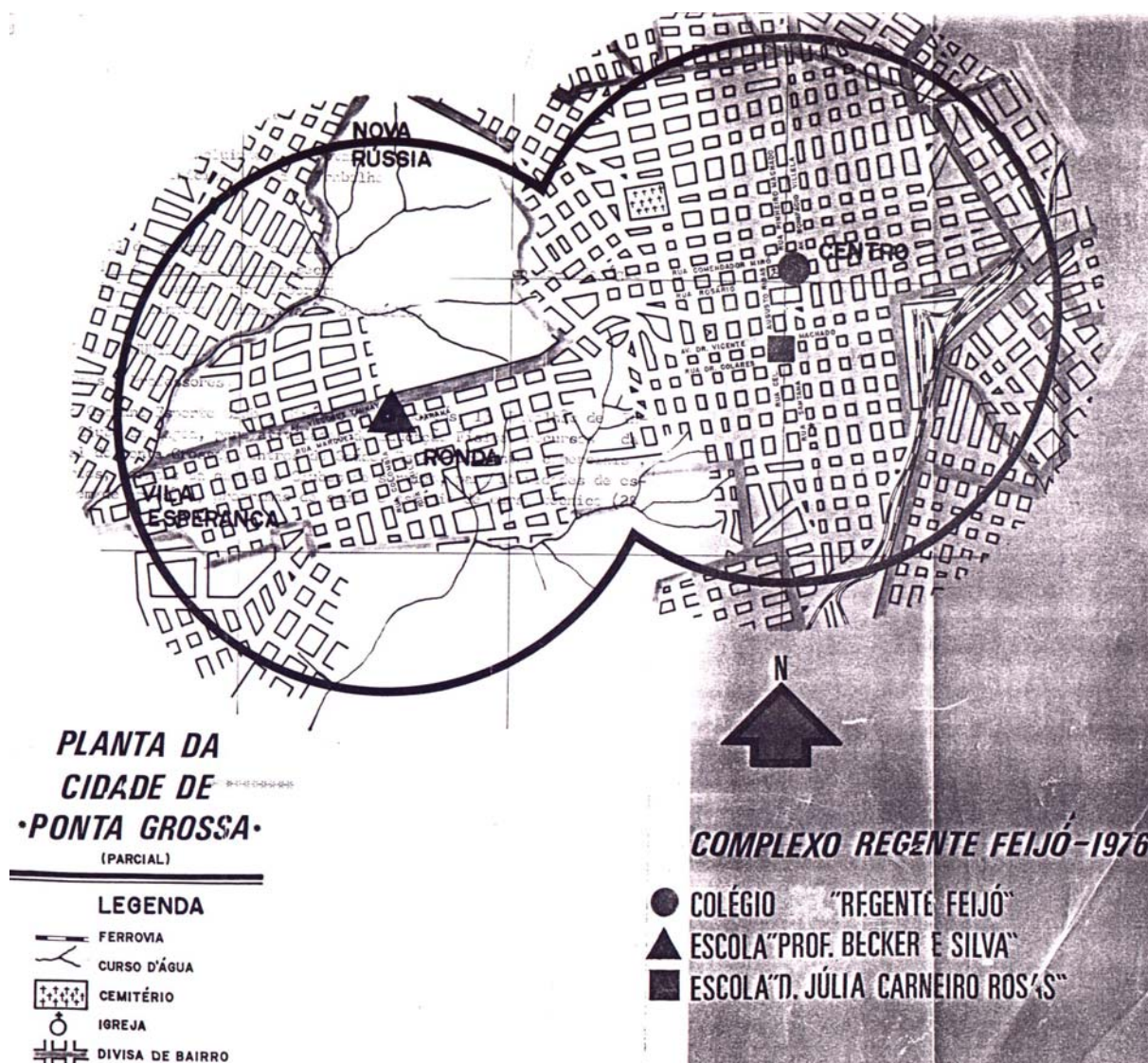
- Proporcionar condições para a consolidação dos novos padrões de ensino em atendimento aos princípios da filosofia educacional da atualidade.
- Estimular a permanência do educando, orientando as atividades de pesquisa, a fim de impulsionar a técnica e a educação permanente.
- Contribuir através de experiências concretas a continuidade do ensino de 1º e 2º Graus e curso supletivo, oferecendo subsídios com alternativas possíveis de serem atendidas ao Sistema de Educação do Paraná.
- Impulsionar elementos do Corpo Docente e pessoal técnico do Complexo Escolar, para desenvolverem o Projeto em pauta.
- Proporcionar educação geral e sondagem de aptidões a alunos de 1ª a 6ª séries; estudos de educação geral e formação especial a alunos de 7ª e 8ª séries, dando-lhes condições de Iniciação ao Trabalho.
- Oferecer conteúdos de cultura geral e bases para a realização profissional a educandos de 2º Grau.

- Suprir a escolarização regular a adolescentes e adultos, que não tenham seguido ou concluído os estudos na idade própria.
- Proporcionar, mediante volta à escola, estudos de aperfeiçoamento e atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Analisando os objetivos citados acima e os relatórios dos governadores, percebe-se o fato de a ideologia liberal nacional-desenvolvimentista estar presente nas falas dos governadores e dos relatores da reforma educacional consubstanciada pela Lei 5692/71. Fazenda (1988) evidencia o fato dizendo que a presença dessas falas na legislação representou um mecanismo, dentre outros, de “calar vozes” dissonantes no meio acadêmico e na sociedade de forma geral, cumprindo com um papel de “pacto do silêncio”. Também a ideologia liberal se travestiu de um tecnicismo que estava na base da política estatal do governo militar.

Para a implantação do projeto do “Complexo Escolar Regente Feijó”, além das ações para as diretrizes curriculares, houve a escolha de colégios que estavam estrategicamente localizados. O que se verifica na figura 9, abaixo.

FIGURA 9 – Projeto de implantação do “Complexo Escolar” Colégio Estadual Regente Feijó. (1976)



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó.

Para a implantação do Complexo Escolar foram escolhidos estrategicamente os Colégios centrais, onde o acesso a eles era facilitado. A idéia era a de proporcionar ao educando avanço escolar, atualização e aperfeiçoamento e, em primeiro lugar, proporcionar condições para a consolidação dos novos padrões de ensino, ou seja, o atendimento aos princípios da filosofia da atualidade, a Lei 5692. Pelos depoimentos, o Complexo Escolar não obteve êxito desejado, pois, alguns dos

entrevistados, quando indagados, nem lembravam desse projeto e do porquê da criação do Complexo. Mais uma vez, vê-se que, discurso e prática se distanciam.

Em 1980, o Diretor do Colégio, Professor Sebastião Nascimento Filho, encaminhou à Secretaria do Estado da Educação, 6ª Inspeção Regional de Ensino, a solicitação de implantação do Centro de Excelência, que seria dinamizado a partir de 1981, pelo fato de o Colégio oferecer Curso na área de Saúde.

### O Centro de Excelência fora criado

*... com vistas à formação de técnicos em nível de segundo grau, organizar em 41 estabelecimentos de ensino, das redes estadual e particular de 23 Municípios "Centros de Excelência", que funcionem como núcleos irradiadores de ações voltadas à melhoria qualitativa do ensino. Estes Centros devem proporcionar aos educandos bases mais sólidas de formação profissional e maiores oportunidades de promoção social e de concorrer para o desenvolvimento da economia paranaense. As modalidades de habilitação ofertadas por esses centros foram concentradas nas áreas de saúde, magistério, crédito e finanças e saneamento, no atual estágio de implantação." (PR, Mensagem, 1981).*

No dia 3 de novembro de 1990, sob o n. 104, foi inscrito no Livro Tombo Histórico, o processo n. 13/90 referente ao tombamento do Colégio Regente Feijó. O pedido foi feito pela professora Aída Lavalle, no dia 12 de setembro de 1990. Na abertura do processo, o Conselheiro Oldemar Blasi deu o seguinte parecer:

*Trata o presente de proposta da Prof.<sup>a</sup> Aída Mansani Lavalle, do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Coordenadora do projeto 'Preservação da Memória História dos Campos Gerais' à Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura, no sentido de que seja considerada a viabilidade de tombamento dos edifícios que compõem o Colégio Regente Feijó situado à Praça Barão do Rio Branco na cidade de Ponta Grossa. A proponente, para tanto, montou processo instruído com plantas, textos, fotos e documentação cartorária, tudo relacionado com este tradicional estabelecimento de ensino, construído e inaugurado em 1927, na administração do presidente de Estado, Caetano Munhoz da Rocha. Ao processo foi juntada de exposição de motivos da Curadora do patrimônio Histórico e artístico, arquiteta Rosina Coeli Alice Parchen, do qual foi extraído o seguinte trecho: o tombamento se refere ao edifício em sua área original, conforme cópia do projeto anexo ao processo, mais os acréscimos laterais em sua parte frontal. Os edifícios construídos posteriormente para o fundo do lote passam a integrar a área envoltória do edifício principal. O valor significativo do Colégio Regente Feijó supera qualquer justificativa para tombamento, sem considerar ainda sua importância no conjunto urbano da cidade, suas qualidades arquitetônicas e o interesse da comunidade em preservar mais este elemento da vida cultural da cidade de Ponta Grossa. Em face dessa concisa, porém esclarecedora exposição de motivos, mais a maneira como foi instruído o processo, sou do parecer devam os bens acima referidos, inscritos no pertinente Livro do Tombo da CPHA, após ouvido o pronunciamento deste Colendo Conselho. Assim se procedendo estar-se—a perpetuando um dos monumentos mais representativos da cultura pontagrossense. É o meu parecer. 26/09/90.*



Diversos Conselheiros se expressaram, como Celso Carneiro que observou que os acréscimos arquitetônicos executados ao Colégio não agrediam à sua edificação e Ana Cleide Cesário, enalteceu o exemplo de cidadania de Ponta Grossa. O Conselheiro José La Pastina Filho solicitou esclarecimentos sobre os tipos de edificações para serem tombadas e o Dr. René A. Dotti observou a necessária consulta à Curadoria do Patrimônio Histórico, antes de se realizar ampliações ou adaptações. No final, o tombamento do edifício foi aprovado com unanimidade.

Em seguida, foi redigida a Certidão do Tombamento do Imóvel para Registro Imobiliário e foi realizada sua Averbação, sob o n.<sup>o</sup> 1527 e 1528, na 1.<sup>a</sup> Circunscrição no Registro de Imóveis, em Ponta Grossa.

Dropa (1999, p. 268), afirma que:

*A idéia de preservação por meio do tombamento para o Colégio Regente Feijó era um ideal há muito tempo pretendido por professores, ex-professores, ex-alunos e funcionários do estabelecimento. O valor do Colégio Regente Feijó para a cidade não se resume somente na sua arquitetura, mas principalmente no valor afetivo que as pessoas denotam a ele. Esse prédio está presente na memória de todos aqueles que por lá passaram, é difícil explicar essa ligação que as pessoas têm em relação ao Regente.*

Foi inscrito no Livro Tombo Histórico, sob o n. 104, no dia 3 de novembro de 1990, o Processo n. 13/90, referente ao Tombamento do Edifício situado na Praça Barão do Rio Branco.

O prédio tem uma linguagem silenciosa, ou melhor, como afirma MAHFUZ (2001), uma arquitetura silenciosa, característica das construções do século XX. Já que está no meio urbano e se expõe de muitas formas a estímulos visuais, a arquitetura do Colégio exibe simplicidade, embora seja imponente.

Esse modo de projetar “não trata a arquitetura como veículo de afirmação individual ou de realização de obsessões pessoais, retirando-a, ainda que em poucos casos, da esfera do espetáculo para retorná-la ao campo da cultura”. (MAHFUZ, 2001).

Uma das características mais marcantes da arquitetura silenciosa é a concentração no essencial. Para este modo de conceber a arquitetura,

*a forma se identifica com o conceito moderno de estrutura (disposição e ordenação geral das partes de um objeto) (...). Deriva desse pensamento estrutural a concepção do ato de projetar como estabelecimento de um sistema de relações entre elementos – isto vale*

*também para as relações internas entre as partes de um edifício quanto para as relações desses edifícios com os componentes do lugar do qual fizer parte (MAHFUZ, 2001, p. 1).*

É por meio da abstração que o saber disciplinar acumulado historicamente se torna parte da produção cultural contemporânea. Como afirma Mahfuz (2001, p. 1), a arquitetura silenciosa, “ao se voltar para sua própria especificidade e para uma acentuação poética da relação do homem com o mundo, pode oferecer as melhores possibilidades de intermediação positiva daquela relação.”

Dropa (1999, p. 182) afirma:

*Sabe-se que a memória é, por sua natureza, uma qualidade seletiva, e subentende duas operações: a de lembrar e a de esquecer. Porém, neste caso, não é a questão de esquecer a Escola Normal, esta problemática pode ser explicada pela presença marcante do Colégio Regente Feijó no cotidiano e no imaginário das pessoas, fazendo com que ele seja constantemente lembrado em detrimento à outra escola. Ele, no entanto, não é lembrado como um Patrimônio Histórico tombado. [Nas entrevistas que realizou] um número muito pequeno de pessoas soube referenciar o prédio do Regente como Patrimônio.*

A autora, ainda, enfatiza que o Colégio tem um referencial imaginário forte que se apresenta na arquitetura, na localização central e, especialmente, na importância educacional atribuída pela população. Recorrendo a Canclini, justifica sua afirmação, dizendo: “os produtos gerados pelas classes populares costumam ser mais representativos da história local e mais adequado às necessidades presentes do grupo que os fabrica. Constitui neste sentido, seu próprio patrimônio.”

Oliveira (2002, p. 74) afirma que tanto na década de 1940, quando o prédio subsidiou o ensino normal primário, quanto na década de 1960, quando a identidade do edifício estava relacionada ao ensino ginasial, “historicamente o prédio simboliza o fundamento e a veiculação da instrução pública em Ponta Grossa”.



FIGURA 10 - COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ (2005)



FONTE: Arquivo do Colégio Estadual Regente Feijó.

Há um consenso em relação ao valor simbólico do Colégio Estadual Regente Feijó para a comunidade ponta-grossense. Esse valor supera qualquer justificativa para tombamento, sem considerar ainda sua importância no conjunto urbano da cidade, suas qualidades arquitetônicas e o interesse da comunidade em preservar mais este elemento da vida cultural da cidade de Ponta Grossa.

O Colégio é um belo exemplar da arquitetura neoclássica. Hoje, está com as cores revividas graças a uma restauração feita pelo Governo do Paraná, através do projeto de “Restauração de Colégios Históricos”. Os pinheiros, que atualmente se encontram na parte frontal do Colégio, foram plantados na solenidade do dia da árvore, em 21 de setembro de 1961, na gestão do Diretor Sr. Paulo Grott.

### 3.2 A IMPLANTAÇÃO DA LEI

*REFORMA*  
*Reforma? Cinco, meia, nove, dois?*  
*Trabalho, cansaço, insônia e depois?...*  
*(NASCIMENTO FILHO, 2000, p. 85).*

O poema acima foi escrito pelo Profº Sebastião Nascimento Filho à época da reforma e reflete toda a angústia do momento. O trabalho para a implantação da Lei, as noites de insônia, o cansaço. Mesmo com todo um esquema de implantação, o processo foi penoso e contraditório. O poema encontra-se em seu livro “uma vida inteira”.

A Lei 5692/71 que fixou Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus teve origem no Grupo de Trabalho nomeado pelo Presidente General Emílio Garrastazu Médice, que tinha como tarefa estudar, planejar e propor medidas para a atualização e expansão do Ensino Fundamental e do Colegial no país.

Vivia-se, no Brasil, a fase do “Milagre econômico”, uma época de euforia nacional. Nesta nova realidade que ocorreram as Reformas de 1º e 2º Graus, aguardadas com expectativa pelos educadores.

No Paraná, no setor de educação e cultura, o ano de 1971, caracterizou-se pelas providências iniciais para compatibilizar o funcionamento da rede estadual de ensino à filosofia e aos mandamentos da Lei Federal.

Um Grupo de Assessoria e Planejamento – GAP, da Secretaria da Educação e Cultura, foi instituído com a finalidade de planejar e implantar a reforma de ensino.

“Nove Municípios – Piloto foram escolhidos: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Maringá, Jacarezinho, União da Vitória, Guarapuava, Londrina e Campo Mourão”. (PR, Mensagem, 1972).

A estratégia adotada para a implantação da Reforma era formada por um conjunto de procedimentos, que envolviam elaboração e publicação de normas, cursos de reciclagem para diretores, professores e a preparação de um corpo técnico para a Reforma se concretizar.

Para tanto, foi publicado um fascículo intitulado “Ensino de 1º e 2º Graus”, nele, havia três mensagens: a do Presidente da República, Emílio Garrastazu

Médici, enviando ao Congresso Nacional o Projeto da Lei da Reforma; a do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho; e o texto da Lei nº 5692/71.

A intenção dessa publicação era a de enunciar uma série de publicações para a divulgação dos documentos relativos às novas diretrizes da implantação. Para o Secretário da Educação do Paraná, Roberto Linhares da Costa, a divulgação era “oportuna e imprescindível para trazer aos professores, educadores e técnicos - que são, afinal, os executores da educação – o conhecimento da Lei e das providências decorrentes dela”. (BR, Leis 4024/61 e 5692/71, 1971, p. 1).

A Professora Anna Maria, apud Leite (2003, p.53), assim comenta sobre a implantação da Lei no Paraná:

*... quem tomou a frente desde o início da implantação foi o Conselho Estadual de Educação. Neste órgão foi criado um grupo de legislação e normas, o GIRD, responsável pela análise de todos os Projetos de implantação da Reforma.(...) Este trabalho começou a ser desenvolvido em 1972, 1973. (...) Os estabelecimentos de Ensino apresentavam para a Secretaria os Planos de Implantação, esse era o nome, não era projeto, era Plano de Implantação e o Regimento escolar<sup>3</sup>. É quando entrava o Plano de Implantação já se aprovava a Grade Curricular antes de se aprovar o Plano, porque levava muito tempo para a análise.*

E assim, com a finalidade de atender ao que dispôs a Lei 5.692, o Colégio Regente Feijó planejou implantar, em 1973, os Cursos Técnicos de Redator Auxiliar, Auxiliar de Administração Hospitalar e Desenhista de Arquitetura, em três anos, conforme o Parecer do Conselho Federal de Educação.

Entre seus princípios filosóficos e objetivos básicos, o Estabelecimento atendia às diretrizes da Lei 5.692/71 e fixava entre suas metas:

- a) formar o profissional qualificado de nível médio, desenvolvendo nele o senso da eficiência pessoal e da responsabilidade profissional;
- b) preparar melhor para o consciente exercício da cidadania, visando à prestação de serviços à comunidade.

Para alcançar essas metas específicas, pretende o Estabelecimento atuar o educando no sentido de:

- a) desenvolver os valores sócio-morais;
- b) desenvolver estudos de cultura geral;
- c) desenvolver adequada formação profissional;
- d) enfatizar a responsabilidade do cidadão participante (PARANÁ, PARECER 213/73, p. 299).

---

<sup>3</sup> “Regimento escolar é o documento que formaliza, a partir da legislação vigente, aspectos relativos ao regime de funcionamento do estabelecimento – como as atribuições de cada uma das funções exercidas na escola, o sistema de avaliação e as normas de funcionamento, inclusive disciplinares – e sua validação estava condicionada à aprovação da Coordenação de Estrutura e Funcionamento da Secretaria de Educação”. (LEITE, 2003, p. 96).

O verbos utilizados nos princípios filosóficos e objetivos básicos do Colégio refletiam toda a ideologia da época da implantação, ou seja, o desenvolvimento do cidadão em todos os sentidos. A educação do país foi reformada para forjar o “novo” cidadão, obediente e pacífico que a ditadura militar almejava para a sociedade.

A teoria do Capital Humano que orientou as reformas da educação no Estado Militar não foi idealizada ao acaso. Essa doutrina, que passou a nortear o ensino no Brasil, tinha o controle ideológico do imperialismo norte americano e fazia parte da estratégia do capitalismo.

Sobre a implantação e a escolha dos primeiros Cursos a serem implantados no Colégio, o Professor Sebastião Nascimento declara:

*Pensamos em Cursos que levariam os alunos a prestarem vestibular em todas as áreas, sempre levando em conta as suas escolhas. Por que pensar no Vestibular e não na Profissionalização? Porque não se implanta uma nova Lei assim, de uma hora para outra. Teria que ser gradativo. Começar pelo Ensino fundamental, depois ir série por série. Assim que a gente implanta uma Lei, principalmente uma Lei de Ensino, não é mesmo? A implantação foi feita de repente, embora houvesse na teoria toda uma estratégia de implantação, não foi assim que aconteceu no meu Colégio. Foi feita de repente. Imagine se eu disser: Você tem cinco horas para se mudar da sua casa para outra, o que acontece? Como você faz? Você consegue fazer isso de repente? Não, né. Foi assim que chegamos a 1973. Eles disseram (a Secretaria de Educação) : “Olhe vocês têm que fazer dessa maneira”. E eu perguntava: mas como? E eles respondiam: “virem-se”. Então a gente corria à Secretaria de Educação e perguntávamos qual era a norma, qual o melhor procedimento a ser tomado. E sabe o que eles respondiam? “Virem-se”. Graças a minha Equipe de assessores, à Teresinha Miranda, à Elzira Correia de Sá, à Ruth Moreira e à Izolde Fortes pudemos elaborar a Grade dos Cursos de acordo com o que achávamos que era certo. Felizmente, deu certo porque depois quase o interior do Estado copiou tudo o que fizemos. Na ocasião, a Professora Teresinha me telefonou e disse que precisávamos escolher os Cursos a serem Implantados. Então cheguei em casa, sentei-me à mesinha da cozinha, que era o lugar onde eu trabalhava, onde eu costumava escrever e comeci a traçar o perfil das profissões. Graças a Deus, consegui, mas foi uma luta! Como a Implantação foi de repente, “de repente, não mais que de repente”, como dizia o poeta, escolhi, então, o Curso de Redator Auxiliar para a cultura geral, ou seja, para os alunos que iriam para o ramo da História, Geografia, Filosofia, Direito, Letras. O Curso de Desenho de Arquitetura para os alunos que seguiriam o ramo da Matemática, Física, Química, Engenharia em todas as suas vertentes. O de Auxiliar de Administração Hospitalar para os alunos que decidissem pela área da Saúde: Medicina, Farmácia, Odontologia, Enfermagem. Foi assim que tentamos nos adaptar. (Professor SEBASTIÃO, 2003).*

Outro depoimento importante foi o do Profº Wilson Rocha, Vice-Diretor do Colégio, na época da implantação. Diz ele o seguinte:

*O ensino profissionalizante não logrou o sucesso desejado, por falta de uma melhor estrutura. Nos moldes em que foi estabelecido, evidentemente não lograria sucesso, pois os cursos oferecidos estavam totalmente dissociados da realidade. Porque a escolha foi feita às pressas. Havia uma aceitação da profissionalização, porém, dentro de uma efetiva*

*realidade, consultando os interesses da sociedade na oferta de trabalho e não um engodo como ocorria. ( Profº WILSON, 2004).*

A Profª Izolde Chibinski Fortes, Coordenadora do Colégio na mesma época, assim relembra os fatos:

*Eu me lembro sobre a implantação, quase acabou com a gente. O pessoal da Universidade Estadual de Ponta Grossa da área da Pedagogia é que foi fazer uma palestra no Colégio nos orientando o que seria “esse bicho” da Reforma. O que existia em mente era o Clássico e o Científico, por isso, houve uma escolha de cursos que seguissem esses padrões: Redator Auxiliar para as áreas de Direito, Jornalismo, Filosofia; Desenho de Arquitetura para áreas de Matemática, Arquitetura, Engenharia e o Auxiliar de Administração Hospitalar para as áreas de Odontologia, Medicina, Enfermagem. Houve a comunicação da mudança através dos órgãos competentes, não tivemos tempo de fazer uma pesquisa de mercado, pois isso levaria tempo. O que se tinha em mente era a preparação do aluno para o vestibular. Era uma novidade a implantação de cursos profissionalizantes em Colégios comuns, que tinham sua filosofia voltada para o vestibular. A profissionalização não deu certa. Esses tipos de Cursos são bem estruturados no SENAC, no SENAI, onde a intenção é profissionalizar. Por exemplo, o Curso de Redator Auxiliar era formado por garotas, que logo foram empregadas como secretárias, mas em número mínimo. (Profª IZOLDE, 2004).*

Percebe-se, de acordo com os depoimentos acima, que, na prática, a implantação da nova Lei, mostrou-se deficiente devido à falta de professores especializados, à dificuldade de se conciliarem os objetivos da educação geral com os da formação especial, à limitação de recursos materiais e financeiros com que contavam os sistemas para readaptar e equipar os prédios escolares e, ainda, ao desinteresse dos alunos pela profissionalização, uma vez que, em sua grande maioria, pretendiam ingressar na Universidade. A implantação marcou significativamente as pessoas envolvidas. A filosofia do Colégio era a de formar o estudante para o ingresso na Universidade. Há uma estrofe no Hino do Colégio que reforça essa intenção:

*É daqui desta grande irmandade  
Que haveremos de um dia subir  
Para um ramo da Universidade,  
E na vida confiantes agir.*

O Profº Sebastião Nascimento Filho em seu livro de poesias com o título “*Uma vida inteira*” em um de seus poemas, novamente expressa sua angústia diante do novo proposto pelo Governo, a falta de compreensão do texto da Lei e,

conseqüentemente, de sua mensagem. Nele, há o reforço da urgência na implantação da Lei e a criação dos Complexos Escolares, sem muitas explicações:

*O “bruto” trabalho com a implantação da  
Lei 5.692, com a criação dos Complexos  
Educacionais – para ontem – quase acabou  
Com os responsáveis por esse trabalho,  
Entre os quais estava incluído. Todo mundo  
Ficou “meio louco”...  
Franco da Rocha – hospital de alienados. (NASCIMENTO FILHO, 2000, p. 84.)*

Ainda, o Professor Sebastião (2003) esclarece que com o pessoal que o Colégio tinha, a implantação foi concretizada com mais facilidade, porque os professores eram de altíssimo padrão e que mesmo sem uma reciclagem efetiva, fizeram um excelente trabalho. Lembra que algumas reciclagens ocorriam no CETEPAR, localizado em Curitiba e algumas ocorriam em Ponta Grossa, mas de maneira esporádica. Na época, os professores reclamavam da diminuição das aulas do núcleo comum e da queda do ensino geral.

O Professor Wilson (2004) se referindo à adaptação do Corpo Docente à nova Lei comenta que a mudança só ocorreu no nome dos Cursos profissionalizantes, mas que a essência era a mesma, ou seja, o preparo para o vestibular. Diz que isso acontecia porque a Secretaria de Educação do Estado não enviava materiais necessários e os Colégios não tinham autonomia para buscar recursos. Reforça, dizendo que, alguns professores foram contratados para ministrarem aulas nos Cursos Profissionalizantes, no entanto, foram poucas contratações, por isso, a necessidade de adaptação dos professores que já estavam lecionando no Colégio.

A Professora Izolde (2004) complementa dizendo que alguns professores foram adaptados à nova realidade sem nenhuma orientação consistente, por isso muitas dúvidas surgiram, sendo que não se tinha idéia de como resolvê-las.

Todos os depoentes concordaram que os professores não estavam preparados para essa mudança repentina e reafirmaram que o Corpo Docente era de excelente qualidade e que apesar da revolta inicial, tentaram realizar o melhor trabalho possível.

Vê-se que, em decorrência desses problemas, ocorreu um choque entre a Lei e a realidade do Colégio: por ser uma Lei, devia-se cumprir, mas não sendo possível, fingia-se cumprir. O texto da Lei era polissêmico, obscuro e contraditório, por isso, ocultava a sua mensagem e evidenciava a impossibilidade de uma implementação, por causa do distanciamento existente entre intelectuais de gabinetes e educadores em geral.

*E nesse estilo de cada qual faz como pode, fica a rede de 2º grau repartida entre alguns que praticam o Ensino Profissionalizante, muitos que insistem na formação acadêmica na linha dos antigos Cursos Clássico e Científico e outros que não fazem nem uma, nem outra coisa, insistindo em funcionar com uma mescla curricular, onde o mau Ensino Acadêmico concorre com a força do Ensino Técnico. (SOUZA, 1980, p. 59 – 60).*

O Parecer 093/74, processo número 050/74, da Câmara Conjunta de Ensino de 1.º e 2.º graus aprovou a reformulação do projeto de implantação do 2.º Grau no Colégio Estadual Regente Feijó, em 8 de fevereiro de 1974. Por meio do processo, o Colégio submeteu à apreciação do Conselho Estadual de Educação as mudanças de seu projeto de implantação de 2.º Grau, com o oferecimento das habilitações de nível técnico: Redator Auxiliar; Desenhista de Arquitetura, Auxiliar de Administração Hospitalar e Auxiliar Técnico de Eletricidade.

Em 1973 e 1974, O Colégio ficou sendo “Escola Núcleo” do Complexo Escolar nº 1 do Município Piloto de Ponta Grossa.

Em 16 de janeiro de 1975, por meio do Parecer n. 26, a Divisão de Orientação Técnico-Pedagógica, do Departamento de Ensino de 2º grau da SEED, depois de examinar, aprovava as Grades Descritivas dos Cursos de Laboratórios Médicos, Redator Auxiliar e Desenhista de Arquitetura e Auxiliar Técnico de Eletricidade do Colégio, por concordarem com a Deliberação 085/74, do Conselho Estadual de Educação, com implantação gradativa da 1.ª série, em 1975.

Houve a pretensão, a partir de 1974, da criação de novos Cursos no Colégio, como o de Laboratórios Médicos e o de Técnico em Secretariado. Por falta de condições de funcionamento os Cursos não foram implantados no momento em que foi solicitada a sua ativação porque “não havia material e encarecia muito a sua implantação, só após 1978, ocorreu a implantação gradativa do Curso Técnico em Secretariado, com um número pequeno de aluno.”(Profº Wilson,2004).

E o professor Sebastião lembrando desse fato, recorda que os Cursos de Secretariado e o de Laboratórios Médicos não foram implantados, porque não havia salas, laboratórios e materiais necessários. Diz que a Secretaria de Educação exigia condições mínimas de funcionamento: docentes devidamente habilitados; como no caso do Curso de Secretariado, para a disciplina de datilografia e estenografia; acervo bibliográfico para a Formação Especial e, um Escritório Modelo. O Profº Sebastião comenta que as exigências eram corretas, mas que o Colégio não tinha recursos para dar continuidade ao pedido de ativação dos Cursos.

O curso de Técnico em Secretariado (SEC) foi implantado somente em 1978, com apenas duas turmas, permanecendo com um número reduzido de alunos até a sua desativação.

**TABELA 1 - LEVANTAMENTO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES ENTRE OS ANOS DE 1974 A 1982**

	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	Total
<b>D.A</b>	533	578	622	773	810	848	817	600	441	6022
<b>R.A</b>	133	268	271	243	260	358	313	274	263	2383
<b>A.A.H</b>	555	637	1080	1180	1022	1191	1173	960	876	8674
<b>A.T.E</b>	76	192	231	270	258	223	172	137	129	1688
<b>SEC</b>	0	0	0	0	64	101	118	144	146	573
<b>TOTAL</b>	1297	1675	2204	2466	2414	2721	2593	2115	1855	19340

Fonte: Livro de Estatística do Colégio Estadual Regente Feijó.

Abreviaturas: D.A=Desenho de Arquitetura; R.A= Redator Auxiliar; A.A.H=Auxiliar administração hospitalar; A.T.E=Auxiliar Técnico em Eletricidade; SEC=Técnico em Secretariado.

Pela Tabela 1, Levantamento de alunos matriculados nos cursos profissionalizantes entre os anos de 1974 a 1982, pôde-se verificar que, no primeiro ano de funcionamento dos cursos profissionalizantes, houve o registro de 1297 alunos matriculados nos cursos ofertados pelo colégio, aumentando

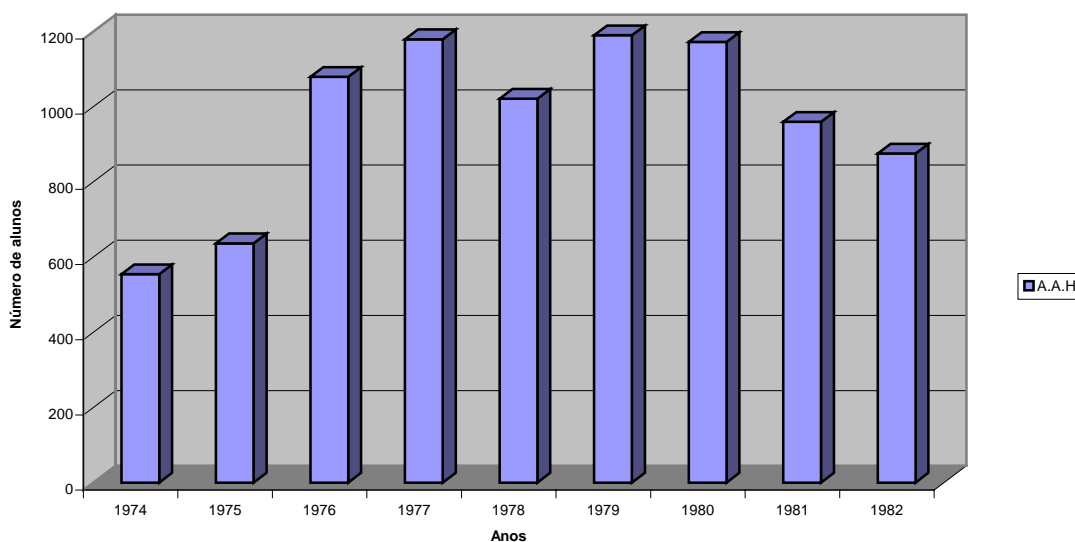


significativamente nos anos seguintes, mostrando uma leve queda no seu último ano de funcionamento.

A diminuição, mesmo não sendo tão acentuada, do número de matriculados, deve-se, possivelmente, à decadência do ensino público, já citada pelos depoentes.

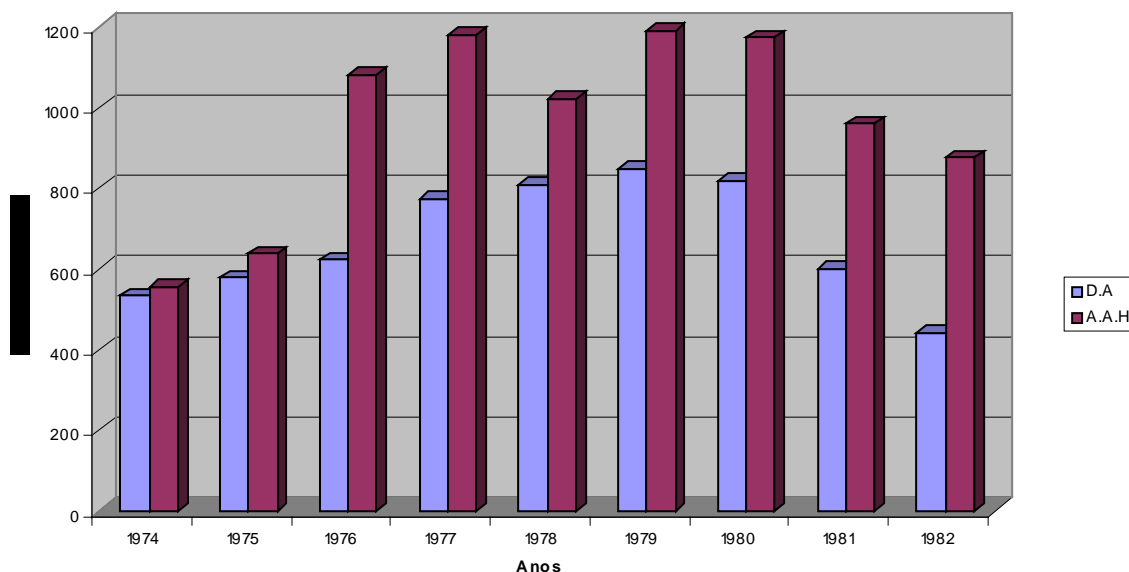
**Gráfico 01**

**Número de alunos do curso A.A.H de 1974 a 1982**



Fonte: Livro de Estatística do Colégio Estadual Regente Feijó.

Verifica-se no Gráfico 1, número de alunos do curso A.A.H de 1974 a 1982 que, pelo número de alunos matriculados no curso de Auxiliar Administração Hospitalar nos anos de 1974 e 1975 já apresentava uma procura significativa, tendo um crescimento no período de 1976 e 1977 e uma leve queda em 1978, retomando o crescimento em 1979 e 1980. Mesmo perto de sua desativação, havia um grande número de alunos que procurava o Curso. Com esses dados, verifica-se que o Curso de Administração Hospitalar manteve-se na média de 1000 alunos por ano.

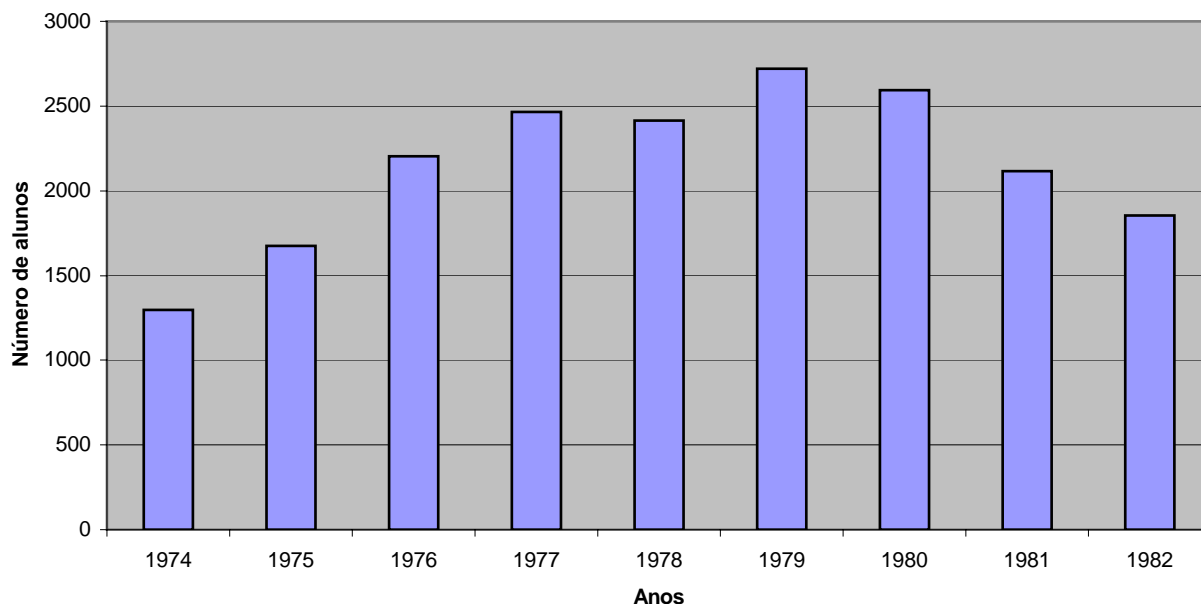
**Gráfico 02****Comparativo entre os cursos D.A e A.A.H de 1974 a 1982**

fonte: Livro de Estatística do Colégio Estadual Regente Feijó.

De acordo com o Gráfico 2, comparativo entre os cursos D.A e A.A.H, o Curso de Desenho de Arquitetura e o de Auxiliar de Administração Hospitalar eram os Cursos que tinham um número maior de matriculados, sendo que, o Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar era o mais procurado pelos jovens de Ponta Grossa e das cidades vizinhas. O Curso de Desenho de Arquitetura pretendia formar os alunos para o ingresso nas Universidades nos Cursos relacionados à área de Exatas e, o Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar, formar os alunos para o ingresso nas Universidades nos cursos relacionados à área de Ciências Biológicas, por isso os alunos procuravam os cursos que tivessem disciplinas relacionadas às suas pretensões. Até o final de 1982, ainda havia uma significativa procura pelos mesmos cursos.

**Gráfico 03**

Evolução de alunos nos cursos técnicos entre os anos de 1974 e 1982

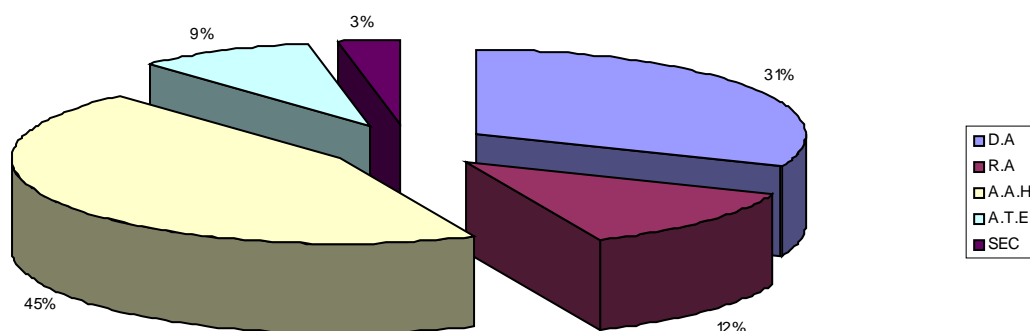


Fonte: Livro de Estatística do Colégio Estadual Regente Feijó.

Segundo o Gráfico 3, evolução de alunos nos cursos técnicos, em 1974, os Cursos profissionalizantes ofertados pelo Colégio começaram com pouca procura, mas no decorrer dos anos, houve um aumento significativo, entre os anos de 1977 e 1980. Os jovens apresentavam interesse pelos cursos profissionalizantes oferecidos pelo Colégio Regente Feijó, porque o Colégio era o mais conhecido da cidade e a comunidade ponta-grossense acreditava no seu ensino. Nos anos seguintes, até a desativação dos cursos profissionalizantes, houve uma leve queda nas matrículas. Os alunos queriam estar mais bem preparados para ingressar nas Universidades, a intenção era a continuidade dos estudos e não a profissionalização, e os cursos profissionalizantes não atendiam satisfatoriamente aos anseios dos alunos e todos os anos colocavam milhares de profissionais à disposição do mercado de trabalho, que já estava saturado, por isso a insatisfação e a decadência.

**Gráfico 04**

Percentual total de alunos por curso entre os anos 1974 e 1982



Fonte: Livro de Estatística do Colégio Estadual Regente Feijó.

Pela análise das fontes documentais e pelos dados estatísticos analisados, os dois cursos mais procurados eram o de Auxiliar de Administração Hospitalar e o de Desenho de Arquitetura. Conforme o Gráfico 4, 45% do total de alunos estavam matriculados no curso de Auxiliar de Administração Hospitalar, 31% no Curso de Desenho de Arquitetura, 12% no Curso de Redator Auxiliar, 9% no Curso de Auxiliar Técnico de Eletricidade e 3% no Curso de Secretariado.

Enquanto os Cursos de Auxiliar de Administração Hospitalar, Redator Auxiliar e o de Desenhista de Arquitetura contavam em média, respectivamente, quinze, cinco e dez turmas divididas entre o Prédio da Rua do Rosário e o Prédio da Rua Dr. Colares, nos turnos manhã, tarde e noite, o Curso de Técnico em Eletricidade tinha, em média, três turmas, ficando a maior demanda para o Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar. Os quatro Cursos funcionavam nos dois prédios.

Em funcionamento, desde sua organização pela equipe do Profº Sebastião Nascimento, a reformulação do currículo do Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar foi finalmente aprovada, em 2 de dezembro de 1980.

Em 12 de março de 1982, de acordo com a Resolução nº 715, o Secretário de Estado da Educação reconhecia os Cursos, com habilitações plenas de Redator Auxiliar e Secretariado e parciais de Auxiliar de Administração Hospitalar, Auxiliar Técnico de Eletricidade e Desenhista de Arquitetura.

Analisando-se os Pareceres expedidos pelo Conselho Estadual de Educação, nos anos de 1974 a 1982, encontram-se processos de reformulação de novos cursos, no Colégio, que nunca foram implantados, pelos motivos acima expostos.

Sobre essa questão, Ávila (1995, p.7) comenta:

Uma parcela ponderável de profissionais legalmente habilitados, que terminou o 2º grau, não possuía suficiente prática de laboratório e/ou oficina para formação profissional que apresentava no diploma, para não se mencionar os diversos casos de “técnicos” que nunca entraram em um laboratório ou oficina, cuja habilitação profissional era, portanto, fictícia.

A partir de 1984, a Secretaria de Estado de Educação autorizava o Colégio a implantar o Curso de 2º Grau Regular - Propedêutico e a desativar, gradativamente, os Cursos de Auxiliar de Administração Hospitalar, Auxiliar Técnico de Eletricidade, Auxiliar de Desenhista de Arquitetura, Redator Auxiliar e Secretariado, conforme Ofício nº 227 de 1984, este ano último ano de funcionamento.

Em 14 de maio de 1984 a Resolução nº 3.060/84, da Secretaria de Estado de Educação autorizava o funcionamento do Curso de 2º Grau Regular - Propedêutico. A autorização foi concedida pelo prazo de dois anos, a partir do início de 1983.

Após o ano de 1987, foi solicitada a autorização da habilitação do Curso de Secretariado, por meio da Resolução nº 471/87. Sua implantação gradativa, a partir de 1987, estava condicionada à matrícula de, no mínimo, 35 alunos, na série inicial da habilitação, e às condições mínimas para seu funcionamento.

Em 5 de junho de 1989, o Diretor Geral da Secretaria de Estado da Educação, reconhece a Habilitação Plena em Secretariado, do Colégio Estadual Regente Feijó – ensino de 1.º e 2.º graus, do Município de Ponta Grossa, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

A Resolução nº 418 autoriza a partir de 1991, o funcionamento da Habilitação Magistério no Colégio Estadual Regente Feijó, pelo prazo de dois anos,

com sua implantação gradativa, ficando assim o quadro de Cursos oferecidos pelo Colégio: Habilitação em Educação Geral, Magistério e Secretariado.

### 3.3 PREPARANDO PARA O MUNDO DO TRABALHO? MAS COMO?

*“A importância e o destaque à educação profissional não significa tomá-la como panacéia capaz de promover o desenvolvimento e gerar empregos, mas sim constituí-la em um dos elementos fundamentais à implantação de uma política de emprego e renda.”  
(II CONED, 1997,p.57).*

Todo desconforto causado pela Reforma foi amenizado pela atuação criativa das pessoas que fizeram a História do Colégio. Para que se possam instituir sistemas de formação profissional é necessário um longo tempo para compra de equipamentos, preparação de professores, organização da escola e pesquisa de mercado. Em alguns Colégios do Paraná, a preparação do ensino estava sendo feita para o mundo do trabalho e não para a profissionalização propriamente dita. Apesar do discurso igualitário, “profissionalização para todos”, a realidade era diferente. “Toda comunidade se empenhou para acabar com os Cursos Profissionalizantes.” (Profº WILSON, 2004).

Sabe-se que, para poder ensinar a fazer é preciso saber fazer. O professor tem que ter vivência para ensinar a profissão ao estudante. Educação é investimento e deve ser feita sem improvisações e sem máscaras.

E essa foi umas das questões levantadas na entrevista com o Professor Sebastião que desabafa:

*Por que o povo Asiático chegou onde chegou? Porque deu ênfase total à educação e à saúde. Povo educado e saudável se transforma em progresso para o país, não é mesmo? Você veja os Estados Unidos, a Rússia, o Japão, o valor que eles dão à educação, ao professor, à saúde. Educação não é gasto, é investimento. Porque investindo no homem, investindo em educação, investindo em saúde, o resto vem depois, o progresso vem depois e vem mesmo! Tanto vem, que você está vendo o progresso desses países. São países de primeiro mundo. Nós precisamos chegar a esse patamar, ao primeiro mundo, mas é preciso que os nossos líderes, nossos políticos, os nossos governantes cheguem à conclusão de que sem educação e sem saúde nada se faz. Os professores do ensino fundamental, do ensino médio, todos, até aqueles do antigo ensino primário, todos, deveriam ter curso superior médio. Isso já ocorre nos países de primeiro mundo. A base de tudo é a antiga escola primária. A professora primária é importantíssima para a educação. Eu tive sorte no meu Colégio (R.F). O quadro de professores era excelente. Quase não havia professores descomprometidos e eles eram muito competentes. (...) Eu tinha ótimos professores. Sobre*

*isso eu posso falar. No Colégio o ensino acontecia, mesmo com todas as dificuldades que a Reforma impôs, o melhor foi feito. Falo porque, eu fui o diretor que mais tempo ficou no Colégio. Foram 14 anos, de 1969 a 1982. Eu fui eleito por três anos, mas quando chegaram os últimos dias do meu mandato, eu pus meu cargo à disposição, porque estava completando o meu tempo. A Secretaria de Educação falou: “Pelo amor de Deus, não fale em sair, por causa da Lei 5692 não haverá modificação de direção no Estado inteiro”. Fiquei eu e tantos outros diretores, todo esse tempo. Por causa da Lei, eu tinha que dar continuidade ao trabalho, só saíram àqueles que cometeram alguma besteira. Eles não deixavam o diretor sair. ( Profº SEBASTIÃO, 2003).*

Referindo-se à preparação dos professores para a mudança de ensino que acabava de ocorrer a Professora Izolde (2004) relata: “Os professores não foram preparados, os Cursos só deram certo porque tínhamos um Corpo Docente de excelente qualidade. Eram professores muito bons, trabalhavam por amor”.

O Professor Wilson Rocha (2004) também reforça esses depoimentos, lembrando que os professores eram muitos dedicados, alguns sofriam com os fracassos dos alunos e vibravam com suas vitórias. Reafirmou sobre o excelente quadro de professores do Colégio e que eles participavam de cursos de treinamento, quando eram ofertados, não havendo obrigatoriedade quanto as suas participações, mas que se tornaram professores multiplicadores. Lembra da existência de alguns cursos oferecidos pela Inspetoria de Ensino, mais visando a atualização do que a adequação às novas normas contidas na Lei, que não houve, na época da implantação, atividades diferenciadas, só designações de caminhos já anteriormente percorridos.

Constata-se, com os depoimentos, a idealização feita aos professores, que aparecem superando dificuldades e tentando encontrar soluções.

Nos anos de 1950 e 1960, havia a necessidade imediata de formação de mão-de-obra especializada de qualidade, o que não havia acontecido até então. Diversas correntes educacionais da época manifestaram-se, algumas a favor da profissionalização, outras propondo só a formação geral. Para isso, escolas técnicas foram criadas, mas logo se tornaram seletivas, na medida que eram procuradas por alunos de classe média.

Depois de vários estudos e pareceres, surgia a Reforma Universitária, em 1968, e, mais tarde, a Lei nº 5692/71, que buscava oferecer uma educação de caráter terminal que aliviasse a procura ao ensino superior e atendesse à necessidade do mercado industrial. O que ocorreu, no entanto, foi apenas a continuidade de uma educação que já existia, como pôde ser percebido com o ritmo

veloz com que foi feita a Implantação dos Cursos Profissionalizantes, ou seja, o Colégio que já possuía uma qualidade de ensino e de corpo docente conseguiu preparar estudantes, não tanto, para assumirem uma profissão mas, tornarem-se futuros acadêmicos.

*Durante os dez anos seguintes, diversos pareceres e indicações foram feitos, tanto tendo em vista atender às críticas da população em relação à educação profissionalizante compulsória, como tentar sanar de maneira disfarçada o fracasso do sistema de ensino. A Indicação 52/74 apresentada pelo Conselho Federal de Educação, Newton Sucupira, atendendo uma solicitação do MEC, após levantar os problemas existentes na profissionalização Compulsória predominantemente a partir da Lei 5692/71, sugere que a escola deva fornecer uma sólida formação geral de conhecimentos tecnológicos básicos e que a sua formação profissional ocorresse no emprego. No Parecer 76/75 ocorre uma re-interpretação da Lei 5692/71. Na busca de sanar as chamadas “perplexidades” decorrentes desta, tais como falta de recursos financeiros, de pessoal docente qualificado, pouca dedicação à educação geral, falta de informação sobre o mercado de trabalho e desemprego dos professores licenciados antes da Lei, faz-se um novo conceito de habilitação. (POLI, 1999, p.76).*

O Professor Wilson (2004) ainda comenta sobre a escassez de treinamento dos professores e diz que seriam necessários não só instrutores para as matérias profissionalizantes, mas, também, material adequado para cada uma das habilitações. Afirma que vinculação de maneira efetiva não existia, que até houve uma busca de acertos dentro das possibilidades oferecidas, mas longe de caracterizar uma eficiente profissionalização. “ Fato, aliás, que não ocorria só no nosso Colégio, mas nos colégios de maneira geral. E isso é fácil de concluir, pois um trabalho eficaz nesse sentido seria preciso um alto investimento.”

Constatou-se, pelas entrevistas e pelos documentos da época da implantação, que a profissionalização compulsória proposta pela Lei 5692, não foi atingida, mesmo com todos os depoimentos reforçando a qualidade do corpo docente do Colégio, isso não garantiu o sucesso. Dez anos depois, o que era regra na Lei, a profissionalização, torna-se exceção, a educação geral, que tinha caráter de excepcionalidade, converte-se em regra.

No Colégio Regente Feijó as condições de trabalho, o espaço físico e o corpo docente continuaram os mesmos. Só no documento houve mudança. Alunos que tenham sido reprovados ou que tivessem desistido em razão da Reforma, não ocorreram, porque praticamente não houve mudança que causasse desmotivação.



Mesmo com as mudanças feitas pelo Governo no ensino brasileiro, não se conseguiu diminuir a procura dos alunos pelo ensino superior, gerando preocupações. A União afinal "descaracterizou o ensino secundário como um todo, que ficou muito tempo sem diretrizes e que trouxe seqüelas até hoje muito difíceis de serem superadas." (POLI, 1999, p.76).

### 3.4 ÁREA DA SAÚDE – PROPOSTA CURRICULAR -- CURSO DE AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

O Movimento de 1964, que sucedeu a um período de franca ebulição política, social e econômica, fez com que amplas reformas fossem adotadas no Brasil.

As mudanças não ocorreram apenas no setor educacional, na área da saúde pública também.

Nesse momento, o aumento de pessoas que foram empurradas para a cidade face às dificuldades do campo trouxe uma nova realidade ao país. A explosão demográfica fez com que milhares de jovens fossem compelidos a buscar uma educação geral e uma formação profissional para conseguirem um emprego.

No período de 1930 a 1970, a situação da Saúde Pública apresentava destaques, mas sofria modificações. Como ressalta Merhy (1987, p.117),

*Ao longo destes anos, modifica-se a estrutura de morbi-mortalidade da população brasileira. São controladas as principais epidemias de distribuição predominantemente urbana, como a varíola, a febre amarela, a febre tifóide, as doenças pestilentas, permanecendo, contudo, graves problemas coletivos de saúde. Permanecem as altas taxas de mortalidade infantil, condicionadas pela desnutrição e precárias condições de saneamento e assistência médico-sanitária; as doenças infecciosas continuam responsáveis por importante parcela de óbitos mesmo entre a população adulta. A tuberculose e a hanseníase continuam tendo uma alta prevalência; avulta em importância novas e antigas endemias rurais: a malária ganha novo impulso, a esquistossomose estende-se a regiões antes livre desse flagelo. Ao mesmo tempo, com elevação da esperança média de vida e com a urbanização crescente da população brasileira, as denominadas doenças crônico-degenerativas transformam-se em problemas coletivos.*

Esses fatos vão dar nova dimensão à estrutura sócio-econômica do país e pressionar a criação de novas estruturas na área da educação, da saúde e do trabalho.

Para que houvesse a integração entre escola e trabalho, no início dos anos de 1970, as universidades, seguindo o modelo americano, propuseram a Integração Docente - Assistencialista (I D A) para as áreas da saúde, apresentando as ações no Plano Decenal de Saúde das Américas.

Essas ações determinaram um movimento de reforma médica no País.

*O Ministério da Saúde, o Ministro da Educação e Cultura e, ainda a Organização Panamericana de Saúde, em 1976, estabelecem o Programa de Preparação Estratégica de Saúde (PPREPS), propondo a implantação do Sistema Docente Assistencial – IDA, principalmente no Norte e Nordeste brasileiro. (PIZANI, 1999, p.142).*

Este programa definia a união de esforços entre as instituições de educação e de serviço de saúde adequados às necessidades reais da população, à produção de conhecimentos e à formação de recursos humanos.

Em 1970, o Paraná também apresentava características demográficas especiais que levaram o Governo a dispensar atenção particular à Política de Saúde Pública, além das medidas já tomadas na área da Educação.

“É o caso de certas endemias, do saneamento básico, de certas doenças de massa, até a pouco inexistentes no Estado e que hoje são problemas graves”. (PARANÁ, Mensagem, 1971, p. 67).

Para impulsionar medidas de combate e controle às doenças, a Secretaria de Saúde Pública definiu a política de saúde e estabeleceu as seguintes metas a serem atingidas, no período de 1972 a 1975:

- a) Promover a capacitação de pessoal técnico, superior e auxiliar, através de cursos regulares e treinamento.
- b) Ampliar as redes hospitalares estadual, que estava constituída de 500 unidades hospitalares, para o acréscimo de 227 hospitais em cinco anos.
- c) Atualizar normas e métodos e necessidades de pessoal para o Departamento de Unidades Sanitárias.

Com a finalidade de atingir as metas propostas, o Governo do Estado necessitava de pessoas qualificadas para dar continuidade às medidas. Por isso, a Reforma de Ensino preconizada, que daria prioridade à profissionalização obrigatória para a escola e para o aluno de 2º Grau, foi implantada no Paraná. Por

outro lado, a Reforma trouxe a preocupação do sentido de terminalidade no ensino, pois o aluno teria que obter ocupação sem que fosse necessário ingressar na universidade.

O ensino de 2º Grau deveria preparar o adolescente, futuro adulto, para o exercício de atividades profissionais, colocando-o no mercado de trabalho, já que o desenvolvimento assim o exigia.

Os discursos em torno da Lei 5.692/71, que veio substituir praticamente na íntegra as propostas educacionais expressas pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 4.024/61, diziam que a alteração de legislação atendia aos ditames de um novo momento social, que pedia uma nova escola e uma nova visão educacional. Para que isso ocorresse, o currículo deveria apresentar “novas” orientações.

A Lei 5.692 em seu Art. 4º, § 3º diz o seguinte: “Para o ensino de 2º Grau, o Conselho Federal de Educação fixará além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins”. (BRASIL, 1971, p. 5).

Na orientação dada para a elaboração do currículo pleno e do conhecimento ministrado nas escolas, a legislação apontou para a necessidade de um núcleo comum obrigatório para todo o Brasil e de uma parte diversificada que atendesse às especificidades locais, individuais.

As propostas apresentadas para a elaboração do Currículo Pleno dos Cursos Profissionalizantes mostravam a preocupação do Grupo de Trabalho que elaborou a citada Lei, em fornecer conteúdos teóricos, propedêuticos, formativos ao ensino profissionalizante.

Para a organização do conhecimento, o documento prescreveu o trabalho pedagógico, a partir da noção de disciplinas, áreas de estudo e atividades.

O Art. 5º, § 1º, refere-se ainda, que, observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de Educação Geral e outra de Formação Especial, sendo que no 2º Grau, predominaria a Formação Especial.

No § 2º do mesmo artigo, a Lei traçava o objetivo da Formação Especial :

- a) Terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º Grau e de habilitação profissional, no 2º Grau.

- b) Será fixada, quando se destine à iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados.

A Lei determinou, também, que, no currículo pleno de todas as instituições escolares e todos os graus, estivesse presente a disciplina de Educação Moral e Cívica e a de Programas de Saúde, esta última obrigatória só para os 1º e 2º graus (Art.7º) e que faziam parte dos estudos para a formação do cidadão.

Um melhor entendimento de como foi pensado e como deveria ser implementado o currículo encontra-se no Parecer 853/71, aprovado em 12/11/1971. Um dos relatores, Valnir Chagas, mostra o entendimento de como foi pensada e teorizada a Lei 5692/71. Chagas integrou o Grupo de Trabalho que elaborou o anteprojeto da Lei, deixando claro a primeira aproximação da Lei 5692/71 com o escolanovismo.(CHAGAS, 1978, p.77).

No Parecer fica bem definido o que chamam de núcleo-comum para o currículo. Dele fazem parte as matérias de Comunicação e Expressão, de Estudos Sociais e de Ciências. Também são incluídas as disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Educação Física, de Educação, de Programa de Saúde e de Ensino Religioso, facultativo. “Associadas a elas, o núcleo configura o conteúdo abaixo do qual se terá por incompleta qualquer formação de 1º e 2º graus...” (S.E.N.E, 1976, p.28). Os conteúdos de cada matéria seriam: a) Língua Portuguesa, em Comunicação e Expressão; b) Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil, em Estudos Sociais; e c) Matemática e Ciências Físicas e Biológicas, em Ciências. O documento dá ênfase à integração dos diferentes conhecimentos no núcleo comum, como pode-se observar:

*Mas um núcleo comum não há de ser encarado isoladamente(art.2º), se em termos de currículo, como já proclamavam os educadores do século XVIII, "tudo está em tudo". A Língua Portuguesa não pode ser separada, enquanto forma de Comunicação e Expressão, de Educação Artística ou de Desenho, que se lhe acrescentem, sob pena de inevitável empobrecimento. A Geografia, a História e a Organização social e Política do Brasil adquirem tanto mais sentido e vigor quanto mais se interpenetram com vistas à integração do aluno ao meio próximo e remoto; e para isso muito hão de contribuir atividades como as de Educação Física, Educação Artística e Educação Cívica, em que a discrepância individualista numa sessão de Canto Orfeônico, numa competição desportiva ou num debate público, por exemplo,acarreta sanção natural e automática emergente das próprias situações criadas. (S.E.N.E, 1976, p.33).*

Quanto aos objetivos de cada matéria, o Parecer afirma que:

- a) em Comunicação e Expressão , “ o cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes (comunicação) e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquicos e espiritual” [...] consoante o disposto no art.4º,§ 2º, da Lei 5692;
- b) nos Estudos Sociais,o “ajustamento crescente do educando ao meio cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver como conviver”, sem deixar de atribuir devida “ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual de seu desenvolvimento”;
- c) nas Ciências, o “desenvolvimento do pensamento lógico e a vivência do método científico”, sem deixar de pôr as tecnologias que resultam de “suas aplicações”.(Idem, p.34).

Pelo documento, vê-se exposta a questão da escola e de seu conteúdo curricular como espaço de ferramenta para incutir valores sociais e morais no homem.

Fazenda (1988), concorda com a afirmação de que a ideologia liberal, e seus ideais de democracia são usados nos documentos que antecederam a homologação da LDB 5692/71 e que isso foi verificado nos discursos pelos responsáveis pela elaboração da diretrizes para a Educação. Diz que mesmo em tempos de ditadura, o liberalismo buscou, enquanto ideologia, não se descuidar de seus componentes básicos. Por isso, a educação escolar, manteve-se como aquela necessária para a formação dos trabalhadores.

Para a parte diversificada da formação especial em Auxiliar em Administração Hospitalar, o documento da Coordenadoria do Ensino Básico e Normal dá as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus na sua edição especial de outubro de 1971, manifesta no seu art.4º, § 1º, III, que para assegurar a validade nacional dos diplomas relativos à formação profissional de 2º grau: “o Conselho Federal de Educação determinará o mínimo necessário a cada habilitação ou conjunto de habilitações afins. O conteúdo diversificado constitui a matéria prima o ser trabalhada no que chamamos o currículo pleno de cada estabelecimento”.(p.28). As escolhas dos cursos e as disciplinas que formariam o

currículo pleno de cada curso seria elaborada pelos Conselhos de Educação de cada sistema de ensino, que tinham por função relacionar as matérias de ensino e pelos estabelecimentos escolares, que deveriam planejar seus currículos, atendendo ao preceito do núcleo-comum, escolhendo, dentre aquelas disciplinas relacionadas pelos Conselhos de Educação, as que melhor se adequassem aos seus planos. Pois, “ Tal relação será tanto mais operativa quanto mais rica, flexível e aberta se apresente(S.E.N.E, 1976,p.28)”.

O documento da implantação afirmava que os conteúdos obrigatórios deveriam levar ao desenvolvimento de capacidades e de habilidades que contribuíssem para que o indivíduo aprendesse atitudes e capacidades. O Parecer 853/71 escancara que a educação deve servir como instrumento para “uma vigorosa imunização mental”. Quanto à visão e à fundamentação teórica de como se processa o ensino e a aprendizagem, o Decreto justificava que o escalonamento e a variação das matérias, distribuídas ao longo dos currículos do ensino de 1º e 2º graus e distinguidas entre atividades, áreas de estudo e disciplinas, relacionava-se com as deduções e contribuições da Psicologia Evolutiva e da Psicologia Genética de Piaget.

Segundo Nagle (1973) há uma nítida influência das teorizações escolanovistas na proposta de estruturação do currículo , por área de estudo, atividades e disciplina, verificadas na LDB/71 e, paralelamente, no Parecer n.853/71. Nas suas interpretações, Nagle, deixa claro que as matérias e conhecimentos tinham o objetivo de estar “homogenizando” os alunos para que esses pudessem manter uma unidade nacional do país e contribuíssem para a estabilidade social.

Nas entrevistas realizadas com pessoas envolvidas naquele processo de formação, verificou-se que os depoentes foram unânimes quanto à seguinte realidade: não houve sondagem do mercado de trabalho local ou regional para que os Cursos fossem implantados, mas sim, uma sondagem da preferência dos alunos por áreas, Biológica, Tecnológica e Humanística, em Cursos de até três anos e para montar o Currículo Pleno do Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar, além do cumprimento do currículo mínimo, exigido pela Secretaria da Educação, houve um acréscimo de disciplinas. Para isso, uma pesquisa foi feita em cursos na área de saúde que funcionavam em escolas profissionalizantes. O Profº Sebastião relatou como fez a pesquisa de campo:

*Fui com minha equipe pedagógica ao Colégio Catharine Laborie, em Curitiba. Lá havia o Curso de enfermagem. Pegamos toda a proposta curricular do Curso e fizemos as adaptações necessárias para o Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar. E foi assim que aconteceu. Tudo ainda era muito novo, estávamos querendo fazer o melhor. ( Profº SEBASTIÃO, 2003).*

As opções foram para, em média, três cursos profissionalizantes. O Colégio Regente Feijó ofertou, de início, os Cursos de Redator Auxiliar, Desenhista de Arquitetura e o de Auxiliar de Administração Hospitalar, sendo este último, o mais procurado pelos jovens de Ponta Grossa e de cidades vizinhas.

Para a implantação do Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar, foram apresentadas as seguintes justificativas, que considero importante transcrevê-las:

*Há muito que as organizações hospitalares ressentem-se, nas suas administrações, de elementos treinados, através de cursos específicos, para desempenharem os misteres que os tornem modelares, funcionando como um todo, de tal modo que haja sempre o elemento certo para o lugar adequado.*

*Administrar é quase uma ciência ou é uma ciência. Preparar o administrador – no caso de organizações hospitalares – é ministrar-lhe conhecimentos técnicos e científicos, os quais, postos em prática, - simplificarão o trabalho, - através da distribuição de tarefas. Será o planejamento equilibrado, o atendimento perfeito, o trabalho organizado, o entrosamento de todos os setores, o progresso em curto espaço de tempo.*

*Esse é o norte de todo o bom administrador. Daí a sua importância na comunidade. Pois que uma comunidade só experimenta progresso quando todos os seus setores têm à frente elementos com cabedal, com mérito, com conhecimento e com disposição para o trabalho.*

*Ministrando esse curso, gabaritando o elemento, usando de todos os recursos de que dispomos, estaremos contribuindo para que as Casas de Saúde possam encontrar, no mercado de trabalho, pessoal especializado a fim de que a sua administração atinja o ponto desejado, não só por elas mesmas, mas também pela comunidade que delas irá servir-se, quando as circunstâncias o exigirem.*

*É quando pensamos que vidas humanas estão em jogo, dependendo do perfeito funcionamento de uma organização hospitalar, chegamos à conclusão de que o administrador hospitalar é figura importantíssima na colméia de elementos que desempenham as tarefas dentro de uma casa, cuja precípua finalidade é atender e salvar o que há de mais precioso numa comunidade.*

*Desse modo, assim agindo, estará ele zelando pelo bem estar de todos nós. Tranquilizando os pacientes que necessitam de recuperação para que possam tornar-se úteis aos seus semelhantes, controlando-os emocionalmente, dedicando-lhes um trabalho consciente, equilibrado que apresentará resultado realmente positivo.*

*E isso só será realizado através do estudo, da formação humanística e da profissionalização, que lhe darão a maturidade necessária para agir com tato, com prudência adquiridas pela experiência, pela vivência e pelos conhecimentos que a escola lhe proporcionará. (COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ, Documento de Implantação do Curso Profissionalizante Auxiliar de Administração Hospitalar, 1973, p. 258).*

Pelo documento, vê-se que as atribuições dadas ao administrador eram valorizadas, a tal ponto de ele ser considerado figura importantíssima na comunidade, zelando pelo bem estar de todos.

As funções a ele atribuídas seriam: Auxiliar em todas as tarefas que lhe fossem competentes, tanto no setor de administração, tesouraria, almoxarifado, portaria, recepção, como no departamento de Serviços Gerais, rouparia, lavanderia, cozinha e copa, zeladoria, conservação e reparo, necrotério e outros.

Atribuía-se aos alunos as qualidades de liderança, criatividade, habilidade no resolver, comunicação simpática para a formação humanística e sociabilidade de expressão, além da Formação Especial, para atuar em Hospitais e Casas de Saúde, que necessitavam de elementos capazes nas suas administrações.

O currículo do curso de Auxiliar de Administração Hospitalar seguiu o que a Lei evidenciava. Os conteúdos deveriam levar ao desenvolvimento de capacidades e de habilidades “harmônicas e socialmente desejáveis”. Tais capacidades poderiam ser resumidas em: observação, reflexão, criação, discriminação de valores, julgamento, comunicação, convívio, decisão e ação, adjetivos que se observam nitidamente na justificativa de implantação do curso de Auxiliar de Administração Hospitalar.

O Curso visaria à formação de pessoal para serviços de Auxiliar de Administração Hospitalar, setor de saúde, conforme Parecer 45/72 do Conselho Federal de Educação (C. F. E). O currículo compreenderia disciplinas na área de estudos e atividades de conteúdo **Instrumental** e **Profissionalizante** da habilitação.

A parte Instrumental do Curso visava integrar a reserva de potencial de conhecimentos necessários ao Profissional do Setor de Saúde e tinha por finalidade oferecer ao educando um conteúdo tecnológico que seria somado à Formação Geral.

O total da Carga Horário era de 2.550 horas, sendo distribuídas em 1.598 horas para a Formação Geral, 952 horas para a Formação Específica e mais 50 horas de estágio supervisionado, autorizado pelo Decreto de Criação e Funcionamento nº 1414, com homologação do Parecer de aprovação do Plano, Resolução 264/75. (C.E.R.F, Relatório de Implantação, 1973).

Vê-se, pelas propostas curriculares dos cursos profissionalizantes, que a educação tecnicista assume a postura de ser democrática e imparcial, com intuito de salientar as aptidões inerentes no indivíduo educado, priorizando o trabalho como meio principal pelo qual o estudante alcançará a sabedoria.



“A Nova Escola” alia as aptidões do estudante, de 15 a 18 anos, às atividades que beneficiem a sociedade.

O currículo pleno do curso profissionalizante Auxiliar de Administração Hospitalar foi elaborado com as seguintes disciplinas e carga horária, conforme vê-se na Tabela 2, montada a seguir.

Esta Tabela foi elaborada a partir dos dados do Projeto de Implantação dos Cursos Profissionalizantes do Colégio Estadual Regente Feijó, de 1973.

TABELA 2 – CURRÍCULO PARA O CURSO DE AUXILIAR ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR

1º ANO	
<b>MATÉRIAS EDUCAÇÃO GERAL</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	102 h
INGLÊS	68 h
GEOGRAFIA	68 h
HISTÓRIA	X
O.S.P.B.	X
MATEMÁTICA	68 h
BIOLOGIA	68 h
FÍSICA	X
QUÍMICA	68 h
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	68 h
EDUCAÇÃO FÍSICA	102 h
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	34 h
PROGRAMAS DE SAÚDE	34 h
ENSINO RELIGIOSO	34 h
<b>MATÉRIAS FORMAÇÃO ESPECIAL</b>	X
FUNDAMENTO DE ENFERMAGEM	X
ADMINISTRAÇÃO CONTRATUAL.	X
ORGANIZAÇÃO E NORMAS	X
Continuação ...	
SAÚDE PÚBLICA	X
PSICOLOGIA E RELAÇÕES HUMANAS	X
ÉTICA	X
CONTABILIDADE E ESTATÍSTICA	X
<b>MATÉRIAS PARTE DIVERSIFICADA</b>	X
REDAÇÃO E EXPRESSÃO	68 h
ANATOMIA E FISILOGIA HUMANA	X
MICRO PARASITOLOGIA	68 h
QUÍMICA APLICADA	X
FÍSICA APLICADA	X
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	X
	850 h

## 2º ANO

<b>MATÉRIAS EDUCAÇÃO GERAL</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	68 h
INGLÊS	X
GEOGRAFIA	X
HISTÓRIA	68 h
O.S.P.B.	X
MATEMÁTICA	68 h
BIOLOGIA	68 h
FÍSICA	68 h
QUÍMICA	68 h
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	X
EDUCAÇÃO FÍSICA	102 h
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	X
PROGRAMAS DE SAÚDE	X
ENSINO RELIGIOSO	X
<b>MATÉRIAS FORMAÇÃO ESPECIAL</b>	X
FUNDAMENTO DE ENFERMAGEM	X
ADMINISTRAÇÃO CONTRATUAL.	X
ORGANIZAÇÃO E NORMAS	X
SAÚDE PÚBLICA	X
PSICOLOGIA E RELAÇÕES HUMANAS	68 h
Continuação ...	
ÉTICA	X
CONTABILIDADE E ESTATÍSTICA	102h
<b>MATÉRIAS PARTE DIVERSIFICADA</b>	X
REDAÇÃO E EXPRESSÃO	X
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	68 h
MICRO PARASITOLOGIA	34 h
QUÍMICA APLICADA	68 h
FÍSICA APLICADA	X
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	X
	850 h

## 3º ANO

<b>MATÉRIAS EDUCAÇÃO GERAL</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA	68 h
INGLÊS	X
GEOGRAFIA	X
HISTÓRIA	X
O.S.P.B.	34 h
MATEMÁTICA	68 h
BIOLOGIA	X
FÍSICA	68 h
QUÍMICA	X
EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	X
EDUCAÇÃO FÍSICA	102 h
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	X
PROGRAMAS DE SAÚDE	X
ENSINO RELIGIOSO	X
<b>MATÉRIAS FORMAÇÃO ESPECIAL</b>	X
FUNDAMENTO DE ENFERMAGEM	68 h
ADMINISTRAÇÃO CONTRATUAL.	102 h
ORGANIZAÇÃO E NORMAS	68 h
SAÚDE PÚBLICA	68 h
PSICOLOGIA E RELAÇÕES HUMANAS	X
ÉTICA	68 h
CONTABILIDADE E ESTATÍSTICA	X
Continuação ...	
<b>MATÉRIAS PARTE DIVERSIFICADA</b>	X
REDAÇÃO E EXPRESSÃO	X
ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANA	68 h
MICRO PARASITOLOGIA	X
QUÍMICA APLICADA	X
FÍSICA APLICADA	68 h
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	50 h
	900 h
<b>TOTAL</b>	2600 h

Analisando os objetivos de cada disciplina composta na grade curricular do curso de Auxiliar de Administração Hospitalar, a parte profissionalizante visava proporcionar um conjunto de conhecimentos utilizáveis e técnicos, necessários ao exercício da profissão, que se compôs de disciplinas de Fundamentos de Enfermagem, Psicologia das Relações e de Humanas e Ética com ênfase nas Áreas de Estudo de Administração de Controle, Organização e Normas, Saúde Pública, Ética e Contabilidade e Estatística. (Idem, pps 308 a 320).

A área de Administração e Controle tinha como objetivos capacitar o educando a:

- 1) Conhecer os instrumentos de trabalho que lhe possam proporcionar auto-realização pessoal.
- 2) Trabalhar, na vida prática, como elemento atuante de uma organização administrativa bem estruturada e moderna.
- 3) Selecionar elementos, para atuarem dentro da organização, voltados para melhorar a atividade administrativa.
- 4) Evidenciar a importância e discriminação dos tipos de hospitais, salientando sobretudo: Hospital atual e planejamento Hospitalar.
- 5) Organizar e estruturar a atividade administrativa de uma unidade hospitalar.
- 6) Atuar em unidades hospitalares junto ao S.A.M.E. (Serviço de Arquivo Médico e Estatística) setor que vem tendo atenção especial dentro do hospital moderno de hoje.

A área de Organização e Normas deveria capacitar o educando a :

- 1) Conhecer, basicamente, as normas gerais que devem ser observadas na Organização de uma Unidade Hospitalar.
- 2) Liderar equipes de trabalho visando a familiarização com diversas organizações hospitalares e centros de saúde pública.
- 3) Elaborar gráficos e métodos que possam visualizar o modo pelo qual a organização funciona.
- 4) Participar, atualmente, do arquivamento dos dados relacionados com os pacientes que são atendidos pelas unidades assistenciais particulares ou não.
- 5) Conhecer o C.I.D. (Código Internacional de Doenças) para auxiliar no sistema estatístico de computação de dados.

- 6) Manter sigilo das informações médicas, evitando que as anotações feitas no prontuário do paciente passem ao conhecimento de terceiros.
- 7) Conhecer as Instituições Assistenciais, suas finalidades e os cuidados que prestam aos segurados e dependentes.

Para a área de Saúde Pública, o educando deveria ser capaz de :

- 1) Zelar pela saúde da comunidade, tornando-se propagador de medidas de higiene apropriadas.
- 2) Identificar, traduzir em dados, analisar problemas relativos à saúde pública.
- 3) Realizar recenseamento da natalidade, mortalidade e morbidade.
- 4) Calcular a taxa de crescimento da população.
- 5) Colaborar ativamente no trabalho de preparação de soro e vacinas.
- 6) Participar de campanhas de vacinação pública.
- 7) Elaborar esquemas e a periodicidade das aplicações de soro e vacinas.
- 8) Reconhecer o valor da alimentação sadia, da necessidade de Vitaminas e Sais Mineirais, como medicina preventiva.
- 9) Atuar em hospitais e centros de Saúde Pública, para colaborar no trabalho de combate às doenças, através do trabalho especializado e planejado.

Para a área de Contabilidade e Estatística, o aluno deveria ser capaz de :

- 1) Preencher livros de escrituração comercial.
- 2) Preencher cheques, formulários e fichas concernetes no seu trabalho.
- 3) Elaborar folhas de pagamento.
- 4) Comparar conceitos estatísticos e chegar a conceitos próprios.
- 5) Coletar, criticar difernciar e apurar dados estatísticos.
- 6) Construir distribuição de freqüência com dados brutos.
- 7) Representar graficamente a distribuição de freqüência, de uma relação de tabelas de dados.
- 8) Utilizar diversos gráficos para representar séries estatísticas.
- 9) Calcular médias e medidas da tendência central e de dispersão.
- 10) Resolver problemas sobre probalística e probabilidades.

Os estágios eram realizados no terceiro ano do Curso, em Hospitais de Ponta Grossa, previamente escolhidos pelo professor, duas vezes por semana. Os alunos se apresentavam às instituições hospitalares com uma solicitação de estágio e eram encaminhados aos setores, pelos quais deveriam estagiar, devendo apresentar relatórios das atividades desenvolvidas diariamente.

As atividades foram assim planejadas:

- 1) Visitas a ambulatórios.
- 2) Visitas a Casas de Saúde.
- 3) Pesquisas.
- 4) Colheta de materiais para exame de laboratórios.
- 5) Colheta de material para exame coprológico.
- 6) Aplicação dos diversos tipos de ataduras.
- 7) Aplicação simulada de injeções.
- 8) Observação de doentes hospitalares.
- 9) Confeção de cartazes com gravuras de órgãos sãos e doentes.
- 10) Observação de transfusão de sangue.
- 11) Observação de aplicação de soros.
- 12) Aplicação de agafos em peças plásticas.
- 13) Manuseio de material de curativos, como pinças, algodão, etc.
- 14) Aplicação de ataduras gessadas em material apropriado.
- 15) Aplicação de garroteamento.
- 16) Tomada de pulsação.
- 17) Tomada da respiração.
- 18) Tomada da temperatura com termômetro clínico.

A avaliação era feita através de testes objetivos, relatórios, pesquisas, debates, testes escritos, tarefas em grupos e demonstração, em aula, dos conhecimentos adquiridos, conforme lembram as depoentes, Núbia e Neuzete:

*Nós íamos ao Hospital e na aula seguinte entregávamos o relatório escrito de tudo o que havíamos feito no Hospital e, também, descrevíamos, oralmente, tudo o que havíamos presenciado. Os estágios eram feitos duas vezes por semana, tínhamos que cumprir as horas determinadas. Quem não o fizesse, não teria o diploma e, conseqüentemente, estaria reprovado. Não lembro bem, mas acho que tivemos que cumprir 50 horas de estágio. (NÚBIA, 2004).*

*Eu lembro dos relatórios que tinha que fazer, era uma correria, porque cada final de dia de estágio, tinha-se que relatar o que havia feito, tanto oral quanto escrito. Os estágios eram feitos duas vezes por semana. No final do ano, tive que fazer um relatório geral, contando as experiências do ano inteiro. Os estágios foram importantes para a minha vida. (NEUZETE, 2004).*

O objetivo dos estágios era o de dar uma visão global do hospital ao estudante. Para isso, o aluno passava por todos os setores do hospital, iniciava na portaria, recepção, depois ia para o almoxarifado, seção de limpeza em geral, tesouraria, seção de triagem, seção de laboratórios, seção de enfermagem até chegar ao centro cirúrgico e Unidade de Terapia Intensiva - UTI.

Pelos depoimentos, no ano de 1977, os hospitais escolhidos para os estágios foram: Maternidade Sant' Ana, Hospital Bom Jesus, Hospital São Lucas e Santa Casa de Misericórdia.

Os alunos entrevistados afirmaram ter sido este o melhor momento do Curso.

A aluna Neuzete recorda desse momento, afirmando que:

*Nós nos sentíamos importantes. Íamos ao Hospital, lá no Centro Cirúrgico, usávamos jaleco branco, como os médicos. Através do estágio, pudemos ter uma visão geral de um hospital. Quando estávamos estagiando na parte de administração propriamente dita, nós não gostávamos muito, mas quando chegou a hora de estagiar no Centro Cirúrgico e na U.T.I, aí sim vibramos. Eu fiz estágio, primeiro no Hospital São Lucas, depois na Maternidade Sant' Ana e por último, na Santa Casa. Lembro dos partos a que assisti na Maternidade, dos bebês nascendo, da felicidade das mães. Aprendi a aplicar injeção, a atender os pacientes, tirar sangue para exames de laboratórios e a muitas outras atividades de primeiro socorros. Para mim, que estava na época, com 18 anos, foi uma experiência indescritível. Nos Hospitais, presenciei cirurgia cerebral, de varizes, no coração. Os estágios marcaram a minha vida, até hoje lembro das cenas. A vivência com as colegas nos estágios, a troca de experiência foi de muita valia. (NEUZETE, 2004).*

A aluna Núbia, ao falar dos estágios feitos nos hospitais de Ponta Grossa, fica muito empolgada com as lembranças e com entusiasmo relembra:

*Primeiro fui ao Hospital São Lucas. Vi o funcionamento de todo o hospital, até chegar ao Centro Cirúrgico e a U.T.I. Depois fui à Maternidade Sant' Ana. Lembro que, para entrar no Centro Cirúrgico, colocávamos máscara, touca, sapatilha, avental, luva e todos os apetrechos necessários. Era muito interessante. O estágio foi ótimo, assisti a um parto, foi inesquecível. Lembro até hoje do rosto da paciente, veja quantos anos faz! Vinte sete anos. Fiz estágio também no Hospital São Lucas, que hoje é Pronto Socorro, ele não existe mais. Na Maternidade Sant' Ana, que hoje é UNIMED, assisti a partos normal, fórceps e cesariana. No Hospital São Lucas, a cirurgias de menisco, a um transplante de ossos, extração de amígdalas, um horror! (NÚBIA, 2004).*

Nos depoimentos, percebe-se a importância dada ao estágio, qualificando-o como o melhor momento do Curso. Se o Curso se restringisse apenas



à parte teórica e não tivesse possibilitado a prática profissionalizante, não marcaria tanto a vida das depoentes.

*Na maior parte das escolas públicas e particulares, houve uma diminuição e até mesmo supressão de grande parte de disciplinas como Filosofia, Sociologia, Física, Química e Biologia, que foram substituídas por componentes de formação profissional, geralmente ministrados de forma teórica, sem uso de laboratórios e/ou equipamentos adequados. A maior parte das Escolas fez opção pelo ensino comercial, para o qual os cursos de Técnico em Secretariado, que se alastraram pelo país, sem que as Escolas recebessem uma única máquina de datilografia, requisito fundamental aos trabalhadores que buscavam colocação profissional nessas áreas. (MATIAS; FERNANDES, 2004,p.3).*

Quando as depoentes Neuzete e Núbia foram indagadas do porquê de não seguirem a carreira de Auxiliares de Administração Hospitalar, elas assim se expressaram:

*A minha intenção era o vestibular. Eu não sabia nada sobre o Curso antes de me matricular. Não conseguia vê-lo como profissionalizante, nem mesmo no momento do estágio. A única preocupação era passar no vestibular. Os estágios foram maravilhosos, uma experiência ímpar, mas não para seguir uma profissão. Quando terminei o Ginásio, eu procurava Curso “Científico”, não queria fazer o “Curso Normal”, do Sant’ Ana, onde eu estudava. Por isso não segui a profissão. (NÚBIA, 2004)*

*Nunca pensei em seguir a profissionalização em Administração Hospitalar. Acho que a maioria das minhas colegas de classe, também não pensavam nisso. Nós queríamos seguir para a Universidade. Soube que algumas colegas se formaram em Cursos na área Biológica; outras, em Humanística. Os caminhos foram diversificados. O que eu sabia era que o Colégio tinha o melhor ensino da época, mesmo sendo público e com uma clientela privilegiada. Fiz amizades que permanecem até hoje. (NEUZETE, 2004).*

As concepções de educação propedêutica e educação profissional, educação da elite e educação da classe operária, trabalho intelectual e trabalho manual são de grande pertinência na busca de motivos que levaram os alunos dos Cursos Profissionalizantes a não pensarem na formação profissional quando foram em busca da educação escolar formal de nível médio. Essa questão é cultural, ideológica, desde a formação colonial, na qual percebemos o aspecto contraditório da educação: dois tipos de educação e dois tipos de trabalho (conforme a classe social), reforçada pelo Governo e representantes da elite.

Nessa época, vários alunos não usaram seu diploma de nível médio. Isso ocorreu, porque, além das questões conflitantes do ensino profissional, havia

escassez de empregos e pouca importância era dada à certificação, pois os alunos pretendiam profissionalizar-se no ensino superior.

No caso do Curso de Auxiliar de Administração Hospitalar, mesmo com os planos de o Governo do Estado do Paraná investir na Política de Saúde Pública, não havia tantos hospitais no Paraná para receber esses formandos. Em média, por ano, se formavam trezentos alunos no curso de Auxiliar de Administração Hospitalar, só no Colégio Regente Feijó. Com isso, os alunos estavam contando com um ensino que formava desempregados em potencial.

FIGURA 11 - FORMANDAS DA TURMA DE AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR (1977) PÁTIO INTERNO DO COLÉGIO



FONTE: Memória Neuzete Teresinha de Melo Lima.

Na figura 11, percebe-se a alegria e a descontração das futuras formandas do Curso de Administração Hospitalar. Os laços de amizade adquiridos no Colégio são muitas vezes lembrados pelas depoentes e até hoje permanecem.

FIGURA 12 – FORMANDAS DO 3º A.A.H. NA ESCADA DA ENTRADA PRINCIPAL DO COLÉGIO (1982)



FONTE: Memória Professora Izolde Chibinski Fortes e seu marido Professor Lauro Fortes

A escadaria central, com degraus largos e circundado por corrimões decorados, permanece na memória das depoentes. Lembraram que os alunos não podiam entrar pelo portão principal, só em caso de emergência. A entrada pela escadaria central só era permitida para os professores e funcionários, os alunos entravam pelos portões laterais, e sonhavam com a possibilidade de um dia entrar pela porta principal. Alguns depoentes conseguiram, pois tornaram-se professores do Colégio, outros não, mas no momento da foto na escadaria central, realizaram o sonho de utilizar o espaço exclusivo dos professores. A figura 12 revela a importância simbólica dada à escadaria, constituindo-se como um dos símbolos do Colégio Estadual Regente Feijó. Essa turma de formandas foi lembrada pela Professora Izolde como uma turma especial, que deixou marcas pelo carinho que demonstravam aos seus professores.

#### 4 O QUE PASSOU E PERMANECE

*O fato é que a escola sempre esteve vinculada à formação das pessoas, à produção de indivíduos e subjetividades. Por isso, o que se ensina e como se ensina nela não é uma questão menor, mas se encontra no centro de uma compreensão mais acurada sobre as relações entre educação, cultura e poder.*

(SOUZA, 2000, p. 5).

Trabalhar com a memória é instigante e desafiante. Ela Permite dar um novo olhar à história, porque se pode contrapor-la à história oficial, e isso é, sem dúvida, abrir brechas na história, através das quais se podem enxergar pessoas reais, que estão trabalhando, estudando, sonhando. A história oficial em oposição à história de vida permite um olhar crítico em relação ao passado.

Para que a história da educação seja contada, precisa-se ter um espaço. A ocupação e a utilização do espaço supõe a sua constituição como lugar e o que leva um ao outro é uma construção. A instituição escolar ocupa um espaço projetado ou não para tal uso, e um lugar, por ser um espaço ocupado e utilizado. Sobre a questão do espaço e tempo escolares, Frago (1998,p.63) se manifesta:

*São muitas as influências e entrecruzamentos entre o espaço e o tempo, Mas ao menos, em relação ao passado, não captamos a duração de si mesma, podemos medi-la, segmentá-la, mas carecemos de memória acerca da duração. O que recordamos são espaços diversos ou de fixações diferentes de um mesmo espaço. De espaços materiais, visualizáveis.*

*O conhecimento de si mesmo, a história interior, a memória, em suma, é um depósito de imagens. De imagens de espaço que, para nós, foram, alguma vez e durante algum tempo, lugares nos quais algo de nós ali ficou e que , portanto, nos pertencem; que são, portanto, nossa história.*

Durante as entrevistas, as lembranças sobre o tempo em que os depoentes passaram no colégio foram surgindo, no começo, sem organização; depois, com mais precisão. Quando analisavam documentos ou fotos, as lembranças afluíam com mais facilidade e detalhes eram dados. A memória é um depósito de informações que ficaram guardadas e que nos pertencem.

#### 4.1 A INFLUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO NA VIDA DOS ALUNOS E DOS PROFESSORES. UTILIDADE – APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

##### PROFESSOR

*Um rio caudaloso de enorme força de vontade*

*De espírito forte, mas afável e pleno de amor*

*Contrário à fome, à miséria e à dor*

*Fazendo da liberdade seu hino*

*Tendo nessa sua força um quê de divino!*

( Profº SEBASTIÃO,2003).

A clientela atendida pelo Colégio Regente Feijó era formada por alunos de várias classes sociais.

Na década de 1970, o Colégio contava com quase quatro mil alunos, freqüentando três turnos: manhã, com turmas masculinas; à tarde, com turmas femininas e à noite com turmas mistas. Pela quantidade de alunos, uma parte destes assistia às aulas no Prédio 2, chamado Colégio Anexo, da Rua Dr. Colares.

A Professora Izolde ( 2004) lembra:

*Na época de 1970, o Colégio tinha mais de 4000 alunos, sendo que até o final do ano, esse número caía para 3600, pela repetência, evasão, mas, mesmo assim, era um desespero, fazia-se turmas e turmas, porque não tinha mais espaço, mais salas. Como não tinha mais espaço e tinham alunos para se matricular, foi pega a antiga Escola Normal, que ficava num prédio anexo ao Regente Feijó, na Rua Dr. Colares. No começo eram turmas só à noite, depois passou para manhã e à tarde. À medida que os alunos iam sendo matriculados, eram passados para esse prédio, que acabou ficando também todo ocupado. Eu, inclusive como era coordenadora, fiquei como Diretora Auxiliar, à noite. Hoje, não há necessidade de ter o Prédio Anexo, onde funciona agora a Casa de Cultura, se não me engano.*

Alguns dos depoentes, além de terem sido alunos foram também professores e diretores. Em suas lembranças, estudar no Regente era motivo de orgulho, eles passaram por seus bancos escolares e retornaram ao Colégio como professores. A formação que tiveram, refletiu-se em suas práticas profissionais.

O alto conceito do Colégio, o nível social de sua clientela, a capacidade intelectual dos professores e alunos, tudo era motivo de orgulho. Outra característica marcante nos relatos é a comparação do ensino do Colégio com os Colégios

particulares da cidade, principalmente o Colégio Sant' Ana. O Ensino Público era considerado mais sério, mais exigente e com melhores professores.

O Profº Sebastião lembrou com admiração de seu professor de História e que também havia sido diretor do Colégio, o Profº Brasil Pinheiro Machado. Disse que as aulas ministradas por esse professor foram inesquecíveis porque ele

*encadeava de tal maneira os assuntos, que era fácil de guardá-los. Não se estudava para as provas dele, era só prestar atenção às aulas. Chegava na prova nós sabíamos tudo. Ele dava História do Brasil e da Civilização. Sou formado em Farmácia, mas ministrava aulas na área de Língua Portuguesa, sempre fui bom aluno em Português, também com os professores que eu tive! Para lecionar Português, fiz complementação pedagógica na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Eu adorava estudar e ensinar, trabalhar com educação, no meu tempo era bom. Os professores eram valorizados, achávamos todos importantes. Ainda bem que peguei, como professor e diretor, um pouco dessa época. Eu não tinha maiores problemas com meus alunos e ser professor de Escola Pública e do Regente era motivo de orgulho para mim. Tudo o que aprendi, devo ao ensino do Colégio (Profº SEBASTIÃO, 2003).*

A Profª Izolde ao ser indagada sobre seu tempo de estudante no Colégio, reafirmou que seu ensino era referencial em educação em Ponta Grossa. Coursou o Ginásio e o Colégio Estadual e Escola Normal Regente Feijó e que quando foi lecionar, após a graduação na Universidade Estadual de Ponta Grossa, o ensino ainda permanecia o mesmo, ou seja, um dos melhores da cidade. Confirma que a decadência ocorreu lá pelos anos de 1980, porque

*o Governo forçou a passagem do ensino para as Escolas Particulares. Tudo foi previsto pelo Governo. Quando começou a decadência eu me aposentei, em 1983, já com dois padrões. No primeiro, aposentei-me com 32 anos de carreira e, no segundo, com 26 anos. Foi quando eu disse chega, porque a coisa já estava degradingolando. Logo em seguida, começaram as greves e o Governo foi deixando, deixando e os pais viram-se forçados a passar os filhos para as Escolas Particulares. Os alunos, no meu tempo, eram diferentes, eu só olhava e conseguia ministrar a minha aula. Na época em que me aposentei, vários professores se aposentaram. Os Cursos Profissionalizantes não repercutiram por falta de infra-estrutura. No Colégio faltava espaço, material e a partir de 1982, até de professores. Os Colégios Públicos, na minha época de estudante e de educadora, eram as Escolas dos alunos bons, enquanto que, os Colégios Particulares, os dos alunos com baixo desempenho. Depois, a situação mudou, inverteu-se: os Colégios fortes são os Particulares, são eles que inserem os alunos nas Universidades e no mercado de trabalho. (Profª IZOLDE, 2004).*

O professor Wilson lembra de seu tempo de estudante e de professor do Colégio:

*Estudar no Regente era um privilégio e trabalhar mais ainda. O trabalho no Colégio me foi extremamente gratificante, pela convivência com o corpo docente de alta qualidade, rico de valores humanos, empenhados na formação integral dos discentes, fico feliz por ter feito parte desse grupo consciente da importância da tarefa do professor. (PROFº WILSON, 2004).*

A fala dos professores aponta para o fato de que o Colégio teve a sorte de contar com um corpo docente eficiente e extremamente dedicado. Eles ingressavam no Magistério por concurso criterioso e imparcial. “Prova disso é a fama de que ele gozou, lá pelas décadas de 1940 a 1980 como sendo o “ Colégio Padrão” do Paraná”. ( Profª ALAIR, 2004).

Os professores não contavam com recursos de alta tecnologia, áudio-visual, eles contavam com o seu conhecimento, quadro negro e giz. Muitos professores são lembrados por isso. Alguns depoentes lembram do conteúdo ministrado pelo professor, seu poder estava na fala e não na utilização de outros recursos. As representações feitas pelos alunos mostram um corpo docente com características bem acentuadas, a disciplina exigida, a severidade e, principalmente, o amor pela profissão, pelo estudo, o seu idealismo e a sua dedicação. Como se percebe nos depoimentos, os professores eram admirados e sua atitude, modelo a ser seguido.

A sociedade Ponta-grossense da época atribuía grande poder à educação e conferia aos professores grande responsabilidade social, por isso os depoimentos reproduzem o imaginário da época, refletindo, como explica Chartier (1990), a História Cultural de um momento e de uma sociedade determinada, ou seja, as representações, as práticas e apropriações culturais feitas pela sociedade seriam formas simbólicas diferenciadas de interpretação que os diversos grupos sociais elaboram deles mesmos. O conceito de representação, no âmbito da História Cultural, constrói-se a partir de práticas sociais concretas e diversificadas que permitem várias leituras, assim, imagens, textos, rituais e comportamentos seriam fontes privilegiadas para abordagem da História Cultural.

Para Chartier (1990), o objetivo específico de História Cultural seria “identificar o modo como em diversos lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.(pps 16 e 17).

Isso significa que, para o autor, esta abordagem cultural teria por finalidade integrar diversos sistemas simbólicos de uma sociedade historicamente identificada. As representações não são criações abstratas, neutras, nem deturpações de olhares que vêem um real verdadeiro e único, mas instrumento real por meio de uma construção simbólica produzida essencialmente nas condições socioculturais em que cada indivíduo ou grupo de indivíduos se insere.

Por isso, todos os personagens que aparecem nos depoimentos assumem um caráter romântico com tom heróico e as grandes dificuldades não são mencionadas, ou melhor, as representações feitas pelos depoentes do mundo social, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é.

Para eles, a profissão de professor é mais do que uma missão, e isso minimiza qualquer outra preocupação; a salarial, por exemplo. Os professores da época, pelos depoimentos, demonstravam aos alunos que eram felizes e realizados em sua profissão. Essa é a impressão que transmitiam a seus alunos, mas, certamente, lutaram pelo reconhecimento social, frustraram-se quando encontraram condições impróprias para exercer seus ensinamentos e decepcionaram-se com políticas educacionais autoritárias, que não levaram em conta toda a experiência dos docentes e feriram os mais básicos princípios da relação pedagógica. No entanto, não são essas as representações que apareceram nas entrevistas, mas sim a de que eles esperavam que houvesse acontecido. É visível nos depoimentos, tanto dos alunos mais “antigos” quanto dos mais “modernos”, o caráter de seletividade e de intencionalidade da memória.

O depoimento do Profº Sebastião confirma a idealização feita aos professores e confirma essa seletividade:

*Tudo o que aprendemos nos bancos escolares, grande parte de nossa formação, devemos, definitivamente aos professores, às palestras, à convivência que tivemos com eles. Tivemos sempre o seu respaldo nos momentos difíceis de formação de nossa personalidade, do aprimoramento de nosso caráter. Ele deixou-nos marcas e ensinamentos definitivos. Talvez porque, soubesse abrir os olhos do mundo, tão vergastado pelos poderosos, pelos inimigos do povo, pelos corruptos, pelos maus governantes, pelos déspotas, porque, o professor constituiu uma elite, no seu verdadeiro sentido. Só merece homenagens esse alicerce que os pobres de espírito teimam em derrubar, com todas as armas da sua pequenez ( e pequinês, também...) ( Profº SEBASTIÃO, 2003).*

A aluna Núbia lembra de alguns professores e de seu cotidiano no Regente, cita as professoras que marcaram sua passagem pelo Colégio, a professora Guisela, de História e a professora Dalila Sabedoti, de matemática, dizendo que a professora Guisela era apaixonada por Napoleão Bonaparte, contava suas façanhas como se fosse um romance e dramatizava os conteúdos de História. Que a professora era rigorosa na apresentação do caderno e mandava numerar todas as folhas, para que os alunos não pudessem arrancá-las. Lembrou que as avaliações eram feitas de maneira dissertativa. Comentou que a professora Dalila parecia casada com a



Matemática, porque adorava ministrar a disciplina e era muito severa em sala de aula. A sua escolha pelo Colégio se deu porque queria ingressar na universidade no curso de Bioquímica e para prepará-la, só havia o Colégio. Por esse motivo, escolheu o curso de Administração Hospitalar e comenta com tristeza que

*o Regente era o melhor em Ponta Grossa, mas depois começou a decair. Começaram as greves dos professores. No meu tempo, nenhum professor faltava, nós até brincávamos que podia chover canivete que os professores não faltavam. A parte ruim que eu lembro do Colégio eram os banheiros, eles não eram bem cuidados. A disciplina era mantida pelas inspetoras a D. Maria, com seu apito, e a D. Marucha. Se fizéssemos algo errado éramos mandada para a diretoria, tínhamos muito respeito e um certo medo do diretor, o Profº Sebastião. Se passássemos mal, ligavam para nossos pais. Era difícil gazeir aula no Colégio. Não havia muita bagunça, apenas o que era normal. Estudávamos com livro e caderno, nada de apostilas como hoje. Respondíamos a questionários e depois, decorávamos as matérias para as provas. Não tínhamos INTERNET, então, o único lugar de pesquisa era a Biblioteca Pública. Escrevíamos tudo e depois, passamos a limpo em folha de papel almaço. Tudo caprichado. Hoje sou Comerciante e, tudo o que aprendi eu aplico aqui no meu comércio. Português, Matemática, História. A vivência com as atividades propostas pelo Colégio, fez-me crescer. Apresentação de teatro, dança, os trabalhos com Educação Artística, os desfiles na Avenida, sem falar nos Estágios feitos nos Hospitais daqui. Estudar no Regente foi imprescindível para a minha formação escolar e para a minha vida. (NUBIA, 2004).*

#### 4.1.1 Estudar no Regente: Peculiaridades do Ensino do Colégio

Muitas lembranças foram aparecendo no decorrer das entrevistas, lugares na memória foram revisitados. As suas histórias de vida foram um instrumento privilegiado que, como pesquisadora, utilizei para analisar momentos de mudança e de transformação que ocorreram no Colégio. As situações lembradas pelos alunos, transmitiram as representações sociais da época e foram quase sempre, de carinho, humor e idealização.

A aluna e também professora do Colégio, Rubi Rachel Nascimento, lembra que quem estudava no Colégio eram pessoas de classe média alta e média baixa, que havia uma mescla social, sem discriminações. Ponta Grossa tinha o Colégio Sant'Ana, mas a maioria da juventude gostava do Regente. O uniforme é lembrado como uma maneira de evitar o consumismo nos alunos e que os alunos se sentiam à vontade com o uniforme. Lembrou de alguns momentos que foram marcantes na sua vida escolar. De 1969 até 1971, a depoente cursou Clássico. E com carinho falou:

*A turma do Clássico era mista. Toda a parte do 2º Grau era mista, pela manhã e a última série só meninas à tarde. Esse tempo era de 1969 até 1971. O Colégio tinha um nome tradicional, a fama de que os alunos se desenvolviam bem nos estudos, não se fazia cursinho na época. Os rapazes estudavam para fazer vestibular de Medicina, Engenharia e as garotas de Psicologia e cursos na área de Humanas. Sendo o ensino gratuito as pessoas contribuíam de acordo com o ganho, uma contribuição para a Escola dar oportunidade a outros alunos que não tinham condições financeiras de estudar, de ter uniforme, os livros, enfim o material exigido. O Colégio se mantinha impecável. Havia um respeito pelas pessoas, por aquilo que significavam como pessoas, sejam os professores, inspetores, zeladores. Existia o respeito pelo adulto, não importando a posição hierárquica que exercia no Colégio. Tinha bagunça, é lógico, é normal, mas sabia-se o momento de se recolher. O limite era dado em casa. Os pais da minha geração conseguiam impor os limites. O aluno deve ter prazer em ir à Escola. Para mim, estar no Regente Feijó era prazer, eu tinha o maior orgulho de estudar lá. Eu estava inserida na Escola. Assim sendo, eu aprendia com maior facilidade. Nesse sentido, também se enquadravam os professores, que sentiam orgulho em lecionar. Os professores da minha época eram competentes e tinham a preocupação com o estudo e o aprimoramento pessoal. Eu tinha aula de Francês com uma professora apaixonada pela literatura francesa, posso dizer que saí do meu Curso, lendo e falando francês. A minha turma era muito boa, exigente, é isso que falta hoje em dia, a cobrança de ambas as partes é deixada de lado. As minhas melhores amizades foram no tempo do Colégio, muitas permanecem até hoje. Na época em que estudei havia Teatro e a Escola trabalhava com as potencialidades dos alunos. Eu fazia parte da fanfarra e o desfile era muito significativo e importante para os alunos. Os professores se envolviam na apresentação do desfile na Avenida. Cada ano havia uma temática diferente, os temas eram pesquisados exaustivamente. O esporte era o ponto máximo, porque existiam os Jogos estudantis da Primavera, nos quais participavam todos os Colégios d Ponta Grossa e o Regente era um dos melhores. Aliás, o esporte, assim como todas as atividades extras oferecidas pelo Colégio, eram um prêmio para os alunos que freqüentassem todas as aulas. Isso era o Colégio como um todo. Os professores participavam e valorizavam todas as atividades. Havia o entrosamento de toda a comunidade escolar, o que estava em jogo era o Colégio, seu nome, e nós, os alunos. (RUBI, 2004).*

Os desfiles patrióticos foram lembrados freqüentemente nas entrevistas. Eles marcaram uma época, em que se dava muito valor a esse tipo de atividade. As comemorações cívicas reforçavam a estrutura social e hierárquica vigente, demonstrando a seus participantes os valores concernentes à ordem social.

Desde época do Ministro Gustavo Capanema, em 1940, a orientação era “educar para a pátria” para “formar o cidadão consciente”. Os desfiles patrióticos constituíram, até, a metade do século XX, em uma importante estratégia de educação cívica para os alunos, sendo utilizado para sua formação moral. Tal estratégia continuou sendo empregada pelo Governo Militar quando muitas escolas desfilavam em datas cívicas.

O Colégio sempre teve participação de destaque. Abrindo o desfile vinha a Fanfarra do Colégio. A roupa que os alunos usavam representava a figura dos Bandeirantes. Atrás, vinham os alunos uniformizados seguidos dos carros alegóricos.

*Nós ficávamos esperando o dia do desfile. Cedo, íamos para a Avenida só para presenciar a passagem do nosso Colégio. A fanfarra era maravilhosa, seu uniforme era muito bonito. O Regente sempre se destacava. O público vibrava quando ele passava, mostrando todo o seu trabalho e empenho. (NEUZETE, 2004).*

FIGURA 13 – DESFILE AV. VICENTE MACHADO FANFARRA COLÉGIO  
ESTADUAL REGENTE FEIJÓ (1979)



FONTE: Arquivo foto Elite

A fanfarra sempre abria o desfile do Colégio. Os alunos, com o uniforme impecável, lembravam os Bandeirantes<sup>4</sup>, que abriam caminhos por onde passavam.

---

<sup>4</sup> Bandeirantes, caçadores profissionais de gente, chegaram a lugares com os quais Pedro Álvares Cabral nem sonharia. Nas andanças em busca de ouro e índios para apresar, descobriram o Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Tocantins. “Os Bandeirantes – a verdadeira cara dos conquistadores. (Disponível em: <<http://www.ourofino.mg.org.br/historia>. Acessado em 14 dez. 2004).

FIGURA 14 – DESFILE AV. VICENTE MACHADO, CARRO ALEGÓRICO (1979)



FONTE: Arquivo foto Elite.

Esse carro alegórico, remete-nos à ideologia imposta na época. A questão da urgência na modernização do Brasil “Desenvolvimento e Segurança”. Simbolicamente, mostra que o Brasil voará longe, que atingirá o progresso tanto esperado. Observar a figura que faz alusão ao vôo, em toda a decoração do carro alegórico, que ilustra o II Plano Nacional de Desenvolvimento: “Desenvolvimento e Grandeza: O Brasil como potência emergente”<sup>5</sup>. Ao lado direito da figura, vê-se alguns espectadores civis e militares juntos a um tanque de guerra. Os militares e todos os seus símbolos representavam o poder da época, ou seja, “Desenvolvimento e Segurança”.

---

<sup>5</sup>Ler maiores explicações na página 37 deste trabalho.

Para o desfile na Avenida Vicente Machado, os carros alegóricos eram preparados com o maior cuidado e a cada ano uma temática diferente era desenvolvida e, a partir dela, os carros eram ornamentados.

Os Jogos da Primavera e Estudantil são lembrados como um momento de rivalidade entre Colégios da cidade. O “Regentão”<sup>6</sup> tinha a fama de ganhar todos os jogos, os alunos participavam das competições com entusiasmo, enquanto os outros torciam e vibravam com as vitórias.

FIGURA 15 – JOGOS DA PRIMAVERA (1980)



FONTE: Arquivo foto Elite.

O Colégio sempre se fazia presente nestas competições.

No hino do Colégio encontramos uma estrofe que faz referência à prática esportiva e ao valor dado a ela.

*E também dos esportes à frente  
Estaremos estro e vigor  
E ergueremos bem alto, ó Regente  
O teu nome, tua fama e tua cor.”  
(...)*

Os esportes eram valorizados pela comunidade, pela imprensa local e, principalmente, por alunos e professores. Na época de competições, tanto local

---

<sup>6</sup> Assim que é chamado carinhosamente até hoje pelos alunos que lá estudaram.

quanto regional, o resultado era noticiado pelo jornal “Diário dos Campos” de Ponta Grossa. Quando os competidores retornavam ao Colégio, após terem participado dos jogos, eram recebidos com festa. No hino do Colégio, há expressões como estro e vigor, que incentivam a juventude “regentina” à prática esportiva, afirmando que, com as vitórias, ergueriam bem alto o nome do Colégio.

*Nós chamávamos o Colégio de “Regentão”, pois ele tinha fama de ser o melhor nos esportes também. No saguão do Colégio havia um armário enorme, com portas de vidro, cheio de troféus. Os alunos participavam dos jogos com orgulho e dedicação e quando voltavam com os troféus, fazíamos festa para recebê-los. (NEUZETE, 2004).*

Outra atividade lembrada pelos depoentes foi um projeto desenvolvido no campo da arte / literatura, a teatralização de obras literárias e, no ano de 1975, as terceiras séries dos cursos profissionalizantes, com a orientação dos professores de Literatura, montaram uma dramatização do poema “I Juca Pirama”, de Gonçalves Dias, representante da 1ª Geração da poesia do Romantismo brasileiro, o Indianismo. A caracterização foi fiel ao conteúdo do poema e obteve muito sucesso. A peça foi filmada pela TV. Esplanada, canal 7, de Ponta Grossa e levada ao ar, em programação local. “O Colégio mostrou ao público princesino, neste momento, o esforço dos docentes e dos discentes do Colégio para a melhoria do ensino, unindo criatividade, dedicação e emoção mostraram que arte e educação estão indissoluvelmente ligadas”.(Profª ALAIR, 2004).

Outra atividade marcante feita pelo Colégio e lembrada pelos depoentes foi a inauguração da 1ª Feira do Livro realizada em Ponta Grossa. A Feira foi montada na rua Pinheiro Machado no dia 26 de abril de 1975, e cinco mil livros foram distribuídos em cinco barracas, cedidas pela Companhia Antártica. A Feira contou com a participação ativa dos alunos da 1ª série do 2º grau dos períodos da manhã, tarde e noite. O horário de atendimento ao público ficou das 9.00 horas às 18.00 horas.



FIGURA 16 – PRIMEIRA FEIRA DO LIVRO (1975)



FONTE: Arquivo Colégio Estadual Regente Feijó

A repercussão foi tão grande que no dia 25 de abril de 1975, o jornal “Diário dos Campos” divulgou a atividade e, no dia 27 de abril, o mesmo jornal publicou a crônica de Vieira Filho intitulada “Perfis da Cidade”, na qual o autor elogiava a iniciativa dos professores do Colégio. A TV Esplanada Canal 7 fez reportagem que foi transmitida no jornal “A Hora H”, no dia 26 de abril.

O Colégio Regente Feijó inovava em várias atividades. Havia a participação ativa de todos os “regentinos”. Essas atitudes contribuíram para que seu ensino fosse respeitado e tivesse um contingente de quase 4000 alunos entre os anos de 1970 a 1982.

Hoje, o Colégio conta com cerca de 2000 alunos.

FIGURA 17 – NOTÍCIA SOBRE A PRIMEIRA FEIRA DO LIVRO (1975)



FONTE: Arquivo Jornal Diário dos Campos.

A exigência do uniforme, a formação de filas antes de entrar nas salas, o controle dos horários, as punições, enfim, o tempo que os alunos passam na escola podem ser entendidos como elementos que vão compor parte dos aspectos da Cultura Escolar das instituições de ensino em geral. Entendendo Cultura como “um conjunto de hábitos e de representações próprios de um dado grupo num dado momento, com seu cortejo móvel de costumes e crenças (...). (RIOUX, 1998, p.17) e cultura escolar “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas.” (JULIA, 2001, p.10). É um tempo determinado, diferente de outros tempos. Toda a atividade escolar é organizada a partir da segmentação do tempo em horários de aulas, intervalos, bimestres, anos, séries. Faz parte de uma organização cultural e, como tal, resulta na construção histórica. Na escola, aprende-se que há lugar e tempo para cada coisa. Comportamentos são permitidos ou proibidos. Portanto,

*O tempo escolar – como o espaço e o discurso escolar – não é um simples esquema formal ou estrutura neutra, “esvaziada” de educação, e sim uma seqüência, curso e sucessão contínua de momentos nos quais se distribuem os processos e ações educativas, o fazer escolar; um tempo que reflete determinados supostos psicopedagógicos, valores e formas de gestão, um tempo a interiorizar e aprender. (ESCOLANO, apud FRAGO, 1998, p. 72).*

As normas a serem seguidas, são determinadas através de regras estabelecidas em cada instituição, por meio de seus regimentos. O que se considera adequado à conduta de cada aluno, é chamado de Regimento do Colégio. O



Regimento Escolar do Colégio, dentre outras determinações, estabelecia os direitos e deveres aos alunos. (Anexo 4).

A utilização do uniforme é outro aspecto da Cultura Escolar lembrado pelos depoentes. Usá-lo é uma forma de padronizar comportamentos e até mesmo modelos de conduta.

Até 1971, o uniforme utilizado pelo Colégio era composto de camisa branca com gravata azul-marinho, saia azul-marinho de pregas, meias brancas e sapatos pretos. Quando houve a Reforma de ensino o uniforme mudou. Os alunos passaram a utilizar agasalhos com camiseta branca com o emblema do Colégio e tênis de cor preta ou de cor branca. Como pode-se notar na figura 2, apresentada no terceiro capítulo.

*Quando eu usava o antigo uniforme o de camisa branca e saia de pregas eu gostava mais. No meu tempo de Ginásio, era obrigatório o cumprimento da saia para baixo do joelho, dentro do Colégio. Havia a revista para ver se estávamos uniformizadas adequadamente, se não estivéssemos não assistíamos às aulas. Mas na saída, nós dobrávamos a saia na cintura para que ela ficasse acima do joelho, porque fora do Colégio estariam os rapazes esperando as meninas para paquerar. Quando passei para o 2º Grau o uniforme mudou, ficou mais esportivo, era agasalho. Gostava do antigo uniforme. (NEUZETE, 2004).*

No depoimento do Professor Sebastião sobre o uniforme exigido pelo Colégio, ele lembra do episódio em que alguns alunos não queriam usar o uniforme por pertencerem à classe social diferente de outros alunos. Queriam ir ao Colégio para “desfile”, Como não permitiu a entrada desses alunos, o caso foi parar em uma Rádio local com muita audiência. Vários repórteres foram ao Colégio para saber como tudo havia acontecido. E assim o Professor relembra o fato:

*Eles não queriam estar iguais aos outros alunos. E eu disse que eles não entrariam sem uniforme. Disse também, que o uniforme era para equiparar a todos. Todos tinham os mesmos direitos e deveres. Nada de aluno pobre e de aluno rico aqui dentro. Camisa da moda, calça Lee, nada disso. Os alunos não gostaram da minha atitude e foram à Rádio local com muita audiência e denunciaram a minha decisão. No dia seguinte, uma porção de repórteres chegou ao Colégio e perguntaram se era verdade que eu havia proibido os alunos de estudarem, só porque eles não tinham uniformes. Eu respondi que era absolutamente verdade. Eles disseram que eu não poderia fazer aquilo, porque não se podia impedir ninguém de estudar. Respondi que podia sim, porque esses meninos mais ricos, se achavam no direito de se vestir de uma outra maneira e vir ao Colégio para desfile e, isso, eu não permitiria, mas se eles me apontassem um aluno pobre que estivesse sem uniforme dentro do Colégio, eu daria a mão à palmatória. Disse para eles entrarem no Colégio todo, que olhassem a lista dos alunos carentes e vissem se alguns deles estavam sem uniforme. Os repórteres perceberam o engano e foram embora. Nunca mais tive problema quanto ao uniforme do aluno. (PROFº SEBASTIÃO, 2003).*

Outro assunto muito lembrado pelas depoentes era a fama de que o Colégio tinha no seu horário de saída. Os rapazes para verem a saída das alunas,

encostavam-se no muro lateral da Igreja do Rosário, em frente ao portão de saída. Lá, permaneciam até o horário da saída, às 17:30 horas. Dentro do Colégio a expectativa era grande e quando batia o sinal da saída, as alunas se aglomeravam para saírem o mais rápido possível.

Todas as análises feitas a partir de aspectos do cotidiano do Colégio foram importantes para mostrar as representações construídas em torno do Colégio. Elas revelaram atitudes adotadas no cotidiano do Regente, que nenhum documento escrito revelaria. Mesmo sabendo que, as formas de se perceber determinados fenômenos não são neutras, elas transmitem valores e condutas adotadas, refletem Cultura. “Educação e Cultura aparecem como duas faces, rigorosamente recíprocas e complementares de uma mesma realidade.” (TRINDADE, 2001,p.7).

Assim, Educação sempre transmite algo da Cultura. É o que Forquim (1991, p.16) chama de “seleção cultural escolar” “conforme os países, as épocas, as ideologias políticas ou pedagogias dominantes, os públicos de alunos, aos quais se dirige os critérios da “seleção cultural escolar” irão variar e contradizer.”

Para conhecer a história do Regente Feijó foi preciso analisar a relação social, política, cultural - afetiva que marcou a mentalidade das pessoas que fizeram parte da trajetória do Colégio e deram significado à sua história.

As representações feitas pelos sujeitos que participaram da história do Colégio foram essenciais para legitimar uma percepção do imaginário social da época estudada, verificando-se estratégias e práticas sociais (escolares, políticas) diferentes, determinadas pelo tempo e local, e que foram partilhadas pelos depoentes.

FIGURA 18 – FORMATURA CURSO ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR NO PAVILHÃO DO COLÉGIO (1983)



FONTE: Arquivo Professora Izolde Fortes

Um dos cursos mais procurados pelas alunas era o de Auxiliar de Administração Hospitalar, como já foi descrito nos capítulos anteriores. A formatura era o momento mais esperado, representava o coroamento da trajetória escolar. Um momento significativo em suas vidas. Essa solenidade marca a passagem da vida da adolescência para a vida adulta.

FIGURA 19 – EXCURSÃO, ALUNOS E PROFESSORES (1978)



FONTE: Arquivo Professora Izolde Fortes

Os alunos, que se destacavam no Colégio, participavam de uma viagem com seus professores. As viagens, as festas de formaturas eram esperadas, tanto pelos alunos quanto pelos professores. Os depoentes ao lembrá-las, desmonstraram alegria e satisfação. Contam com entusiasmo esses momentos.

Na foto da esquerda para a direita estão os professores: Zilma Teresinha dos Santos Tarasievich, coordenadora do Setor de Comunicação e expressão, Wilson Rocha, Odete Cominato, Grimaldi Schmidt, Professor Sebastião Nascimento Filho e sua esposa, continuando da esquerda para direita, Guisela V. F. Holzmann, Izolde Fortes, coordenadora do Setor de Estudos Sociais e Geografia, e seu marido Lauro Fortes, Sofia Adamowicz, coordenadora do Setor de Estudos Sociais e História e a professora Maria Augusta Pereira Jorge. Esse momento é descrito com saudade, em razão do bom relacionamento entre professores e alunos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a formação profissional das elites foi um fenômeno tardio. Somente a partir de 1920 foi instituído o ensino Universitário. O acesso a essas escolas ficava exclusivo às classes economicamente favorecidas, que almejavam os títulos de doutores e bacharéis. Para a grande massa dos trabalhadores, a educação permaneceu restrita a decisões de caráter assistencialista, ou circunstanciais, uma vez que não havia qualquer política educacional definida.

A educação deveria ser aplicada aos representantes da elite, uma vez que ela proporcionaria ascensão social àqueles que a obtivessem. Às camadas populares, restaria o trabalho pesado, e para esse tipo de trabalho não era necessário o gasto de tempo e dinheiro que o estudo exigiria.

O Brasil, país de economia baseada na monocultura, mantida pela exportação de produtos agrícolas para as metrópoles, tinha um sistema de produção, inicialmente, dependente de mão-de-obra escrava e, posteriormente, dos colonos imigrantes, circunstâncias que dispensavam qualificação profissional.

Por isso, a questão da educação profissional foi tratada de maneira discriminatória. As medidas governamentais para o ensino profissional enfatizavam o caráter assistencial das políticas para essa modalidade de ensino. Só de 1906 a 1910 houve um esforço público no sentido de preparar operários para o exercício profissional.

A década de 1930 pode ser tomada como um marco referencial na história política da educação nacional, porque, iniciava-se, no Brasil, o processo de industrialização. Mesmo o Governo, após este período, sistematizando a política educacional, por meio dos textos das Leis Orgânicas de Educação mantém o caráter dualista da educação. O Ensino Geral, formariam as elites condutoras do país e o Ensino Profissional ofereceriam formação adequada aos filhos dos operários, dos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho.

A partir da política instituída no período pós -1964 houve uma estreita relação entre educação e trabalho. O país passava a adotar um modelo de desenvolvimento baseado na associação com o capital internacional, havendo a necessidade de vincular educação aos planejamentos econômicos globais.

A Lei 5692/71 foi promulgada num cenário marcado por pressões das camadas médias e representaram uma estratégia governamental no sentido de conter a forte demanda por ensino superior. Em nome da necessidade de formação de técnicos de nível médio, atribuiu-se ao ensino de 2º grau um caráter de profissionalização compulsória.

As reformas educacionais dos anos de 1970 tiveram inspiração na teoria do Capital Humano, que creditava à educação o poder quase “mágico” de favorecer o desenvolvimento das nações e a ascensão social dos indivíduos. Esse otimismo passado pelo Governo, logo foi substituído pelas críticas dos educadores e dos alunos.

Nos depoimentos, percebe-se que a resistência às medidas foi globalizada. Houve a resistência por parte dos alunos e dos professores. Os alunos não aceitaram de bom grado o acréscimo de disciplinas profissionalizantes, porque isso, representava a diminuição das disciplinas de educação geral, que fossem necessitar no vestibular e os professores não se sentiam seguros com a Reforma, tudo lhes parecia improvisação. Todas essas circunstâncias contribuíram para a desorganização das escolas públicas de 2º grau, tornando seus currículos um amontoado de disciplinas sem unidade.

O ensino de 2º grau, pelos depoimentos, não estava garantindo uma base sólida, de conhecimentos gerais, além de comprometer o caráter propedêutico, não profissionalizava adequadamente. O Colégio Regente Feijó sofreu com as mudanças, por ser um Colégio tradicional que há anos preparava a juventude de Ponta Grossa e cidades vizinhas para o ingresso nas Universidades. A profissionalização não fazia parte de sua filosofia, por isso as táticas adotadas pela direção, professores e alunos revelaram uma maneira própria de seguir as normas ditadas pela Lei. O Colégio Estadual Regente Feijó, como a maioria das escolas públicas, não pôde implantar de fato a proposta de profissionalização. Algumas escolas até fizeram uma caricatura de profissionalização para cumprir o dispositivo da Lei.

Todas essas dificuldades na implantação do ensino profissionalizante tiveram consequências desastrosas. Os professores entrevistados relataram que o ensino público decaiu após a implantação da Reforma, houve uma desorganização no ensino e uma desestruturação curricular.

Embora tivesse havido uma tentativa para a implantação da Lei no Paraná, essas tentativas governamentais não foram suficientes para definir o ensino profissionalizante no Estado. A falta de recursos financeiros, o despreparo dos professores e a carência de materiais e laboratórios, contribuíram para o fracasso do ensino profissional.

Segundo os depoentes, a profissionalização teria gerado resultados positivos se todas as partes interessadas interagissem na Implantação do Ensino. Se no momento da elaboração da Lei, tivesse sido levado em consideração o conjunto de aspirações dos alunos, da comunidade e dos professores todos sairiam lucrando com a inovação proposta pelo Governo.

As escolas públicas não tendo condições de cumprir totalmente a profissionalização do ensino abriram caminho para que as escolas particulares oferecessem ensino profissionalizante com alto custo. A sociedade pressionou e o Governo na tentativa de sanar as chamadas “perplexidades” decorrentes da Lei 5692/71, como falta de recursos financeiros, de professores qualificados, pouca dedicação à educação geral, falta de informação sobre o mercado de trabalho, aprovou a Lei nº 7.044, em 18 de outubro de 1982, criando o ensino propedêutico. A partir desse momento, houve a transformação nas escolas do ensino de segundo grau.

As escolas passaram a não mais ofertar o ensino profissionalizante, mas não restabeleceram as cargas horárias das disciplinas de educação geral. Mais uma vez se vê o desinteresse do poder político pela educação.

Percebe-se que, após esses anos, a educação não mudou nada no que tange à ideologia imposta pela classe dominante. Estabelece-se a educação para todos, princípio democrático do liberalismo, porém nada muda, somente o que é interessante para a classe dominante.

Mencionar um governo que tenha dado real importância à educação, torna-se difícil. Ela sempre foi tema em discursos e campanhas eleitorais, não sendo ação eficaz dos governos.

A educação que um povo tem ou busca impregna-se do clima de sua época e as políticas e as práticas educacionais devem ser entendidas como parte indissociável da cultura e acompanham par a par as mudanças da sociedade, dos costumes e práticas. Existem certos princípios, conceitos ou fatos que marcam cada

período, marcam as manifestações culturais e religiosas. É uma certa mentalidade do tempo. Assim a legislação do ensino, a criação de escolas, as inovações teóricas e técnicas, a formação de professores são modificadas de acordo com o momento histórico.

A cultura pedagógica é demonstrada pelas aprendizagens significativas, pelas festas, pela ocupação do tempo e dos espaços e pela satisfação, o que se constatou no decorrer da pesquisa e nas falas dos entrevistados.

O ensino no Colégio Regente Feijó tornou-se um marco na educação dos jovens ponta-grossenses, porque as pessoas que fizeram a história do Colégio eram comprometidas com Educação. Elas tinham orgulho de sua profissão e, com todas as dificuldades que enfrentaram, ousaram e, com isso, mudaram a história do Colégio. Esse fato ficou bem enfatizado nos depoimentos. Os profissionais de ensino do Colégio Regente Feijó trouxeram em seus depoimentos a sua memória histórica, o que passaram e viveram, as mutações históricas, legais e familiares, o seu passado cheio de lembranças e experiências criadas em função do espaço que foi palco de sua luta cotidiana. Com suas presenças, e muitas vezes resistências, preservaram os valores da instituição e construíram as estratégias de continuidade de processos educativos, dando-lhes uma certa consistência perene.

Ao tentar captar os momentos vividos pelos sujeitos que fizeram a história do Colégio, observei que as práticas por eles relatadas, bem como as suas representações, projetavam-se como símbolo de uma época.

Ao buscar as repostas aos questionamentos levantados nessa pesquisa, procurei apresentar o entrecruzamento dos fatos com as falas dos depoentes, na tentativa de produzir história por meio das várias histórias das quais fui ouvinte, procurei ser a mais criteriosa das ouvintes, não deixando, porém, de criar uma narrativa própria com todas as histórias compartilhadas.

Os resultados da pesquisa evidenciaram o fato de que as reformas implementadas fortaleceram a dicotomia entre a educação geral e a educação profissional e que ao invés de instituírem avanços nas políticas educacionais, estabeleceram um verdadeiro retrocesso nas expectativas de construção de uma escola voltada para a construção de cidadãos integrados à vida política brasileira, porque ao ser implementada a separação da formação profissional da educação geral, fortaleceu-se ainda mais a dicotomia entre o fazer e o pensar.



Por isso, uma das indicações que se pode extrair dos depoimentos, refere-se à necessidade de maior participação da sociedade civil na defesa de políticas educacionais que superem esse caráter dualista que tem marcado a tradição brasileira no campo da educação profissional e possibilitar que o ensino seja dirigido para capacitar cidadãos a se inserirem na sociedade de forma crítica, participativa e competente.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, G. de. **O pessoal de enfermagem necessário em face da realidade socioeconômica do Brasil**. In: VII REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS MÉDICAS, 1969, Niterói. **Anais**. 23 a 26 de ago. 1969.
- ALMEIDA, M. J. de C. **O ensino de História nas escolas estaduais de 2º grau em Londrina (1971-1982)**. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- AMADOR, M. **Ideologia e legislação educacional no Brasil (1946-1996)**. Concórdia: Universidade do Contestado, UNC, 2002.
- ANDRÉ, M E. D. A.; LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- ÁVILA, S. de F. O. de. **Quando a educação foi prioridade nacional**. Boletim Técnico do SENAC, v. 21, n. 1, jan/abril, 1995.
- AZEVEDO, Fernando. **Novos caminhos, novos fins**. São Paulo: Melhoramentos [s.d].
- \_\_\_\_\_. **A Cultura brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora da UFRJ; Brasília: DF. Editora da UnB, 1996.
- BATISTA, M. I. **Clube Princesa dos Campos 1897/1997: 100 anos de Beneficência, Conquistas e Realizações na Sociedade Ponta - Grossense**. Ponta Grossa: Impag, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Mãos e mentes na arte de aprender: a memória da Escola Profissional Ferroviária Cel. Tibúrcio Cavalcanti, de Ponta Grossa (1940 – 1973)**. Ponta Grossa, UEPG. Dissertação de Mestrado, 2002.
- BRAGA, J. C. ; PAULA, S. G. **Saúde e previdência: estudos de política social**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- CARMO, P. S. do. **Merleau-Ponty: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000.
- CARVALHO, A. S. **Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica**. Rio de Janeiro, Agir, 1991. 93p.
- CHAGAS, V. **Educação Brasileira: o ensino de 1º e 2º graus, antes, agora e depois**. São Paulo: Saraiva, 1978.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, Janeiro: Bertrand, 1990.

\_\_\_\_\_. **O mundo como representação**. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5,n11, jan/abr. 1991, p. 173 – 191.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, et al. (Orgs.). **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Instituto Cidade Viva, UEPG, 2003.

CHORNOBAI, G. Q. L. **Igreja Católica, educação feminina e cultura escolar em Ponta Grossa (Paraná): A Escola Normal de Sant' Ana (1947-1960)**. Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

CORDEIRO, H. **As empresas médicas**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

CUNHA, L. A. **Educação profissional no Brasil: origem e desenvolvimento**. S/d, Mimeografado.

DITZEL, C. de H. M.; CHAVES, N. B. **Ponta Grossa: história da cidade**. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br>> Acesso: 25 junho 2004.

DOLL JÚNIOR, W. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: PUC, 1997.

DROPA, M. M. **A memória do patrimônio histórico tombado em Ponta Grossa – Paraná**. Assis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Setor História das Mentalidades, Universidade Federal Paulista Julio Mesquita Filho.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro. SENAI/DN/DPEA, 1986. v.1.

FORQUIM, J-C. **Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FRAGO, A. V. **Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones**. S.I, 1994. (mimeo).

\_\_\_\_\_. **Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões:** IN: FRAGO, Antônio Viñao e ESCOLANO, Augustin. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro. DP&A, 1998, p.61-139.

FRIGOTTO, Guadêncio. **A produtividade da Escola improdutiva:** um (re) exame da relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1993.

GADAMER, H-G. **Verdad y Metado.** v. 3, Salamanca: Sigueme, 1992.

\_\_\_\_\_. **Verdade e método.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GARCIA, Sandra R. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil.** Congresso de Pesquisa em Educação. Caxambu, 2001.

GARRIDO, J. Del A. I. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. In: **Revista Brasileira de História: memória, história, historiografia.** São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, 1993.

GILES, T. R. **História da Educação.** São Paulo. EPV, 1987.

GORDON, Lincoln. **O progresso pela aliança.** Rio de Janeiro: Record, 1962.

GUIRALDELLI JÚNIOR, P. **História da educação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. **História da educação.** 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1999.

HEIDEGGER, Martin. Ser e tempo. Parte I. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

HEKMAN, S. **Hermenêutica e sociologia do conhecimento.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

HOLZMANN, G. V. F. **Colégio Regente Feijó (1927-1977): 50 anos de história.** Ponta Grossa: Imprensa Universitária - UEPG, 1977.

JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico,** 2001. Tradução de: Gizele de Souza.

LEITE, L. I. **Instituto Politécnico Estadual: o ensino profissionalizante. Entre práticas e representações.** Curitiba, 2003. Dissertação de Mestrado. Setor Educação, Universidade Federal do Paraná.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.

LUPORINI, T. J. (Org.). **De escola normal a instituto de educação**: a trajetória de uma escola. Ponta Grossa: Imprensa Universitária - UEPG, 1994.

MAHFUZ, E. da C. **Entre os cenários e o silêncio**: respostas arquitetônicas ao caos do mundo contemporâneo, 2001. Disponível em: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq045/arq045\\_02.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq045/arq045_02.asp). Acesso em 15/10/2004.

MARTINS, C. R. K. **O ensino de história no Paraná, na década de setenta**: legislação e práticas. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia**: fundamentos e recursos básicos. São Paulo: Moraes, 1989.

MARTINS, J.; BOEMER, M. R.; FERRAZ, L. A. **A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa**. *Cad. Soc. Est. Qual.*, v. 1, n. 1, 1990.

MATIAS, C. R; FERNANDES, C. M. **A falha da reforma**. Texto publicado na Revista Educação CEFET – SP, em 2004. Disponível em: [WWW.cefetsp.br/edu/sinergia/5p6c.html](http://WWW.cefetsp.br/edu/sinergia/5p6c.html). Acessado em 25/11/2004.

MATTOS, L. A. de. **Primórdios da Educação no Brasil**: o período heróico – 1549 a 1570. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MERHY, E. E. **O capitalismo e a saúde pública**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1987.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MIGUEL, M. E. B. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: UFPR, 1997.

\_\_\_\_\_. **A pedagogia da Escola Nova na formação do professor primário paranaense**: início, consolidação e expansão do movimento. São Paulo, 1992. Tese de Doutorado em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, C. O. F. **Entre o indivíduo e a sociedade**: um estudo de filosofia da educação de John Dewey. EDUSF, 2002, 217 p. (Coleção estudos CDAPIL. Série historiografia).

NAGLE, Jorge. **A Reforma e o ensino**. São Paulo: EDART, 1973

NASCIMENTO FILHO, S. **Uma vida inteira**: poesias. Curitiba: Educarte, 2000.

OLIVEIRA, C. M. M. de. **Educação Planificada**. Palestra proferida pelo no ciclo de Estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Delegacia do Paraná, Curitiba, out. 1974.

OLIVEIRA, J. C. **Educadores ponta-grossenses (1850-1950)**. Ponta Grossa: UEPG, 2002.

PALMER, R. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 1989.

PILETTI, N. **Ensino de 2.<sup>o</sup> grau**: educação geral ou profissionalização? São Paulo: EPU, 1988.

PIZANI, M. A. P. N. **Os caminhos do ensino de graduação em enfermagem na cidade de Curitiba de 1953 a 1994**. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

POLI, M. C. **Ensino médio profissionalizante. Quem o quer? A quem ele serve?** São Paulo, 1999. Dissertação de Mestrado, UNICAMP.

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice, 1988.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, n.1, p. 09-43, jan./jun. 2001.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira**. 11<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

RIOUX, J. P. **Um domínio e um olhar**. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J-F (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.11-22.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, J. A. dos. **A Trajetória da Educação Profissional. Da Colônia à Primeira República**. In: LOPES, E. M. Teixeira; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 608 p. (Coleção História).

SAVIANI, D. **O nó do ensino de segundo grau**. Revista Bimestre. Brasília, out. 1986.

\_\_\_\_\_. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

SODRÉ, N. W. **Brasil: radiografia de um modelo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

SOUSA, Cyntia Pereira. “**Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política de Getúlio Vargas**” In: Gomes (org.) **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

SOUZA, P. N. P. de. **Desafios educacionais brasileiros**. In: SENAC. Dr. S. P. I. **Informação profissional: profissionalização e emprego**. São Paulo, 1980 (Série Debates, 4).

SOUZA, Maria. C. C. C de. **Escola e memória**. Bragança Paulista, S.P: I FAN – CDAPH, EDUSF. 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização – a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

STWART, Thomas. A. **Capital intelectual. A nova vantagem competitiva das empresas**. 5ª ed. Rio de Janeiro. Campus, 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRINDADE, E. M. de C. ; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001, 129 p. (Coleção História do Paraná, textos introdutórios).

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938. V.I a V.

VIEIRA, M. do P. de A. **A pesquisa em história**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo X escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

\_\_\_\_\_. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo, FTD, 1994.

## **Documentos Oficiais**

### **Brasil, Leis, Decretos**

Decreto 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Coleção de Leis dos Estados Unidos do Brasil – 1906. Rio de Janeiro, v.1, 1907. Cria uma Secretaria de Estado com denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Leis, Decretos. Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909.

Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º graus. Edição especial. São Paulo, out. 1971.

Leis nos 4.024/61 e 5692/71, Brasília, 1971.

Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942.

I Plano de Educação e Cultura ( 1972 – 1974). Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral, Brasília, MEC, 1972.

II Plano de Educação e Cultura (1975 - 1979). Brasília, MEC, 1975.

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Livro de Atas, n. 11, 7ª sessão ordinária.

EDUCAÇÃO, Planificada. Palestra proferida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura – Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, no ciclo de estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Delegacia do Paraná, em outubro de 1974.

IBGE. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Rio de Janeiro: IBGE.

### **Paraná. Mensagens, Relatórios, Leis**

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, 1972. (Governador Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza).

Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, 1973. (Governador Doutor Pedro Viriato Parigot de Souza).

Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, 1974. (Governador Doutor Emílio Hoffmann Gomes).

Governo do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado, 1977. (Governador J. Canet Júnior).

Governo do Estado. Relatório anual do exercício de 1979. Apresentado pelo Governador à Assembléia Legislativa do Estado, 1981.



O Paraná reinventado: política e governo. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento (IPARDES), 1989.

Parecer 213/73, Processo n. 217/73. Curitiba, 1973.

Secretaria da Educação e Cultura. Relatório de atividades: agosto de 1973 a julho de 1974. Curitiba, 1974. (Governador Emílio Gomes).

Secretaria da Educação e Cultura. Relatório de atividades da Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura. Curitiba, 1974.

Secretaria da Educação e Cultura. Relatório das Atividades da Secretaria da Educação – 1974. S.E.C – 1975.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria do Ensino Básico e Normal. Departamento do Ensino Básico.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado. Secretaria da Educação. Coordenadoria do Ensino Básico e Normal. Departamento do Ensino Básico. Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus. São Paulo, outubro de 1971.

SECRETARIA de Estado de Negócios da Educação. **Diretrizes e bases da educação nacional: documentos básicos para a implantação da reforma de ensino de 1º e 2º graus.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1976.

SEMINÁRIO, Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira – Consolidada na plenária de encerramento do II CONED em Belo Horizonte (MG), em 9 de novembro de 1997, Campinas: UNICAMP, 1988.

## **DOCUMENTOS: Arquivo Colégio Estadual Regente Feijó**

PROJETO, COMPLEXO ESCOLAR “REGENTE FEIJÓ”. Elaboração Profª Glacy Moraes de Castro Bach. Supervisora Pedagógica geral do Complexo Escolar. 1978.

LIVRO DE ESTATÍSTICA DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ. Quadro de matrículas: anos 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981 e 1982.

## **JORNAL**

DIÁRIO DOS CAMPOS – PONTA GROSSA – 25 DE ABRIL DE 1975, 26 DE ABRIL DE 1975, 27 DE ABRIL DE 1975.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – SÃO PAULO – 23 DE SETEMBRO DE 1930 E 16 DE NOVEMBRO DE 1931.

## APÊNDICES

**APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DOCENTES**

## **ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA DOCENTE**

### **1.LEVANTAMENTO BIOGRÁFICO**

- 1.1 Nome, local e data de nascimento
- 1.2 Nome dos pais
- 1.3 Locais de residência

### **2. Escolaridade**

- 2.1 Ensino Fundamental ( primário e ginásio) local, instituição de ensino, período
- 2.2 Ensino Médio ( 2º grau,Científico, Clássico) local, instituição, período
- 2.3 Ensino Superior – local, instituição, período

### **3. Campo Profissional**

- 3.1 Data de ingresso no Magistério ( concurso, nomeação, local, instituição, cursos e séries que atuou)
- 3.2 Atuação no Colégio Estadual Regente Feijó
- 3.3 Atuação docente
- 3.4 Turno de atuação, disciplinas ministradas, principais características da clientela do Colégio e do corpo docente
- 3.5 Em que medida a valorização do Ensino Profissionalizante no 2º grau, Lei 5692/71 teve repercussão no Colégio Estadual Regente Feijó?
- 3.6 Mudanças/ alterações entre o período em que vigorou a Lei4024/61 e a Lei 5692/71 no Colégio?
- 3.7 As alterações legais tiveram repercussão no trabalho em sala de aula? Quais?
- 3.8 Os professores receberam algum tipo de orientação por escrito ou mesmo participaram de cursos? Onde eram ministrados? Quem eram os docentes?
- 3.9 A participação em cursos ou mesmo o recebimento de material escrito teve alguma repercussão no desenvolvimento do trabalho em sala de aula? O que contribuía de fato para sua prática em sala de aula?
- 3.10 Organização curricular ( planejamento, material de consulta/orientação, referencial bibliográfico,procedimentos adotados, relação entre planejamento formal e a prática em sala de aula)

- 3.11 Atividades diferenciadas considerando que os cursos eram profissionalizantes ( metodologia utilizada: formas utilizadas para o desenvolvimento dos conteúdos junto aos alunos, procedimentos adotados quanto à participação dos alunos, trabalhos, realização de experimentos, saídas de campo)
- 3.12 A partir de alguns dados levantados foi possível identificar que boa parte dos alunos eram reprovados ou desistiam? A que atribui essa situação?
- 3.13 Os índices de reprovação e desistência dos Cursos Profissionalizantes foram ou poderiam ser usados para questionar o funcionamento dos Cursos?
- 3.14 Na sua opinião o Colégio Estadual Regente Feijó oferecia condições para formar profissionais de acordo com as exigências do mercado de trabalho?
- 3.15 Existia alguma vinculação entre os cursos ofertados e o mercado de trabalho?
- 3.16 Ocorreram mudanças no mercado de trabalho em Ponta Grossa e cidades vizinhas devido a implantação desses novos cursos?
- 3.17 Relacionamento entre o Colégio e empresas ( estágios, visitas, cessão de equipamentos, materiais)
- 3.18 Condição de trabalho, o espaço do Colégio, números de alunos por turmas.
- 3.19 Envolvimento nos momentos de mudanças ( implantação dos cursos, legislação, formas de participação, resultados)
- 3.20 Melhores momentos do seu período de atuação no Colégio

#### **4. Palavras Finais**

**APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EX-ALUNOS**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EX- ALUNOS**

### **1 Levantamento Biográfico**

1.1 Nome, local de nascimento e data

1.2 Nome dos pais

1.3 Locais de residência

### **2. Escolaridade**

2.1 Ensino Fundamental ( primário e ginásio) local, instituição de ensino, período

2.2 Ensino Médio ( 2º grau/profissionalizante) local, instituição de ensino, período

2.3 Ensino Superior- local, instituição, período

### **3. Experiência no Colégio Estadual Regente Feijó**

3.1 Período de estudos no Colégio

3.2 Curso realizado

3.3 Turno freqüentado, principais características dos colegas de classe, dos professores, direção e equipe pedagógica

3.4 Razões que o/a motivaram a estudar no Colégio?

3.5 Havia o pagamento de alguma taxa, contribuição?

3.6 De que forma era garantida a disciplina no Colégio?

3.7 Como eram as condições de funcionamento dos cursos?

3.8 Como era o desenvolvimento das aulas?

3.9 Aulas práticas ( metodologia utilizada: formas utilizadas para o desenvolvimento dos conteúdos pelos professores, procedimentos adotados quanto à participação dos alunos por turma, trabalhos, experimentos, estágios)

3.10 Os estágios de forma eram realizados? Havia o acompanhamento e o controle? De que forma isso era realizado?

3.11 As aulas teóricas ( metodologia utilizada:formas utilizadas para o desenvolvimento dos conteúdos pelos professores, procedimentos adotados quanto à participação dos alunos,procedimentos avaliativos, trabalhos)

3.12 Envolvimento na mudança do ensino

3.13 Melhores lembranças do período de estudo no Colégio

### **4. Palavras Finais**

### **APÊNDICE 3 – ENTREVISTADOS**



**APÊNDICE 3 – FONTES ORAIS**

CAMARGO, Alair Stremel de. Entrevistada em Curitiba, 19 de maio de 2004.

FORTES, Izolde Chibinski. Entrevistada em Curitiba, 26 de outubro de 2004.

LECZKO, Núbia. Entrevistada em Ponta Grossa, 20 de outubro de 2004

LIMA, Neuzete Teresinha de Melo. Entrevistada em 21 de outubro de 2004.

NASCIMENTO, Rubi Rachel. Entrevistada em Curitiba, 27 de setembro de 2004.

NASCIMENTO FILHO, Sebastião. Entrevistado em Curitiba, 01 de setembro de 2003.

ROCHA, Wilson. Entrevistado em Ponta Grossa, 23 de junho de 2004.

**ANEXOS**

<b>ANEXO 1 – CORPO DOCENTE DO COLÉGIO NA ÉPOCA DA REFORMA .....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXO 2 – DIRETORES DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ .....</b>	<b>149</b>
<b>ANEXO 3 – HINO DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXO 4– NORMAS DISCIPLINARES DO COLÉGIO ESTADUAL                   REGENTE FEIJÓ.....</b>	<b>.155</b>
<b>ANEXO 5– HISTÓRICO DO PATRONO DO COLÉGIO ESTADUAL                   REGENTE FEIJÓ.....</b>	<b>157</b>

**ANEXO 1 – CORPO DOCENTE DO COLÉGIO**

## CORPO DOCENTE

<b>Nome do Professor.....</b>	<b>Disciplina</b>
Aclésia Martins .....	Português
Adir Correia da Rocha .....	F. Esp.
Air Olga Brochado .....	História
Aída M. Lavalle .....	História
Alair S. Camargo .....	Português
Alberto E. Kloth.....	S. Pública
Alice Lepka Ribeiro .....	Geografia
Alice Pawlaski.....	Geografia
Alody P. Dechandt.....	Português
Anastácia Farion.....	Geografia
Anete Cunha.....	Ed. Física
Anita Muller.....	Biologia
Anna Russo .....	História
Antonio dos Santos.....	Química
Áurea Farago.....	Inglês
Aurélio Grott .....	Física
Beatriz Rocha .....	Português
Carlos Fürtenberger.....	Matemática
Carlos Zelesny.....	Português
Carmela Jaronski.....	F. Esp.
Célia Lopes.....	Ciências
Clara Takemura .....	Inglês
Cláudio Paczkowski.....	Desenho
Cleci Lima.....	Português
Cleide Lopes.....	Francês
Cyrte Válio .....	Inglês
Dalila Sabedotti.....	Matemática
Dalva de Oliveira .....	História
Deni Maurer.....	Inglês

Dirceu Chagas .....	Matemática
Dorah Daitschmann .....	Ed. Física
Eclea Horn .....	Matemática
Edgar Velter .....	Português
Edith Silva .....	História
Elizabeth Plausch .....	Ciências
Elzira Correia de Sá .....	Português
Eugênio Malanski .....	Geografia
Francisca Michaloski .....	F. Esp.
Geny Silva .....	Ciências
Gislaine de Campos .....	Francês
Grimalti Pinto .....	Matemática
Hamilton Vaz .....	Matemática
Irene Carneiro .....	Matemática
Ismênia Machado .....	História
Ivone Stella .....	Português
Izalde Fortes .....	Geografia
Jacir Arzaba .....	Português
Jahir Ott .....	Geografia
Jane Felip .....	Português
João Filho .....	Matemática
João Wanke .....	Matemática
Jonia Staffi .....	Ed. Artística
José Fonseca .....	Inglês
Joselfredo Oliveira .....	História
Jussara Lichacovski .....	Inglês
Kamal Tebcherani .....	Ciências
Lea B. Monastirski .....	F. Esp.
Léia Guedes .....	Português
Leônidas Justus .....	Desenho
Lília Ferreira .....	Matemática
Luiz Mayer .....	Matemática
Luiz Renato Bittencourt .....	Matemática

Luiza Rizental .....	F. Esp.
Mair Silva Stromberg .....	Português
Maria Aparecida Gonçalves.....	História
Maria Augusta Jorge.....	História
Maria Filomena Garcia .....	Geografia
Maria Glória Joanico.....	Ciências
Maria Joana Santos.....	F. Esp.
Maria Zélia Fonseca .....	Ed. Artística
Marly Alves da Silva .....	Inglês
Marilda Echibinski.....	Português
Marina G. Piekarski .....	Geografia
Marise Pinto.....	Português
Miguel Schiebelbein.....	Português
Milda Prepohl.....	Português
Najla Firigotti.....	Matemática
Neusa Elache .....	F. Esp.
Nelson José Rodrigues.....	Matemática
Nice Malczewski .....	Francês
Nilcéia França.....	Inglês
Norma Schwarz .....	Francês
Odette Cominato.....	Português
Orlando Owiertnia.....	História
Rafael Piazzetto.....	Matemática
Regina Caxambu .....	Português
Robin Marezynski .....	Ciências
Rolf G. H. Loose .....	História
Ronaldo Grollmann .....	História
Rosa Vera Deiab .....	Português
Roseli Correia .....	Francês
Rosi Gonçalves Ferreira .....	História
Rubens E. Fürstenberger .....	Matemática
Rubi R. Nascimento.....	Inglês
Ruthe Vargas.....	Geografia

Sebastião Nascimento Filho .....	Português
Sofia Adamowicz .....	História
Sonia Maria Fadel.....	Português
Sonia Veiber Fanchin .....	Matemática
Sueli Lopes Nóbrega .....	Matemática
Sueli Townenko .....	Ed. Física
Tereza Oyarzabal .....	Ciências
Therezinha de Jesus Brandalise.....	História
Urbano Gonçalves .....	Ed. Física
Valter Branzin .....	Ed. Física
Vera M. F. Schleder.....	Português
Vergília de Souza Carvalho .....	Matemática
Wilson Rocha.....	Física
Zane T. Bastos Comin .....	Francês
Zilé Lopes Werneck .....	Inglês
Zilma T. S. Tarasiewich .....	Português

**ANEXO 2 – DIRETORES DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ**









**ANEXO 3- HINO DO COLÉGIO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ**

### ANEXO 3 – HINO DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ

Letra: Sérgio Monteiro Zan

Música: Padre Bruno Welter

Do a-b-c dos livros infantis  
Com a esperança que inflama e seduz  
Nesta casa chegamos confiantes  
E a encontramos banhados de luz.

Ô Regente, mansão tão querida  
Meigo abrigo das almas em flor,  
Em que brotam ideais para a vida  
E fulgores de glória e amor.

#### **Estrilho**

Regente, nossa terra, nossa gente.  
Regente, nossa terra, nossa gente.

É daqui desta grande irmandade  
Que haveremos de um dia subir  
Para um ramo da Universidade,  
E na vida confiantes agir.

#### **Estrilho**

Ó Regente com a força que emanais,  
Nossa pugna será alta e viril  
Mais valor para as raças humanas  
Mais heróis para o imenso Brasil.

#### **Estrilho**

E também dos esportes à frente  
Estaremos estro e vigor  
E ergueremos bem alto, ó Regente  
O teu nome, tua fama e tua cor.

#### **Estrilho**

És escola de talento e virtude  
De beleza, emoção e saber  
Nesses dons acharás juventude  
E alegria e o saber de viver.

**ANEXO 4– NORMAS DISCIPLINARES DO COLÉGIO ESTADUAL  
REGENTE FEIJÓ**

## ANEXO 4 – NORMAS DISCIPLINARES DO COLÉGIO ESTADUAL REGENTE FEIJÓ

Deveres do aluno, conforme Regimento Escolar do Colégio:

- 01-Respeitar e cumprir as determinações da Direção, Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Professores e Funcionário do Colégio;
  - 02-Comparecer pontualmente às aulas e todas as atividades extras quando solicitados;
  - 03-Demonstrar corretos hábitos de estudo, a fim de evitar a reprovação;
  - 04-Entrar na sala de aula educadamente e aguardar o professor;
  - 05-Permanecer no pátio durante o recreio;
  - 06-Conservar o patrimônio escolar em perfeito estado, usando-o adequadamente;
  - 07-Indenizar prejuízos quando danificar materiais de colegas ou do Colégio;
  - 08-Abster-se de atos contrários à moral, dentro e fora do Colégio, zelando pelo seu bom nome;
  - 09-Demonstrar adequado comportamento social, onde quer que as encontre para elevação do seu próprio conceito e de seu Colégio;
  - 10-Ausentar-se do Colégio somente com autorização por escrito dos pais, Direção e Orientação Educacional;
  - 11-Não lanchar na sala ou mascar chicletes;
  - 12-Gazear aulas, as penalidades serão rigorosas,
  - 13-Ocupar-se durante as aulas com trabalhos estranhos às mesmas;
  - 14-Trazer ao Colégio revistas, fotografias, livros ou impressos de moral duvidosa e baralhos que possam distrair sua atenção ou dos colegas;
  - 15-Alterar, rasurar ou suprimir anotações lançadas nos documentos escolares.
- Pelo não cumprimento das normas, os alunos sofrerão as seguintes penalidades:
- 1º- Advertência ao aluno: Verbal pelo professor;
  - 2º- Advertência ao aluno: Pela Orientadora Educacional e Direção;
  - 3º- Advertência comunicada aos Pais ou Responsáveis e Registro no Livro de Ocorrências;
  - 4º- Suspensão por um ou mais dias, conforme a gravidade do caso;
  - 5º- Após conselho Disciplinar, transferência do aluno.

Seus Direitos:

- 01-Tomar conhecimento de sua notas e freqüências;
- 02- Solicitar revisão de provas dentro do prazo de 72 horas, a partir da divulgação das mesmas;
- 03- Apresentar sugestões ao Líder da turma, ao professor, Orientador Educacional ou à Direção do Colégio;
- 04- Exigir a presença dos pais sempre que forem solicitados ao Colégio;
- 05- Ser tratado com atenção e participar de agremiações estudantis.

**ANEXO 5– HISTÓRICO DO PATRONO DO COLÉGIO ESTADUAL  
REGENTE FEIJÓ**



## ANEXO 5 – HISTÓRICO DO PATRONO DO COLÉGIO: PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ

Nasceu em São Paulo, em agosto de 1784 e faleceu em 10 de novembro de 1843, na mesma cidade.

Senador e Regente do Império “filho de pais incógnitos”, conforme declarou em mais de um documento. Preparou-se para a vida sacerdotal, ordenando-se em 1809. Padre e Professor viveu em Campinas e Itu, onde se fixou em 1818.

Foi Deputado na Corte de Lisboa em 1821 – 1822, formando um grupo de brasileiro que se recusou a assinar a Constituição Portuguesa. Deputado Geral em 1826 – 1831, logo após a abdicação de D. Pedro I, assumiu o Ministério da Justiça, destacando-se como sustentáculo da Legalidade.

Senador pelo Rio de Janeiro em 1833, elegeu-se Regente em 1835, posto a que renunciou dois anos depois. Presidente do Senado em 1839, retirou-se à sua Província, participando da Revolução Liberal de 1842. Preso e deportado para Vitória (ES), julgado perante seus pares, obteve licença para retornar a São Paulo, vindo a falecer, enquanto aguardava o pronunciamento do Senado.

Deixou diversos discursos de valor, destacando; Lógica das Nações; Preliminares da Filosofia e a rumorosa Demonstração da Abolição do Celibato Clerical.

Diogo Antonio Feijó reformou o Exército Brasileiro, protegeu a colonização estrangeira e regulamentou a Instrução primária na Corte.



